

Desenvolvimento de Base

Revista da Fundação Interamericana



Empreendimento nas comunidades de base

VOLUME 29

NÚMERO 1

2 0 0 8

Lester Salamon:
Responsabilidade Social
Corporativa na
América Latina

A Fundação Interamericana (IAF) é um organismo autônomo de ajuda externa do Governo dos Estados Unidos, criada em 1969 para promover o desenvolvimento de auto-ajuda mediante a concessão de doações diretamente a organizações da América Latina e do Caribe. O orçamento operacional da Fundação Interamericana consiste de alocações do Congresso dos Estados Unidos e de recursos provenientes do Fundo Fiduciário de Progresso Social.

O Escritório de Operações da IAF publica a revista Desenvolvimento de Base em inglês e espanhol. Pode também ser lida no website da Fundação na Internet ww.iaf.gov em inglês, espanhol e português em formato de gráficos ou somente de texto. O material original produzido pela IAF e publicado na revista é de domínio público e pode ser livremente reproduzido. No entanto, certos materiais foram proporcionados por outras fontes e poderão ter direitos autorais. A reprodução desse material poderá requerer autorização prévia do detentor de direitos autorais. A IAF solicita notificação de qualquer reprodução e menção da fonte. *Desenvolvimento de Base* aparece no catálogo do *Standard Periodical Directory*, no *Public Affairs Information Service Bulletin*, no *Hispanic American Periodical Index* (HAPI) e no banco de dados de *Agricultural Online Access* (WORLD). Números anteriores, em microfilme, podem ser obtidos da University Microfilms International, 300 N. Zeeb Road, Ann Arbor, Michigan 48106, USA. Para receber a revista, favor enviar e-mail a publications@iaf.gov ou carta ao seguinte endereço:

Desenvolvimento de Base
Inter-American Foundation
901 North Stuart St. 10th Floor
Arlington, VA 22203

O propósito da revista é compartilhar experiências em desenvolvimento de base com uma variedade de leitores. A diretora incentiva o envio de artigos sobre temas relevantes que tratem, embora sem exclusividade, dos seguintes temas:

- como a população de baixa renda da América Latina e do Caribe se organiza e trabalha para melhorar as suas condições de vida;
- problemas e tendências da comunidade em desenvolvimento; e
- como as instituições colaboram para promover o desenvolvimento da região.

Para obter informações mais detalhadas, favor dirigir-se por correio a Paula Durbin ao endereço acima indicado ou por e-mail a pdurbin@iaf.gov.

Foto da capa dianteira: Elena Abiju, uma boliviana guaraya, constrói, com grande perícia, um móbile sonoro na Oficina Experimental, inaugurada pela donatária da IAF, Centro de Diseño, Investigación y Comercialización (CIDAC), na cidade de Santa Cruz. Página oposta: Cerâmica cotoca e um chapéu feito da fibra da jipijapa, confeccionados pelos artesãos das associações componentes da ARTECAMPO, uma federação resultante do trabalho do CIDAC para resgatar a herança indígena da região. Todas as fotos do CIDAC-ARTECAMPO nesta edição foram tiradas por Jaime del Cisneros del Carpio e Antonio Suárez Weise.



Fundação Interamericana

Larry L. Palmer, Presidente

Conselho Diretor

Roger Wallace, Presidente

Jack Vaughn, Vice-Presidente

Kay Kelley Arnold

Gary Bryner

Thomas Dodd

Hector Morales

John Salazar

Thomas Shannon

Desenvolvimento de Base

Revista da Fundação Interamericana

Diretora de Redação: Paula Durbin

Editor fotográfico: Mark Caicedo

Chefe de Tradução: Darío Elías

Tradutor: João Bezerra

Revisoras: Hilary Brand, Cheyenne Ellis,

Ana Maria Greenston

Desenho e impressão: U.S. Government Printing Office

Desenvolvimento de Base

Revista da Fundação Interamericana

VOLUME 29

NÚMERO 1

2 0 0 8



Súmario

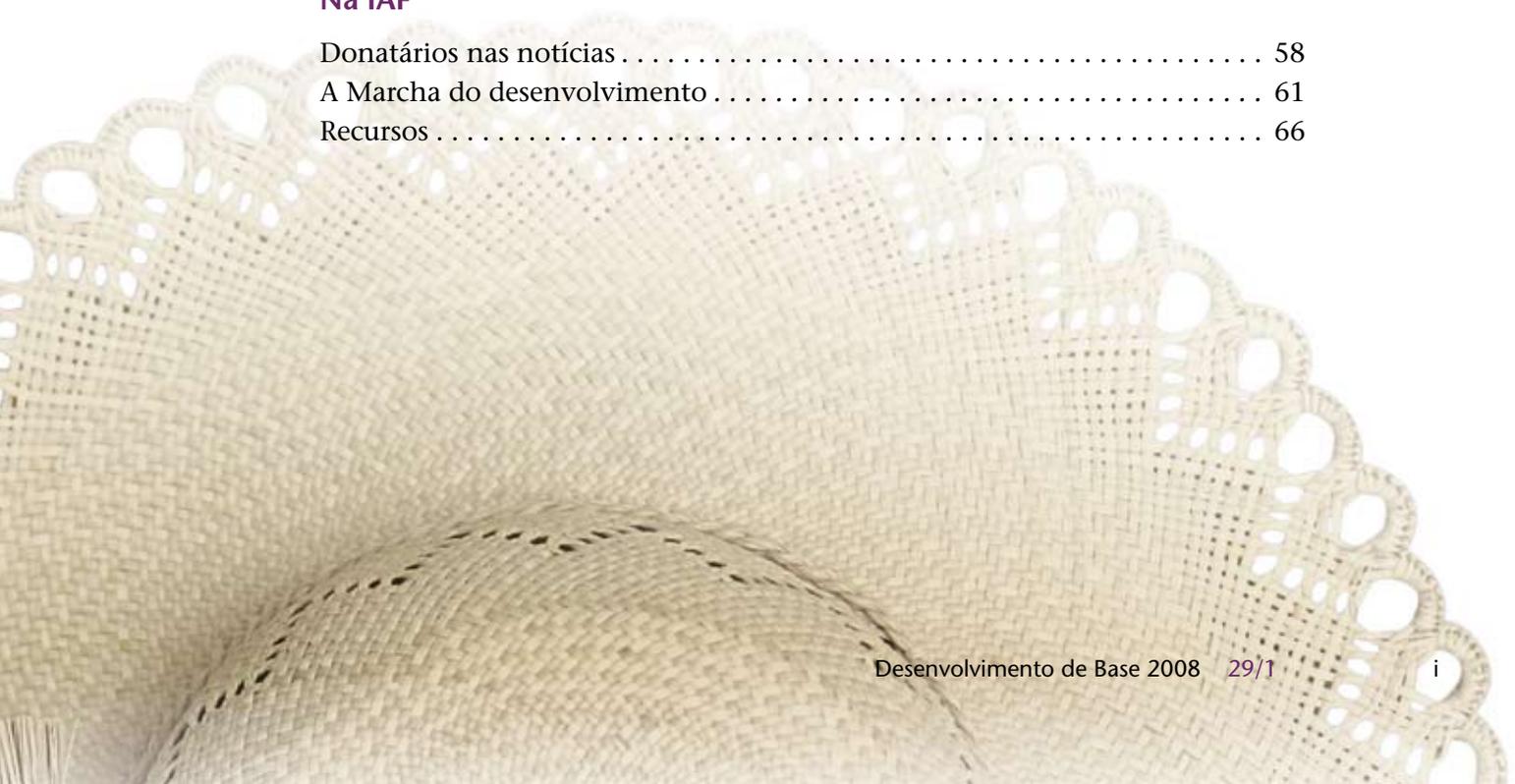
Cartas dos nossos leitores.	ii
Criações de artesanato cruzenho para o mercado <i>Kevin Healy</i>	2
O evangelho agrícola de Elías Sánchez <i>Patrick Breslin</i>	14
Um incansável espírito de desenvolvimento no Haiti <i>Robert Maguire</i>	20
Iniciativas de reciclagem baseadas nas comunidades <i>Martin Medina</i>	26
Tirando vantagem do café especial da Nicarágua <i>Philip Walsh</i>	32
Descentralização à moda peruana: Questões de vontade e recursos <i>Wilbur Wright</i>	36

Seção especial

Responsabilidade social corporativa na América Latina: A Nova Aliança para o Progresso? <i>Lester M. Salamon</i>	44
--	----

Na IAF

Donatários nas notícias.	58
A Marcha do desenvolvimento.	61
Recursos.	66



Cartas dos nossos leitores

Particpei de um workshop sobre jornalismo ambiental com o Professor David Bray em Oaxaca de 3 a 6 de abril. O material recebido incluía o artigo “Uma trilha na floresta: gestão florestal comunitária no México” [Desenvolvimento de Base 2007]. Gostaria de publicá-lo como foi escrito em *México Forestal*, a revista digital da Comisión Nacional Forestal (Conafor) do México (www.mexicoforestal.gob.mx). A revista enfoca o cuidado com nossas florestas e selvas e o uso dessas áreas de modo sustentável.

Julieta R. Salgado Camacho
Editora, *México Forestal*
Zapopan, Jalisco



Recebi sua última publicação de *Desenvolvimento de Base*. Ela é notável. Seu foco nos afro-descendentes e no desenvolvimento proporciona uma nova percepção dessa minoria silenciosa da região. Estou escrevendo para solicitar alguns números extras. A biblioteca da universidade tem uma exposição itinerante cujo objetivo é conscientizar os usuários de bibliotecas públicas de cidades pequenas a respeito da cultura da América Latina e do Caribe. Os números que me enviarem acompanharão essa exposição.

Nelly S. González
Bibliotecária-Chefe
Biblioteca da América Latina e Caribe
Universidade de Illinois em Urbana-Champaign

Considero sua publicação excelente. Achei a cobertura sobre os afro-argentinos particularmente importante, bastante abrangente e de excelente qualidade. Parabéns a vocês e a todos os colaboradores por essa excelente revista.

Rolando Costa Picazo
Professor
Universidade de Buenos Aires

A publicação enfocou um tópico que há muito me interessa. Gostaria que houvesse um gráfico que mostrasse a grande variedade de estimativas sobre a população de afro-descendentes de cada país das Américas Central e do Sul.

Chuck Frankel
Honolulu

O texto a seguir foi extraído de uma carta ao antigo representante da IAF Marnie Schilken, que descreveu em Desenvolvimento de Base 2007 o trabalho da Fundación para la Tecnología y el Desarrollo Latino-Americano Ecuatoriano em Esmeraldas, Equador.

Até esta data, nosso fundo já concedeu quase US\$ 54.000 em empréstimos para o desenvolvimento de microempresas nas 30 comunidades afiliadas à FTDE. Dezoito comunidades estão trabalhando com grãos de cacau, oito com sucos de cana-de-açúcar e três com pesca. Recentemente, as comunidades decidiram discutir a unificação de seus recursos: as comunidades de “grãos de cacau” estão falando em comprar um novo caminhão a diesel; os agricultores levariam seu cacau pelo rio para a coleta e o caminhão transportaria os grãos para a secagem e depois para Guayaquil para serem vendidos. Fora da estação, o caminhão transportaria milho e *tagua* da comunidade.

As empresas de cana-de-açúcar venderam 2.000 copos de suco no período do Natal e Ano Novo. Os

CORREÇÃO

A revista *Desenvolvimento de Base* 2007 publicou o nosso entendimento de que algumas das mulheres afro-uruguaias cujas famílias haviam sido brutalmente deslocadas pelo governo militar na década de 1970, haviam-se mudado recentemente para moradias fornecidas por um projeto conjunto entre a cidade de Montevideu e o Governo uruguaio, com facilitação do Mundo Afro. Contudo, Isabel Ramírez Abella, Gloria Fernández e Belma Paciello, da Cooperativa UFAMA al Sur, organização de base parceira no projeto, informaram recentemente à revista que, devido à falta de financiamento, a construção havia sido suspensa e não ocorreu qualquer mudança.

“Nossa presidenta de honra, a cantora Lagrima Ríos, membro de nossa cooperativa, faleceu no ano passado sem conseguir morar em sua própria casa”, escreveram. “Estamos trabalhando com afincos para nossa cooperativa e, dado o fracasso das negociações e da pouca vontade política, continuamos firmes na remota esperança de ocupar nossa tão desejada residência. Diante da situação atual, esperamos que compreendam por que precisamos esclarecer que o que publicaram não está correto. Infelizmente, o prédio não está em condições de ser habitado”.

Desenvolvimento de Base lamenta o mal-entendido.

empresários da cana de açúcar estão considerando o lançamento de um novo negócio com “*la banana*”, um barco inflável motorizado, com capacidade de transportar até oito ou dez passageiros sobre o mar. O motor, o barco e “*la banana*” custariam US\$ 13.500, mas os moradores ressaltam que “*la banana*” pode fazer oito viagens em duas horas e, fora da estação, o barco pode ser usado para a pesca.

As três comunidades que participam da venda de frutos do mar querem construir uma unidade de armazenamento de frutos do mar refrigerada e vender moluscos, camarão, peixe, lagosta, pitu, polvo e lula para os restaurantes de Tonsupa e Atacames. Os moradores de algumas comunidades sempre extraíram esses recursos do mar e de mangues, mas acham que sempre foram explorados por intermediários. A unidade de armazenamento permitiria que esses moradores negociassem diretamente com clientes que oferecem até o triplo do que os intermediários querem pagar.

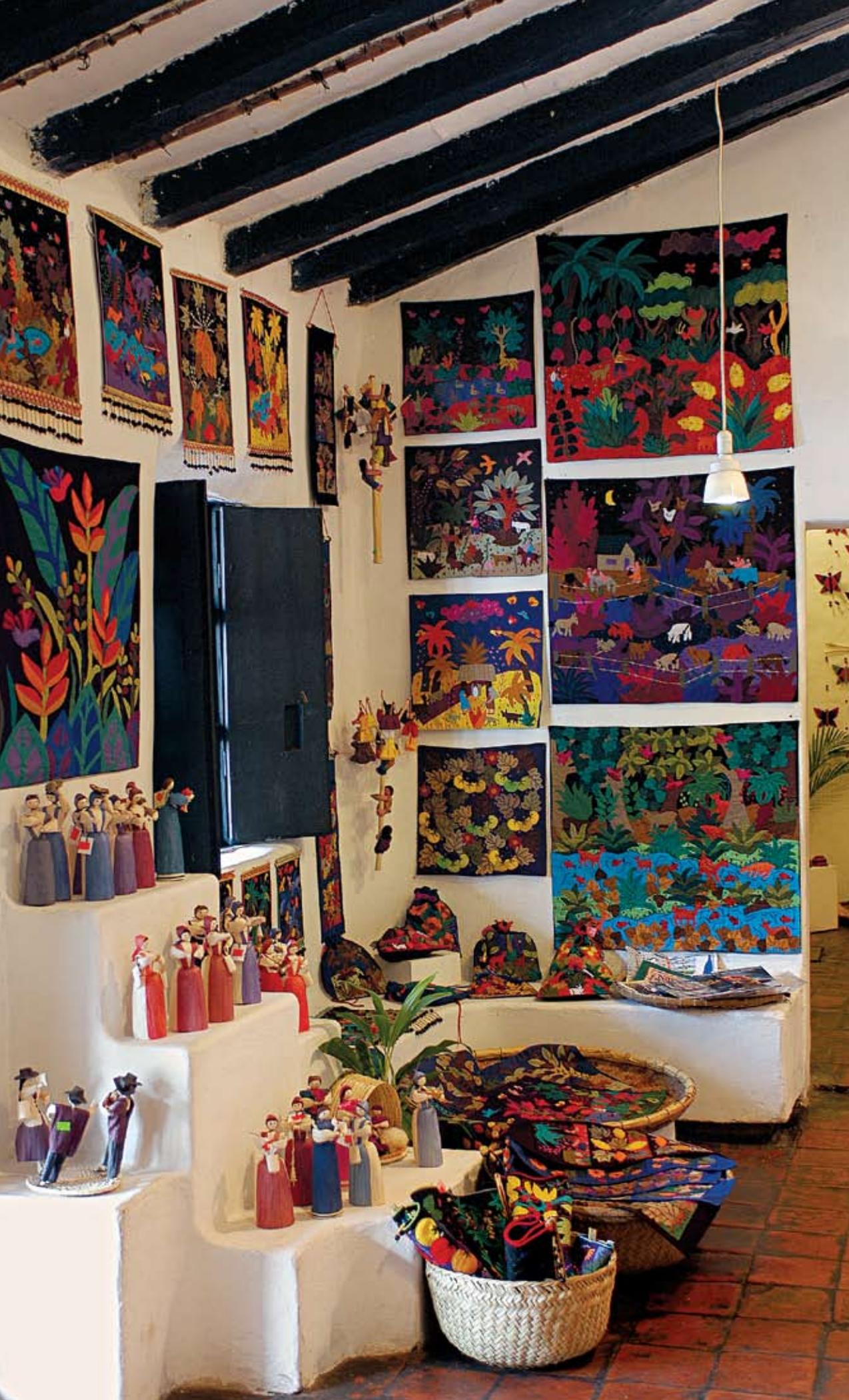
É impressionante ver nossos beneficiários analisando oportunidades, desenvolvendo um sentimento aguçado de microempresa e transformando oportunidades em rendimentos.

Alexander “Freddy” Marín

Diretor, FTDE
Quito



A falecida Lágrima Ríos, legendária no tango, ativista afro-uruguaia e presidenta honorária da Mundo Afro, em pintura de Mary Porto Casas, à direita.



O Centro de Diseño, Investigación y Comercialización de la Artesanía Cruceño (CIDAC) inaugurou sua loja em Santa Cruz em 1984, como um ponto de vendas para os trabalhos de artesanato criados pelas mulheres treinadas no seu programa. Hoje auto-suficiente, a loja é administrada pelos grupos de base associados com o nome de ARTECAMPO.

Empreendimento nas comunidades de base

Os desprivilegiados da América Latina e Caribe enfrentam desafios assustadores na luta para escapar do ciclo de pobreza que define sua existência. Instabilidade política, séculos de agressão ao meio ambiente, desastres naturais e isolamento são apenas algumas das barreiras à solvência financeira, essencial para o progresso. Desde que concedeu sua primeira doação em 1972, a Fundação Interamericana já investiu grande parte dos seus financiamentos em idéias criativas, porém práticas, para superar esses obstáculos e aumentar o potencial de rendimentos das pessoas e comunidades empenhadas em trabalhar com afinco para conquistar uma vida melhor.

O fio que perpassa nossa revista para 2008 é esse investimento nos pobres organizados e nas instituições que os apóiam. Começa com uma carta que apresenta os detalhes dos planos para microempresas em Esmeraldas, Equador, e continua com notas sobre o desenvolvimento que incluem o último golpe da ex-donatária boliviana, El Ceibo, a federação de cooperativas de cacau e chocolate iniciada em 1977 e que se transformaria em um triunfo do desenvolvimento de base. Os artigos apresentam detalhadamente os perfis de outros donatários, anteriores e atuais que, com um modesto apoio da IAF, incrível energia e dedicação incansável, transformaram a agricultura, lançaram empreendimentos em cooperativa e, recentemente, incentivaram os grupos de base a participar, junto com o governo local, na criação da infra-estrutura necessária ao desenvolvimento econômico. Nossa seção especial sobre responsabilidade social corporativa examina o papel do setor corporativo da América Latina no fornecimento de oportunidades, inclusive inserindo as comunidades de base na cadeia de suprimento.

Os êxitos alcançados com sacrifício podem ser medidos por indicadores concretos, como renda, empregos criados e aptidões obtidas, e essas certamente são medidas válidas. Mas, conforme aprendemos com nossos escritores, muitas vezes os resultados podem ser inesperados ou não podem ser quantificados—maior status na família e na comunidade, uma nova função na vida econômica e política, a confiança para tentar alcançar objetivos mais ambiciosos, a inspiração para as outras pessoas que produz um efeito multiplicador e o sentimento de orgulho e satisfação proporcionados em dar uma contribuição de valor para o bem-estar de uma família, uma organização e toda uma sociedade. Esses avanços, tanto quanto a independência econômica e melhores condições de vida, são a essência do que a IAF chama de desenvolvimento de base.

Criações de artesanato cruzeño para o mercado

De Kevin Healy



Cristina Ribera, uma falante da língua guarani, de Izozog, tece enfeites de parede e bolsas.

No fim de 1984, o Centro de Diseño, Investigación y Comercialización de la Artesanía Cruceña (CIDAC), uma pequena organização boliviana de artesãs de Santa Cruz, fez um cálculo das vendas em seu primeiro ano de atividades, registrando um total de US\$1.800. Isso ocorreu apenas poucas semanas depois da primeira feira anual de artesãs do CIDAC ter aumentado sua renda focando a atenção da mídia neste empreendimento incipiente que beneficiava 150 artesãs afiliadas.

Passemos para 2007, quando a loja do CIDAC, de propriedade das associações de artesãs federadas como a ARTECAMPO que a dirigem e financiam, teve uma renda bruta superior a US\$300.000, sendo os ganhos distribuídos entre 1.300 produtoras e os fundos das associações que apóiam projetos comunitários. Além disso, o artesanato espetacular da ARTECAMPO tem sido exposto no Chile, Brasil, Argentina, Colômbia e Espanha. Quando exposto no Museu Nacional de Arte da Bolívia, *La Razón*, o jornal mais respeitado de La Paz, publicou um artigo com mais de nove páginas sobre a abertura.

Uma empreendedora social

Como as mulheres indígenas e mestiças marginalizadas do interior da nação mais pobre da América do Sul conseguiram transformar um começo tão humilde em uma êxito do desenvolvimento de base? A participação comunitária, uma estrutura de gestão feita sob medida, o desenvolvimento de produtos, a comercialização imaginativa, a capacitação prática e as injeções contínuas de pequenas quantias de ajuda externa são os elementos de uma estratégia de longo prazo. Também o é a liderança de Ada Sotomayor de Vaca, a empreendedora social que reuniu as artesãs e uma pequena equipe de designers, artistas e outros especialistas que oferecem supervisão, orientação e idéias. Ao aproveitar os recursos humanos e desenvolver outros, Ada e sua equipe incentivaram as mulheres a forjar um novo futuro, para si mesmas e suas 64 comunidades.

Ada Sotomayor cresceu em um lar afro-mestiço na costa peruana. Formada em serviço social, mergulhou nas complexidades de organizar comunidades em Lima. Ali conheceu Lorgio Vaca, um dos muralistas mais conhecidos da Bolívia. Casaram-se

e assentaram domicílio em Santa Cruz, a cidade natal do pintor. Filha de carpinteiro, para Ada trabalhar com as mãos era algo natural. Aprendeu a criar cerâmicas e móveis de couro bovino para a clientela requintada da classe média que surgia na cidade. Quando seu marido perdeu contratos do governo devido à sua visível oposição a um dos regimes mais repressivos da Bolívia, as vendas do workshop que mantinha em casa sustentaram a família.

Mas o interesse de Ada passou com o tempo de seu próprio negócio para as artesãs subvalorizadas que sofriam as conseqüências da discriminação—como mulheres, camponesas e indígenas bolivianas—e a exploração por parte de intermediários inescrupulosos. Uma avalanche de produtos industriais estava deslocando suas artesãs, à medida que Santa Cruz se transformava na economia de maior crescimento da Bolívia. O objetivo de Ada era revitalizar estas artes incentivando a participação das comunidades. Sua visão, gosto refinado e incansável compromisso social motivariam as artesãs a desenvolverem seus talentos e técnica e valorizar suas contribuições ao vibrante patrimônio multicultural da Bolívia. A equipe de Ada também se focaria no desenvolvimento de mercados especializados. Mas a sociedade de Santa Cruz abriria os olhos, o coração e a carteira para a beleza produzida por artesãs que representavam diversas etnias e comunidades rurais?

Conheci Ada em 1982, quando ela me procurou como representante da Fundação Interamericana para falar de sua proposta de projeto. Nós entramos em contato por intermédio de um amigo mútuo, um antropólogo com anos de experiência na Bolívia. Ada, que tinha então 44 anos de idade, e Lorgio participavam ativamente da Cooperativa Cruceño de Cultura, um distinto grupo de artistas, arquitetos, sociólogos, educadores e artesãos com consciência social, profundamente apegados a Santa Cruz. A Cooperativa patrocinou discussões sobre os temas que surgiam da rápida modernização e crescimento; sua animada revista, *Debate*, concentrava-se nas normas de ordem pública e nos problemas passados por alto numa região considerada como o motor econômico da Bolívia. Ada dirigiu a comissão de artesãs da Cooperativa que se desmembraria para formar o CIDAC.



Ada Sotomayor de Vaca examinando produtos chiquitanos em 2007.

Um começo ambicioso

Inicialmente, a proposta de Ada pareceu-me demasiadamente ambiciosa. Solicitava US\$200.000 para um programa de três anos em oito localidades, muito distantes entre si, que representavam dezenas de comunidades. Não recordo ter analisado, nem antes nem depois, um projeto que abrangesse tantos grupos étnicos dispersos em uma zona tão extensa. Era como ver oito propostas em uma. Assim, depois de diversas reuniões e trocas de correspondência, negociamos um orçamento mais “realista” e reduzimos o alcance de maneira a abranger três localidades em um espaço de

dois anos. A seguir, a IAF aprovou uma doação para custear salários modestos para um pessoal reduzido, matéria-prima e visitas de campo; posteriormente financiou a compra de um automóvel usado para reduzir o tempo de viagem. Em retrospectiva, eu tinha subestimado como o CIDAC estava preparado para empreender seu programa. Impulsionado por cerca de US\$500.000 em fundos da IAF na década seguinte, ampliaria seu alcance muito além das comunidades originalmente incluídas.

O objetivo do CIDAC era criar uma instituição multiestratificada e de multisserviço que abriria mercados, reduziria os custos de produção e melhoraria as aptidões e as matérias-primas. As pioneiras na estratégia de revitalização do CIDAC foram as tecelãs de redes indígenas guaraias, de Urubichá, as tecelãs de chapéus de palma mestiças e chiquitanas de Buena Vista na província de Ichilo e as ceramistas mestiças de Cotoca na província de Warnes. “Em cada localidade”, explicou Ada, “fui de porta em porta, visitando as mulheres em seus domicílios, descrevendo a missão do CIDAC e perguntando sobre seu trabalho. Examinei materiais, teares e fornos, ofereci conselhos para melhorar e diversificar os produtos e procurei aprender o mais possível sobre seu processo de produção e comercialização. Ampliei muito meus conhecimentos e pude estabelecer o bom relacionamento necessário para recrutar mulheres para o programa. Como mulher, tinha certas vantagens neste sentido”.

A estratégia de Ada conseguiu atrair inicialmente 60 tecelãs de redes a quem os intermediários itinerantes chegavam a pagar apenas algumas barras de sabão por artigo terminado. O CIDAC começou a fornecer fio de linha de qualidade, colorantes em cor-de-rosa e verde intensos, instrução na criação de borlas e bordas em crochê e um melhor canal de vendas em Santa Cruz. As talentosas guaraias agora incluem indivíduos que se sobressaem em pintura e escultura, embora as tecelãs de redes ainda predominem e liderem em matéria de renda. A tecelagem de chapéus com folhas da palma jipijapa, originalmente atividade masculina, foi assumida pelas mulheres, uma vez que os homens se dedicavam cada vez mais à agricultura de subsistência. Quando o CIDAC chegou a Buena Vista, um único comerciante comprava os chapéus e os revendia com uma margem de lucro de 500%.

O CIDAC recrutou 57 tecelãs para seu programa e, segundo sua prática estabelecida, contratou as mais talentosas para ajudar as demais a melhorar suas habilidades. Em Cotoca, distante apenas 20 minutos de Santa Cruz, nove ceramistas estavam dispostas a trabalhar para melhorar a tecnologia dos fornos e diversificar suas cerâmicas de tons de terra. Embora o grupo não tenha crescido muito, suas cerâmicas se distinguem pela inovação e fina confecção.

Na fase inicial, por menor que fosse o povoado, o CIDAC tinha de superar interesses e dúvidas arraigados quanto às suas intenções. “Embora o processo de recrutar artesãs tenha sido essencialmente bem-sucedido tanto em Urubichá como em Ichilo”, afirmou Ada, “circulavam rumores de que nossas práticas eram exploradoras, o que deve ter mantido à distância algumas artesãs. Tais suspeitas naturalmente reforçaram nossa decisão de proceder com cautela e progressivamente e não fazer promessas exageradas. Nossa estratégia foi começar com uma mostra manejável e acrescentar gradualmente novas artesãs depois de fazermos melhorias e demonstrarmos a comerciabilidade dos produtos feitos pelas mulheres que já faziam parte do programa. Isso, com o tempo, nos permitiria ganhar sua confiança”.

Criação de uma rede regional

Dos 11 grupos que se seguiram a este grupo inicial no programa do CIDAC, talvez as mais surpreendentes tenham sido as chiquitanas, atualmente residindo nas vizinhanças do povoado de Tajibos, que não estavam na lista original de Ada das comunidades com tradições artesanais resgatáveis. Os chiquitanos constituem o grupo étnico mais numeroso em Santa Cruz e outrora ocupavam seu maior território indígena. A presença de missões jesuítas e, mais tarde, a incursão de atividades madeireiras e pecuárias talvez expliquem a perda de sua terra, idioma e outros aspectos de seu patrimônio. As 16 mulheres chiquitanas que se incorporaram ao programa do CIDAC começaram a aprender uma nova arte, o bordado, bem como a decorar fronhas e criar quadros artesanais com cenas bucólicas e do povoado, bem como motivos florais e frutais em tons de intensos contrastes. Além disso, levaram o programa ao território chiquitano em Lomério e ensinaram outras mulheres como elas, o que, com o correr do tempo, deu origem a uma linha de produtos característica que podiam chamar de

própria. As bordadeiras de Lomério são agora mais numerosas que as de Los Tajibos.

Na primeira década do CIDAC, o programa também começou a trabalhar com os indígenas mais pobres, os povos izocenho e aioro nativos da região seca e quente do Chaco, cujo extenso ecossistema se estende até a Argentina, Brasil e Paraguai. Os izocenhos de língua guarani vivem ao longo da região sul do Rio Parapeti, distante cerca de 10 horas de automóvel da cidade de Santa Cruz, tendo seu território original sido reduzido devido à “colonização pecuária” do século XIX, quando pecuaristas nativos soltaram seus animais para estabelecer “direitos de propriedade”. Contando com escassa educação e pouco gado e terra produtiva, a maioria das famílias que o CIDAC encontrou vivia da caça, agricultura de subsistência e migração sazonal dos homens para cortar cana-de-açúcar no norte de Santa Cruz. O artesanato izocenho tinha começado a declinar ao serem solapadas as estruturas tradicionais de apoio, mas conservava uma iconografia de grande teor simbólico que sugeria o potencial para atrair compradores. O pessoal do CIDAC propôs-se inspirar o respeito pela cultura izocenha ao oferecer novas opções às izocenhas. Mas como os intermediários que passavam por ali pagavam uma ninharia por suas bolsas, ponchos

Jenny Vargas, ceramista de Cotoca.





Esculturas e escultor aioreo. Os homens representam 6% dos membros da ARTECAMPO.

e redes feitas à mão, aqui também as propostas do CIDAC foram vistas inicialmente com desconfiança.

O CIDAC designou a Hugo Pereira, sociólogo afro-boliviano, a tarefa de promover o revivescimento em Izozog. Pereira esbarrou com a oposição do chefe local, mas esta diminuiu quando a irmã deste se integrou como artesã e, mais importante ainda, como líder do programa do CIDAC. Ao surgirem outros problemas, o CIDAC valeu-se dos conhecimentos dos antropólogos e intelectuais guaranis para ajudá-lo a navegar neste terreno social e cultural complexo. Com o tempo, a persistência, a paciência e os resultados do CIDAC abriram o caminho para que 118 hábeis tecelãs se integrassem ao programa, todas elas recebendo renda de seus excelentes desenhos. As izocenhas mais jovens foram incorporadas às atividades de vendas a varejo, criando confiança e entendimento entre a zona urbana de Santa Cruz e suas comunidades rurais.

Os aioeos, nativos também da área amazônica da Bolívia, tinham sido um povo nômade que se manteve literalmente à margem fronteira da sociedade boliviana até a década de 1950, quando sua assimilação foi acelerada por grupos de missionários que os assentou em um novo hábitat e uma vida mais sedentária. Em décadas recentes, sua sobrevivência combinou agricultura de subsistência, jornada de trabalho dos homens, derrubada de árvores e, nas ruas de Santa Cruz, vendas esporádicas de artesanatos



e esmolos. Como povo, os aioeos têm enfrentado a discriminação. O primeiro aioreo a concluir a escola secundária formou-se somente em 2007, o que resalta o déficit educacional nesta comunidade. Mas a destreza dos aioeos era evidente em suas bolsas de fina textura feitas com fibra de garabatá, tingidas com vegetação local desde tempos imemoriais. Ada e suas colegas se admiraram de sua criatividade, destreza e

seus motivos sutis e intrigantes que representavam sua estrutura social baseada nos clãs. Em meados da década de 1990, cerca de 60 artesãs aioresas se tinham integrado ao programa do CIDAC. Suas bolsas são bem vendidas, inclusive no Japão. Com a assistência de um escultor local contratado pelo CIDAC, as aioresas lançaram posteriormente uma linha de esculturas em madeira representando personalidades e seres animados tirados de seu folclore oriundo de seus bosques amazônicos.

A expansão do programa também levou o CIDAC à cidade de San Miguel, onde os escultores em madeira chiquitanos criam reproduções da arte religiosa do século XVIII introduzida pelos jesuítas, e à província de Valle Grande, onde as mulheres tecem cobertores, alforjes e tapetes de lã e confeccionam figuras com a palha de milho. Em 2002, o CIDAC foi além de Santa Cruz para incorporar mulheres ceramistas de Tentayapi, uma comunidade guarani isolada do departamento de Chuquisaca, e pescadores weenhayek do departamento de Tarija, que se destacam na escultura em madeira de pequenos pássaros. O CIDAC também organizou o Workshop Experimental em Santa Cruz, onde jovens indígenas urbanos têm aperfeiçoado carrilhões e retábulos representando a selva, entre outros produtos.

Formação das associações

Um método-chave do CIDAC para divulgar seu revivescimento foi a organização de artesãs das comunidades em associações que são as pedras fundamentais de uma estrutura que vincula a cidade ao campo. As associações elegem diretoras para mandatos de dois anos e realizam reuniões e workshops periódicos dirigidos por mulheres talentosas que se distinguem como *maestras notables*. As artesãs estabelecem vínculos de amizade à medida que exploram sua identidade como mestiças e indígenas bolivianas vítimas da discriminação, inclusive no próprio lar. “Antes de integrar-me à associação, eu era muito tímida quando estava em um grupo de pessoas”, observou uma tecelã de redes guaraia de Urubichá em meados da década de 1990. “O simples ato de ir à varanda de um vizinho e iniciar uma conversa era aterrador. Mas a associação me forçou a participar de reuniões mensais e gradualmente eu me acostumei a falar diante de outras mulheres. Em nossas aulas,

fazíamos exercícios de preparação de faturas e documentação de nossas transações. Pude reaprender as aptidões básicas de escritura que tinha perdido pela falta de prática”.

Inicialmente, cada associação nomeava entre seus membros uma “coordenadora” que atuava como ligação com o CIDAC para distribuir matéria-prima, reunir produtos para a venda em Santa Cruz e registrar transações financeiras—apoiadas por profissionais do CIDAC. Com o tempo, a coordenadora transformou-se na responsável de produção, administração e contabilidade, refletindo as aptidões requeridas e recebendo um estipêndio mensal financiado com as vendas da associação. Hoje cada associação tem duas responsáveis, as quais, além de suas tarefas originais, também controlam o inventário e o calendário de produção, ajudam cada uma das artesãs com a contabilidade nos cadernos exigidos, comunicam instruções e comentários, transportam artigos para o escritório administrativo de Santa Cruz e lançam informações detalhadas sobre cada peça em um arquivo de computador.

O apoio ininterrupto da IAF ao longo de uma década deu lugar à consolidação de uma estrutura estável para canalizar recursos adicionais a um programa que agregava constantemente artesãs e comunidades novas. A estrutura formada pelas associações que produzem artesanatos coloridos e característicos foi essencial para atrair fundos de doadores dos Estados Unidos, europeus, multilaterais e bolivianos. Sete das associações mais sólidas beneficiaram-se do programa de doações criado pelo Banco Mundial em resposta à crise social oriunda da aplicação clássica, por parte da Bolívia, de reformas econômicas neoliberais. Graças ao investimento desses fundos pelo governo boliviano na construção de uso intensivo de mão-de-obra em comunidades de baixa renda, as sete associações adquiriram infra-estrutura que consistiu em escritórios, salas de exposição, salões de reunião, lojas e espaços para workshops, depósitos e reuniões sociais. Além disso, uma percentagem dos lucros é destinada por algumas associações a fundos sociais que apóiam, por exemplo, o desenvolvimento de melhores batatas-semente, cultivo de algodão nativo, aquisição de uma propriedade, inventário de uma loja de produtos têxteis e até mesmo exposições artesanais. O estudo da Oxfam-

América sobre o desenvolvimento de base na região amazônica, *Amazonia: Economía Indígena y Mercado, Los Desafíos de Desarrollo Autónomo* [Amazônia: Economia indígena e mercado, os desafios do desenvolvimento autônomo], destacou este fundo social por sua eficácia na promoção de investimentos que beneficiam à comunidade.

Além disso, as associações facilitaram os intercâmbios entre as localidades. Este tipo de visita é amplamente praticado no desenvolvimento de base, porque ajuda os indivíduos a formar sistemas de apoio mútuo e intercambiar experiências e idéias. As artesãs do CIDAC beneficiaram-se consideravelmente dos intercâmbios com colegas de outros grupos étnicos. Vi as mulheres izocenas falarem com entusiasmo da atitude segura da mulher guaraia. Os intercâmbios intensificaram-se quando as associações existentes deram um passo gigantesco à frente ao formarem a federação ARTECAMPO, um organismo multiétnico que, com uma única voz, fala às autoridades regionais e ao público geral. O 20º aniversário da ARTECAMPO em 2007 reuniu 70 representantes das 14 associações para tratar dos temas básicos do desenvolvimento de base. As delegadas revezaram-se na apresentação dos balancetes, tendências de vendas e planos de trabalho para observação e discussão. Os técnicos de campo do CIDAC fizeram suas avaliações da gestão administrativa e financeira de cada associação.

A discriminação de gênero, a identidade cultural e a importância do artesanato passaram a ser temas de destacado interesse nas reuniões e as mulheres meditam sobre sua tríplice jornada. “Temos focado a atenção em nossa situação injusta, uma vez que nosso dia consiste em levantar cedo, limpar a casa, fazer as camas, preparar o café da manhã, buscar a água, dar de comer aos animais, vestir as crianças para a escola, lavar a roupa, preparar e levar o almoço a nossos maridos no campo, fazer o café para a sesta, tecer um chapéu de palha, preparar o jantar, lavar os pratos, limpar a cozinha e, em seguida, voltar a tecer nas horas restantes do dia”, observou uma tecelã de chapéus. Elba Montano, tecelã



Mirian Oreyai, tecelã guaraia de redes, em Urubichá. Maria Molina

de redes, disse quando foi presidente da ARTECAMPO: “Nós, as mulheres do campo, acrescentamos ao nosso trabalho de tempo integral como donas de casa e no campo o trabalho de artesãs. No entanto, não somos simplesmente artesãs. Somos também trabalhadoras culturais, porque mantemos vivas as nossas tradições, aumentamos o entendimento de nós mesmas e oferecemos nossos produtos para que outros desfrutem deles. Somos uma parte importante do desenvolvimento econômico da região, embora muitos se recusem a reconhecer este fato”.

No entanto, apesar de importantes avanços, as associações invariavelmente enfrentaram desafios ao lutarem por criar estruturas de gestão democrática caracterizadas pela capacidade e responsabilidade. Tampouco foi fácil para mulheres de baixa renda com estudos limitados atuar como contadoras e administradoras. No fim da primeira década do programa do CIDAC, as técnicas para confeccionar artesanato tinham evoluído muito mais do que as necessárias para dirigir um empreendimento social que oferece serviços e capacitação. O antropólogo boliviano, Antonio Ugarte, que acompanhou as asso-

A historia de uma bordadeira

Em 1985, quando Mercedes Peña aproximou-se pela primeira vez de Ada Vaca querendo aprender novas habilidades para aumentar sua receita, a mulher chiquitana de Tajibos estava desesperada. Ela e seu marido haviam sido seduzidos por um farsa de desenvolvimento que os havia sobrecarregado com mudas de abacaxi doentes e os deixou de tal forma endividados que o banco estava ameaçando executar a hipoteca de sua propriedade.

Ada respondeu à história triste de Mercedes testando suas habilidades em crochê e registrando-a no treinamento em bordado. Quando adquiriu perícia, o CIDAC forneceu-lhe materiais, além de assistência técnica na pessoa de uma jovem designer chilena que morou na comunidade de Mercedes por longos períodos durante os anos seguintes. Naquele período, Mercedes recrutou 16 vizinhas para formarem uma associação que ela iria liderar como “coordenadora” por seis anos. No início, as associadas reuniam-se sob uma árvore, depois na casa dos Peña; hoje, elas estão alojadas em um centro construído para sua associação.

Ao refletir sobre seus 20 e poucos anos com o CIDAC-ARTECAMPO, Mercedes disse: “Acho que nós artesãs nos sentimos mais autoconfiantes como mulheres. Não temos medo de falar e isso se deve, em parte, por termos demonstrado nossa habilidade

para executar trabalho remuneratório que sustenta nossas famílias. A hesitação inicial de nossos maridos em apoiar nossa iniciativa transformou-se em entusiasmo. Eles têm que migrar para outras áreas durante meses para obter renda para a família, enquanto nós, mulheres que ficamos para cuidar de nossas propriedades rurais, temos nossos rendimentos garantidos pelo artesanato”.

“Nossa associação tem agora 54 membros produtores e ganhou US\$21.000 em 2007. Encontramos muitos desafios pelo caminho, inclusive as práticas corruptas de um de nossos líderes, o que nos envergonhou muito. Mas fizemos excelente progresso com nossa organização e a qualidade de nosso bordado. Nunca imaginei que cresceríamos tanto ou que desfrutaríamos de tal respeito das autoridades e da população de nossa cidade natal. A ARTECAMPO nos proporcionou um reconhecimento incrível na região. Nossa organização pode negociar recursos de diferentes entidades públicas para lidar com problemas da comunidade. Aprendemos muito e consegui transmitir esses ensinamentos para minha família. Durante todos esses anos a Senhora Ada trabalhou lado a lado conosco e tornou-se parte de nós e nós, dela. Ficarei sempre grata que nossas vidas tenham contribuído para alguma coisa. Nunca deixaremos de agradecer a ela”. —K.H.





Bolsas aioreo.

ciações durante a década de 1980, relatou à IAF que a informalidade e falta de regras, responsabilidades e procedimentos permitiu a certas líderes artesãs se beneficiarem desproporcionalmente dos recursos do grupo. Esta situação, na qual um indivíduo chave para o funcionamento de uma organização não pode ser responsabilizado ou substituído, é um cenário familiar no desenvolvimento de base. Isto causou à CIDAC e à ARTECAMPO momentos frustrantes e de séria introspecção.

Em meados da década de 1990 Malena, filha de Ada e historiadora da arte, passou a chefiar o planejamento do CIDAC, ficando encarregada de reavaliar as atividades e recomendar mudanças. Propôs reuniões mais frequentes para resolver os problemas à medida que surgissem. E incentivou as artesãs a serem alfabetizadas, repassar temas da escola primária e inscrever-se em cursos curtos para aprender a redigir relatórios, dirigir uma reunião, organizar uma discussão, formular um projeto simples de desen-

Locais da ARTECAMPO



volvimento comunitário ou fomentar uma maior participação. “Isso”, afirmou, “finalmente preparou o caminho para delegar a administração financeira a algumas afiliadas”. Levou anos a transição para o ponto em que as responsáveis em 12 das 14 associações pudessem gerenciar a conta bancária, mas o CIDAC-ARTECAMPO continuou impulsionando a institucionalização das práticas. As responsáveis agora produzem os balancetes anuais da respectiva associação, os quais são apresentados e considerados na reunião geral anual da ARTECAMPO.

Um mercado especializado

Em 1984 a loja do CIDAC abriu suas portas em um encantador edifício de um andar apenas a seis quadras da praça central de Santa Cruz, anunciando o renascimento cultural da região. Inicialmente, a variedade de produtos das planícies orientais da Bolívia contrastava com os estoques de artesanatos aimará e quéchua dos altiplanos ocidentais oferecidos por outras lojas. Uma sala de exposição como um museu também distingue a loja.

Basta entrar na loja para se sentir uma descarga de adrenalina. Todo tipo de artigos de diferentes

tamanhos, formas, cores e desenhos estão dispostos por associação nas paredes, estantes e plataformas. Uma seleção de colchas, toalhas de mesa, jogos americanos de mesa, cinturões e bolsas, mostra como as tecelãs guaraias têm diversificado sua linha. Chapéus clássicos de Ichilo, de tecido espesso mas flexível e elegantemente feminino, estão ao lado de cestos e pequenas caixas ovaladas e retangulares do mesmo material. Em um nicho, pássaros cor de cacau, um vaso em forma de pato de elegantes proporções, urnas, figuras de animais e abajures de argila para lâmpadas demonstram a técnica e imaginação das artesãs de Cotoca. Ao lado das redes, bolsas e tapetes de parede de estrias coloridas de Izozog, estão o vermelho, verde e amarelo intensos dos tapetes de piso, grandes e pequenos, de Vale Grande e figuras feitas de palha de milho. (A PETROBRÁS, empresa petroleira estatal brasileira que realizou importantes investimentos na Bolívia, encomendou 12.000 dessas bonecas, pedido que levou as artesãs de Vale Grande a trabalhar um ano para completar.)

Textos e fotos identificam as mulheres, suas tecnologias, associações e localidades e contam algo de sua história. “Estamos procurando informar nossos clientes sobre a vida e o trabalho das artesãs indígenas e mestiças”, diz um cartaz. “Queremos demonstrar que em povoados remotos há produtores talentosos de origem indígena que continuam ocultos e ignorados. Outro objetivo é informar os clientes sobre os preços justos e a menor disponibilidade de matéria-prima que enfrentam algumas comunidades”. Entre os compradores que apreciam os produtos figuram homens de negócios e funcionários públicos que procuram o presente perfeito para visitantes de fora. Vários bancos de Santa Cruz expõem os produtos da ARTECAMPO nas vitrinas. O elogio mais sincero é a proliferação de empresas que vendem cópias dos dese-



Tapetes izocenhos exibidos na Artecampos.

nhos do CIDAC-ARTECAMPO, feitas sem o mesmo controle de qualidade.

O reconhecimento do CIDAC-ARTECAMPO no mercado tem aumentado devido a vários artigos publicados na mídia sobre seu impacto cultural, social e econômico em Santa Cruz, nos últimos 25 anos. A feira anual de artesãs, realizada desde 1984, atrai um *blitz* da mídia para os novos desenhos e produtos disponíveis aos compradores na época de Natal. Os guias turísticos identificam a loja como uma visita obrigatória. A influência do CIDAC-ARTECAMPO parece

surgir em todos lados, inclusive nos carros carnavalescos e nas boutiques de Miami que vendem criações de designers cruzeiros residentes. Há alguns anos, quando a Miss Bolívia desfilou com trajes típicos na passarela de um concurso de beleza latino-americano, realizado em Quito, ela vestia um conjunto vermelho e negro visivelmente na tradição perpetuada pelas artesãs da ARTECAMPO em Valle Grande. Por ocasião da Cúpula de 2004 de Presidentes Latino-Americanos, a exposição da ARTECAMPO no Hotel Tajibos foi um símbolo apropriado e impressionante do orgulho de um patrimônio multicultural que se está estendendo rapidamente por toda a Bolívia.

O resultado final

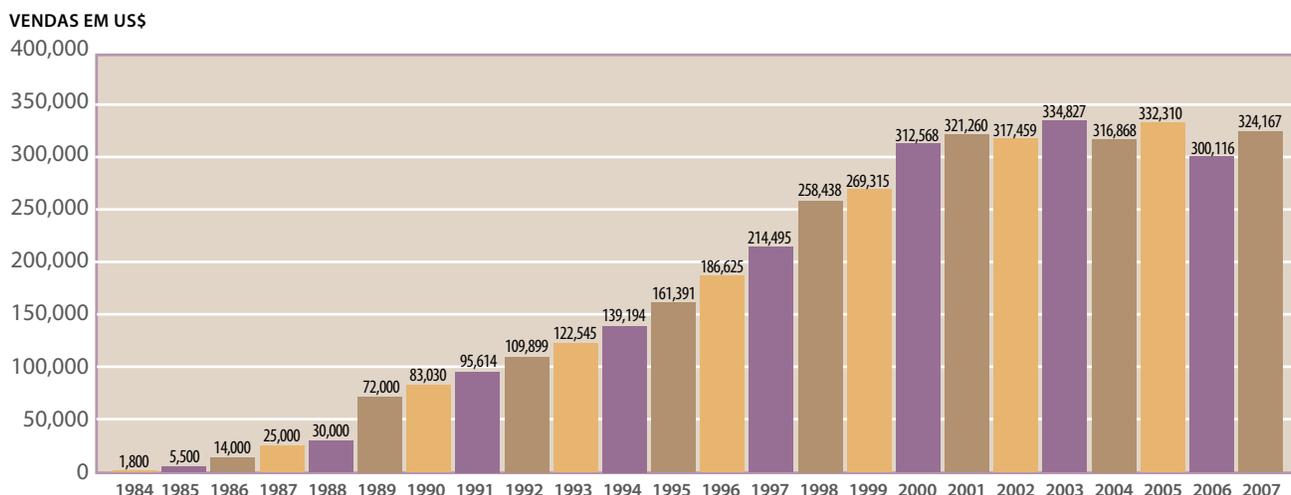
Em 2002 as atividades varejistas eram totalmente auto-suficientes e o CIDAC passou o controle para a ARTECAMPO. Nos últimos anos, a ARTECAMPO adquiriu estandes livres de impostos nos aeroportos internacionais de Santa Cruz e La Paz e uma loja em um elegante bairro da capital. As novas gerentes aprenderam a destinar 18% de todas as vendas para despesas gerais: oito salários de tempo integral e a conta de serviços públicos. O treinamento inclui visitas para recolher as informações necessárias para calcular preços realistas e expor as artesãs à dura concorrência que enfrentam. Para manter uma vantagem no mercado cada vez mais bombardeado com artigos mais baratos importados da Ásia, são essenciais altos padrões, constante inovação e técnicas mais modernas. A qualidade é controlada pelas funcionárias da associação que, ao estabelecerem os preços, destinam

um preço superior a peças especiais; Ada e sua gerente de marketing também dão seu parecer. Nos três últimos anos, o CIDAC apresentou 73 desenhos novos, alguns criados por Ada, pela ceramista Olga Ribero e por Graciela Nera que tem uma grande sensibilidade para as cores e imagens da selva amazônica. Lorgio Vaca, voluntário do CIDAC, contribui com conceitos, tal como as artesãs. O desenvolvimento de produtos é um processo interativo com designers, artistas, *maestras notables* e artesãs comuns que adaptam, modificam e inovam. Os peritos têm injetado suas novas perspectivas frescas no processo.

“Temos usado o melhor talento local”, disse Ada. “Lorgio e um grupo de ceramistas de Santa Cruz estudam os diversos tipos de argila e esmalte e seus usos. Também treinam as artesãs nas tecnologias de fornos e técnicas como a produção de telhas. Olga Ribero é há muito tempo um pilar multifacético de nosso programa. Temos trazido estrangeiros a Santa Cruz. Uma mulher equatoriana ensinou às tecelãs de chapéus a inovar utilizando círculos concêntricos coloridos. Tecelões japoneses ensinaram técnicas de uso da palma e ceramistas japoneses ensinaram técnicas de cocção em Cotoca. O ceramista argentino Jorge Fernández Chiti tem dado cursos sob nosso patrocínio. Ramón Lándivar, boliviano-estadunidense que agora trabalha no sudoeste dos Estados Unidos, ensinou técnicas para reproduzir a cerâmica pré-colombiana”.

As vendas refletem variações consideráveis entre as associações. Em um extremo, as tecelãs de redes guaraias tiveram uma renda bruta de US\$58.687 em 2007; as rendas das bordadeiras, pintoras e escul-

Vendas da ARTECAMPO (1984-2007)



toras elevaram o total guraio a US\$92.000. Os izocenhos e aiores, a duras penas, conseguiram obter rendas de US\$13.429 e US\$10.770, respectivamente, e a incipiente associação em Tentayapi obteve uma renda de apenas US\$1.346 das cerâmicas transportadas de Chuquisaca à longínqua Santa Cruz por trabalhadores da Cruz Vermelha suíça. Segundo um estudo realizado há alguns anos, as artesãs da ARTECAMPO ganham uma média de 36% da res-

pectiva renda familiar (sendo o restante atribuível à agricultura de subsistência e à jornada de trabalho dos homens). Em todas as partes os ganhos refletem os fatores humanos à medida que as artesãs envelhecem, morrem, migram, ficam doentes, abandonam o programa, tornam-se autônomas ou recorrem a outras organizações e comerciantes. Atualmente, as exportações representam de 10% a 15% das vendas à medida que a ARTECAMPO continua a focar o mercado nacional. Os designers nova-iorquinos que assessoram a Aid to Artisans (entidade internacional que trabalha com a Agência de Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos) atribuem uma alta classificação ao potencial de exportação das artesãs da ARTECAMPO. Estes produtos estão sendo vendidos on-line pela empresa Salvaterra Imports.

No entanto, a importância da ARTECAMPO não pode ser medida apenas pela renda dos membros. Os técnicos de campo do CIDAC recentemente documentaram a magnitude deste quarto de século de experiência em desenvolvimento de base em termos de 6.000 artesãs que se têm beneficiado economicamente desta revitalização das tradições artesanais típicas de Santa Cruz. A pergunta que se coloca é se a ARTECAMPO pode, à semelhança de suas operações de varejo, tornar-se auto-suficiente. As associações são agora menos dependentes da assistência técnica do



Agapita Durán e Cirila Franco (a contar da direita) tecendo com a palma de jijipapa.

CIDAC, embora este apoio seja crítico. O CIDAC, por sua vez, depende da ajuda estrangeira, embora menos do que no passado. Mas onde encontrar um exemplo de associação regional de artesãs que tenha conseguido independência financeira? Os desafios que enfrentam são intensificados pela polarização política em Santa Cruz e pelo movimento em prol da autonomia da região. Além das tensas relações com o Governo boliviano em La Paz, essa situação tem resultado na redução do turismo, manipulação e divisões intensificadas nas comunidades indígenas. As artesãs são prejudicadas, embora seus produtos sempre sejam vendidos.

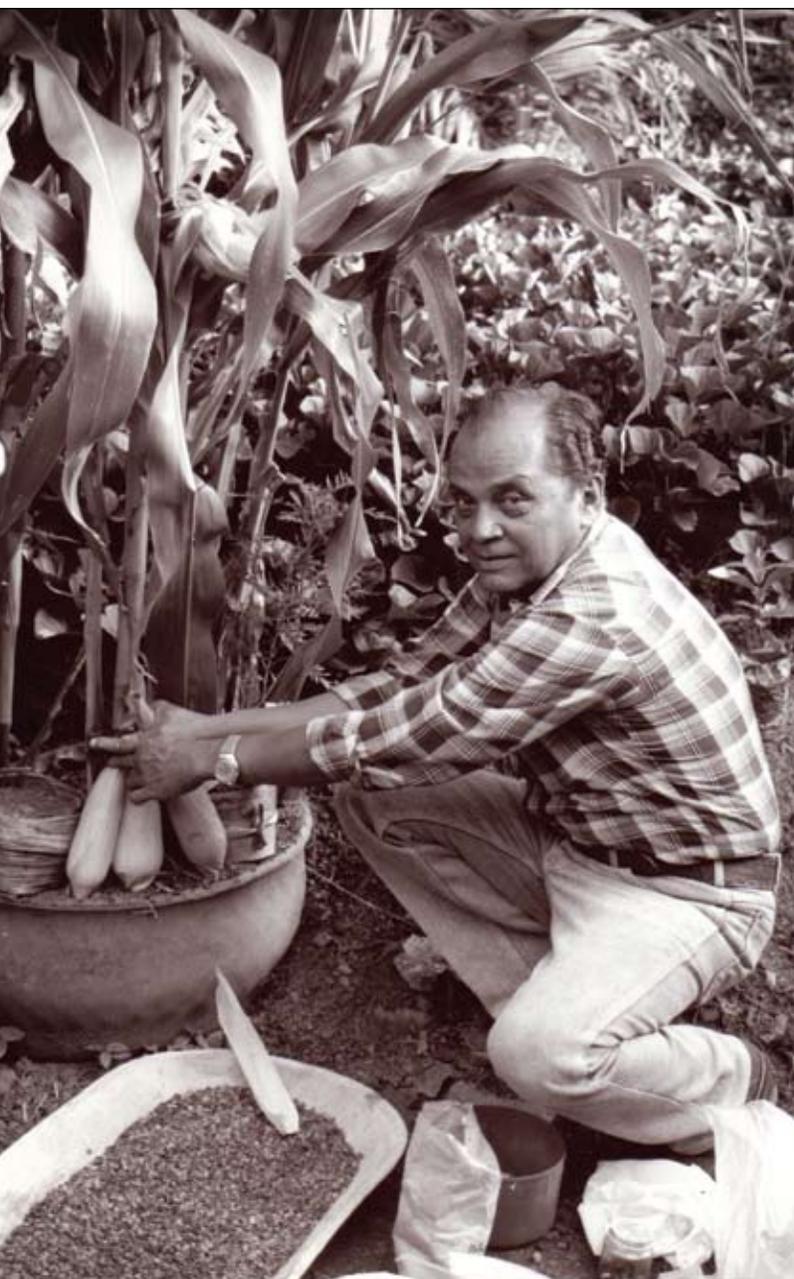
Ada, agora com 70 anos de idade, está reduzindo o número de viagens para avaliar o trabalho. Ainda compartilha e compara experiências em eventos na Bolívia e no exterior e está ajudando o CIDAC a assentar as bases de um museu para expor os trabalhos de artesãs de toda a América Latina. O futuro da ARTECAMPO está nas mãos das maestras notáveis e Ada confia nelas. “Cabe a essas artesãs talentosas”, afirmou, “treinar muitas outras para um mercado em que a demanda de nossos produtos exceda a oferta”.

Kevin Healy é o Representante da IAF para a Bolívia e a Colômbia. Este artigo condensa e atualiza um capítulo de seu livro Llamas, Weavings and Organic Chocolate [Lhamas, tecelagens e chocolate orgânico] (Notre Dame Press: 2001).

O Evangelho Agrícola de Elías Sánchez

De Patrick Breslin

Fotos de Patrick Breslin



Elías Sánchez em Loma Linda em 1992.

Na propriedade agrícola na encosta da montanha onde, até sua morte no ano de 2000, ensinou milhares de agricultores hondurenhos a melhorar suas terras, Elías Sánchez costumava apanhar um punhado de terra e deixá-la escorrer entre os dedos enquanto perguntava aos agricultores o que era aquilo. Apenas um recipiente para sementes e nutrientes onde as plantas cresceriam? Ou uma coisa viva e já rica em processos, onde sementes, nutrientes, ar e água iriam interagir?

A idéia de solo como ecossistema complexo, a ser compreendido mais que explorado, foi um dos pilares de uma abordagem de agricultura que Sánchez chamou de “fazenda humana”. Outra, foi a convicção de que a imaginação poderia ser estimulada a encontrar localmente os recursos para o desenvolvimento. Ambas são idéias que, por analogia, se estendem a todo o conceito de assistência ao desenvolvimento. Serão as regiões de pobreza recipientes nos quais é preciso inserir as sementes e os nutrientes da tecnologia e da perícia do ocidente, ou serão ecossistemas, com processos e recursos próprios, entre os quais estão a criatividade e a liderança?

A carreira e a eterna influência de Sánchez sugerem a segunda hipótese. Ele é um excelente exemplo do surgimento na América Latina, nos últimos 50 anos, de uma infra-estrutura disseminada de liderança baseada em milhares de organizações não-governamentais e de base. Os homens e mulheres que dirigem essas organizações trabalham em ambientes extremamente diferentes, desde depósitos de lixo urbanos até aldeias isoladas, mas sua abordagem comum começa com as pessoas e seus recursos. Elías Sánchez começou com agricultores pobres de sua Honduras natal e os lotes nas encostas de onde arrancavam sua sobrevivência.

Desde a dominação espanhola, a agricultura de encosta na América Latina é sinônimo de pobreza. Os invasores apropriaram-se das excelentes terras baixas dos vales e deixaram os indígenas se arranjarem nas montanhas e encostas. Alguns séculos mais tarde, a “revolução verde” ignorou as terras das encostas e as pessoas que lá trabalhavam e favoreceu a agricultura industrializada dos vales. Na década de 1980, as políticas de ajuste estrutural recomendadas para os países pobres enfatizaram a vantagem comparativa e repudiaram os agricultores pobres como ineficientes e, portanto, irrelevantes. As forças do mercado, presumiram os especialistas, logo os empurrariam para setores mais produtivos da economia, por que então desperdiçar dinheiro fornecendo-lhes treinamento e crédito? (A satisfação de mandar toda uma classe de pessoas para a “lata de lixo da História” de Leon Trotsky não se restringiu apenas aos marxistas.) Guerras, instabilidade política e secas afastaram os agricultores de algumas áreas. Suas próprias técnicas ineficientes, que aceleraram a erosão, os colocaram de pé como peças de boliche para os furacões que arrasaram encostas inteiras. Finalmente, a procura de mão-de-obra barata nos Estados Unidos exerceu uma força gravitacional.

Somente alguns visionários ainda enxergavam algum potencial nas montanhas da Mesoamérica. Um deles era José Elías Sánchez, um rude perito em educação nascido em 1927, que associava irreverência, imaginação, profundo conhecimento sobre agricultura e talento para provocar perguntas dos camponeses mais tímidos a fim de criar com destreza uma agricultura alternativa sob medida para suas necessidades. A essência da filosofia de Sánchez era a convicção de que se devia começar pela pessoa, não pela terra. O importante no treinamento era ensinar os agricultores a pensarem, serem criativos, terem uma atitude positiva. Sem esse crescimento pessoal, as técnicas aprendidas seriam apenas recursos, rapidamente esquecidos ou descartados no primeiro obstáculo inesperado.

Sánchez inspirou alguns de seus alunos a criarem uma rede para dar continuidade aos seus esforços em todo o país e vários deles desenvolveram fazendas-modelo, ou Centros para o Ensino de Agricultura Sustentável (CEAS). Segundo Norman Sagastume, que ajuda a reportar os resultados dos projetos financiados

pela IAF e há duas décadas trabalha nas áreas rurais de Honduras, das mais de 100 fazendas-modelo do país, 30 foram fundadas graças a Sánchez e englobam a rede RED-CEAS. Para os agricultores pobres, as fazendas-modelo são a única fonte de treinamento prático. Embora 70% dos agricultores hondurenhos cultivem as montanhas, eles não vêem um agente de extensão rural governamental desde 1990, disse Sagastume. Não que Sánchez tivesse ficado impressionado, caso os programas do governo tivessem continuado. Após ter trabalhado por um período no Ministério da Educação de Honduras e ter obtido um diploma em Educação pela Universidade do Novo México, Sánchez dirigiu um departamento de treinamento para agentes de extensão rural do Ministério de Recursos Naturais e tornou-se descrente. “Queima de gasolina” era o que considerava o único resultado mensurável das visitas dos agentes ao campo. “Comida de barata” era seu mordaz comentário de desprezo sobre os intermináveis estudos e relatórios elaborados por peritos agrícolas que ocupavam as prateleiras do ministério sem nunca serem lidos.

Sánchez pensava que havia um caminho melhor e, assim, enquanto ainda estava no ministério, fundou uma pequena organização não-governamental para atender às comunidades de baixa renda. Ele levava empregados do ministério para trabalhar com os moradores dessas comunidades e tentava colocá-los em contato com os pensadores originais da agricultura alternativa. Mas “não deu certo”, disse ele a Jim Adriance da IAF (*Desenvolvimento de Base*, 1995, vol. 19, no 1). Antes de 1980, Sánchez deixou seu emprego no ministério e concentrou sua atenção na pequena propriedade agrícola nos arredores de Tegucigalpa que ele e sua esposa haviam comprado em 1964 para complementar sua renda. Ele a chamou de Loma Linda, ou bela montanha e, com a ajuda de um empréstimo dos World Neighbors [Vizinhos Mundiais], a organização não-governamental com sede em Oklahoma que ajuda a pequenos agricultores, ele construiu terraços que mergulhavam e faziam voltas acompanhando os contornos da terra, alguns deles apoiados em pilhas de pneus usados enterrados nas ladeiras. Com esses terraços—e com pneus por toda parte, utilizados inclusive como vasos para plantar ervas e flores—Loma Linda produziu grãos, frutas e vegetais em abundância. A simbologia dos pneus era que eles

eram gratuitos. Um agricultor poderia encontrá-los descartados nos fundos do posto de gasolina mais próximo ou na beira da estrada. Tudo o que Sánchez fazia continha um ensinamento. Pneus usados diziam que não era necessário dinheiro para melhorar sua propriedade, apenas imaginação e muito trabalho. Os agricultores que ele queria atender conheciam o trabalho pesado. Mas nenhum deles havia tentado usar a imaginação.

Nas últimas décadas, Sánchez ajudou mais de 30.000 agricultores a passarem das práticas de derrubada e queimada, que exauriam a terra e aceleravam a erosão, para uma agricultura com menos uso de produtos químicos e mais sustentável, focada na proteção e enriquecimento do solo. Mediante treinamento prático realizado numa terra muito parecida com as deles, Sánchez incentivava os agricultores a valorizarem seu próprio conhecimento e experiência e a adicionar a estas técnicas que ele havia imaginado, como a *labranza mínima*, que significa mínimo de mão-de-obra e é também chamada de cultura em fileiras duplas. Fazer sulcos em terraços mais estreitos na encosta era mais fácil para os agricultores que não dispunham das ferramentas para construir os amplos terraços que os agrônomos preferiam. Começando com uma pequena extensão de terra e adicionando adubo ao solo todos os anos, eles disseminavam seu trabalho ao longo dos anos e, ao mesmo tempo, beneficiavam constantemente a terra. Em toda Honduras podem-se ver terraços construídos nas encostas das montanhas com a utilização desse método, e a prática de queimadas antes da plantação diminuiu. Ambas as características da agricultura hondurenha contemporânea são legados de Elias Sánchez. Em 1996, a Brown University reconheceu suas realizações com o Alan Shawn Feinstein World Hunger Award, um prêmio de US\$10.000 para serviço público e educação. Sua vida e sua obra foram descritas por Katie Smith em *The Human Farm: A Tale of Changing Lives and Changing Lands* [A fazenda humana: uma história de mudança de vidas e mudança de terras] (Kumarian Press, 1994).

Em novembro de 1998, o furacão Mitch destruiu grande parte de Honduras. Propriedades inteiras nas encostas das montanhas desceram ladeira abaixo, mas as que eram contornadas com terraços sobreviveram com prejuízos mínimos. Os terraços de Loma Linda também sobreviveram, mas seus prédios foram

destruídos, inclusive a casa e a biblioteca de Sánchez. Como o agricultor da propriedade bem acima do desfiladeiro não havia adotado técnicas de combate à erosão, uma parede de água, lama, árvores e rochas desceu a montanha e destruiu o centro de treinamento. Contudo, Sánchez estava determinado a reconstruí-lo. “A propriedade física foi destruída, mas a fazenda humana sobrevive”, disse ele apontando para sua própria cabeça. Com financiamento internacional e a ajuda de voluntários hondurenhos, foram construídos novos dormitórios e novas salas de aula. Mas Sánchez, então com 73 anos, morreu em 18 de março de 2000, menos de duas semanas antes da data marcada para a reabertura do centro. Com sua morte, o treinamento em Loma Linda acabou.

“Sabe o que me impressiona”, disse Norman Sagastume quando viajávamos em direção ao norte, para Siguatepeque, vários anos mais tarde. “Muitas das pessoas que conheceram Don Elías não se lembram da sua propriedade agrícola. Elas se lembram da sua pontualidade, seu respeito e amor pelas pessoas. Atitudes, valores, como tratava as pessoas. Ninguém me diz que lembra de sua propriedade”. Sagastume sempre visitava Loma Linda durante o seu trabalho. Ele esteve lá dois dias antes de Sánchez falecer. Ele ri ao lembrar que Sánchez praticamente o expulsou de lá. “Não quero vê-lo aqui novamente”, Sánchez lhe falou, “até você comprar uma propriedade agrícola. A esperança de Honduras está em vocês, jovens. Você tem que divulgar essas idéias, ensinar a fazenda humana”.

Sagastume e eu estávamos inspecionando o progresso da RED-CEAS e a continuação do impacto das idéias de Sánchez. Nossa primeira parada foi na propriedade de Rene Santos, o presidente da rede, que havia trabalhado sete anos na World Neighbors e tinha contato freqüente com Sánchez. Desde que criou sua própria fazenda-modelo, ele já treinou mais de 8.000 pessoas, milhares de outras passam por lá em excursões educacionais, inclusive visitantes do Canadá e Estados Unidos. A maioria dos grupos tem de oito a 25 integrantes e fica lá de um a cinco dias. O Corpo de Paz dos Estados Unidos envia seus voluntários para treinamento, disse Santos com um sorriso irônico, mas eles querem ver um pouco de tudo em quatro horas e, muitas vezes, é preciso mostrar a eles como usar as ferramentas. Portanto, alguns assuntos ficam totalmente de fora”.

O curso aborda tópicos variados como desenvolvimento humano e motivação, higiene pessoal, saúde familiar e nutrição, plantas medicinais, processo de enlatar e preservar alimentos, agricultura orgânica, conservação do solo, permacultura, controle biológico de pragas, conversão do solo, construção de terraços nas encostas, construções de taipa, poços e cisternas. Santos devora informação e possui uma biblioteca bem organizada de livros e artigos sobre os assuntos que ensina. “As pessoas sempre vêm aqui para usá-la”, disse ele. “Um rapaz do sul vem todas as semanas. Ele passa a metade do dia lendo, fazendo anotações e depois se vai.” Com a ajuda da World Neighbors do Canadá, Santos pretende ampliar a biblioteca e adicionar um canto de leitura para as crianças. “Um dos objetivos é desenvolver o hábito da leitura, oferecer jogos educativos, até mesmo a Internet. Trata-se de um serviço, não ganhamos nada com isso”.

A família Santos tira sua subsistência dos outros serviços que oferece aos visitantes—alojamento, refeições e visitas guiadas à propriedade agrícola—e da própria produção da propriedade. Santos possui uma licença para vender serviços e sua empresa é o reflexo de uma ambição antiga. “Sempre pensei que eu não queria terminar como alguns homens que vemos por aí, entre 70 e 80 anos, andando com uma enxada no ombro, procurando trabalho”, disse. “Minha idéia, se Deus quiser, quando eu tiver essa idade, é estar na minha própria casa, talvez não com a energia para trabalhar na fazenda, mas pelo menos para administrá-la e viver do que ela produzir. E digo aos meus filhos [que ainda trabalham com ele de alguma forma]: ‘Vamos desenvolvê-la. Esta é sua herança.’”

Mais tarde, naquele mesmo dia, Sagastume e eu participamos de uma reunião na propriedade de Santos onde outros fazendeiros da RED-CEAS discutiram como vender sua competência para o governo local e para doadores internacionais. É o maior desafio que a rede enfrenta e seria levantado com frequência nos próximos dias. Um proprietário que não pôde participar da reunião foi Ismael Vargas. No dia seguinte, Sagastume—que havia incentivado a rede no seu trabalho anterior com uma agência de desenvolvimento suíça—e eu deixamos a capital em direção ao nordeste, a Olancho, para encontrá-lo. Depois de trabalhar com Sánchez durante sete anos, Vargas iniciou sua própria propriedade agrícola perto

de Juticalpa e recebeu apoio inicial como parte da doação da Fundação Interamericana para a Família y Medio Ambiente (FAMA), uma organização de microcrédito hondurenha da qual ainda é membro.

Impecável, vestindo calças azul-marinho, camisa azul claro e botas de trabalho de couro, Vargas atravessou um túnel verde de árvores frutíferas para nos receber. Seus cabelos totalmente brancos formavam uma espessa franja em torno de sua cabeça lembrando o busto de um senador romano. Seus olhos faiscavam diante da oportunidade de nos mostrar sua propriedade novamente. Quando a vi pela primeira vez, doze anos antes, as árvores não passavam de mudas franzinas. Agora, há uma dúzia de tons de verde na vegetação que protege a casa do calor do sol. Entre as árvores encontram-se diversas plantas medicinais que Vargas vende. Uma planta, contou Vargas, facilita o parto de bezerras; as mulheres da região habitualmente a utilizam também. Não havia insetos em torno de uma outra. “Ela também repele cobras”, disse Vargas. “Uma cobra preferiria atravessar carvão em brasa do que as folhas desta planta”.

Sánches sabia desde o início que queria disseminar sua abordagem além de Loma Linda. Sabia também que nem todos os agricultores pobres cultivavam as encostas e, em um país com tantos microclimas, as condições variam muito. Idealizou um modelo de propriedades rurais espalhadas por toda Honduras, partilhando uma filosofia, mas enfatizando as condições locais. “Esse foi um dos seus primeiros planos”, lembrou Vargas. “Ele sempre dizia que deveria haver no mínimo cinco centros em cada um dos 18 departamentos de Honduras. Por exemplo, aqui perto temos a aldeia de La Llave, que é mais alta e mais fria do que aqui. Se plantarmos milho de lá até aqui, só teremos a haste. Não produziremos espigas. É preciso conhecer as condições locais”.

Sánches procurou insistentemente homens para implementar sua visão de centros de ensino em todo o país. Em 1980, encontrou Vargas plantando café em uma finca em Guinope depois de ter desenvolvido alguns trabalhos com os World Neighbors na região. Durante todo o ano seguinte, Sánchez aparecia regularmente por lá. “Ele estava me avaliando”, disse Vargas. “Em 1982, eu estava planejando ir trabalhar numa terra que minha mãe tinha. Elias me perguntou sobre meus planos e se eu tinha economias.



Pneus como vasos de plantas.

‘Nada’, eu lhe disse. ‘Venha comigo’, disse ele, ‘pagarei um salário e treinarei você’. Então, em junho de 1982, comecei a trabalhar com Don Elías e fiquei com ele até 1989 quando vim para cá com a idéia da finca na cabeça. Mas mesmo então, eu estava sempre em contato com ele. Sempre que tinha alguma dúvida, ou me sentia derrotado, procurava sua opinião”. Vargas tornou essa ligação explícita batizando sua propriedade agrícola Finca Elías. “Para mim, ele era três pessoas”, confessou Vargas. “Um segundo pai, um grande professor e um excelente companheiro”.

Vargas expandiu a técnica de Sánchez de provocar a imaginação de seus visitantes utilizando implementos agrícolas incomuns. Construiu canteiros para mudas sob telas em simples plataformas de madeira suspensas. A parte superior de um crânio de boi esbranquiçado pendurada ali perto parecia um modelo de pintura de Georgia O’Keefe. Com os dentes que restavam, tornou-se um ancinho perfeito

para tirar as ervas daninhas das pequenas fileiras de mudas da caixa. Olancho é terra de gado. Vargas estava ensinando que as ferramentas apropriadas estão em toda parte, se usarmos nossa imaginação.

Como em Loma Linda, havia pneus usados nos lugares mais inesperados. Vários deles pendiam de uma árvore, alguns cheios de imensas cebolas. “Uma vez recebi a visita de um grupo de professoras”, lembrou Vargas. “Uma, olhando as cebolas, disse: ‘Acho que Don Ismael foi ao mercado e comprou essas cebolas’. Então mostrei-lhes as cebolas crescendo dentro dos pneus, e a professora não podia acreditar. ‘Nunca soube que fosse possível cultivar cebolas desse tamanho nesta área, mas você me convenceu’, disse ela. Esse é o ponto: que as pessoas vejam que é possível”.

Grupos de professoras ainda vêm aprender sobre agricultura orgânica e os agricultores a quem Vargas ensinou o visitam regularmente para falar de suas plantações. Mas as instituições hondurenhas, que um dia promoveram a agricultura orgânica e subsidiaram treinamento para agricultores locais perderam o financiamento e as organizações internacionais que apoiavam esse trabalho sofreram cortes no orçamento. Enquanto isso, federações locais de café conversavam com Vargas acerca do treinamento em métodos orgânicos e ele trabalhava com especialistas em microcrédito da FAMA que haviam descoberto que o emprego da filosofia de fazendas humanas não apenas tornava o seu trabalho mais interessante como também estava reduzindo as taxas de inadimplência.

No dia seguinte, nos inteiramos da conversa na fazenda-modelo de Jorge Amador em Sábana Grande, porta de entrada para uma área devastada. O sul de Honduras foi palco de importantes surtos de expansão agrícola na segunda metade do Século XX, primeiro com o algodão e depois com o melão. Toda a produção tornou-se de grande escala e com uso intenso de produtos químicos. Agricultores deslocados acabaram por queimar e arar as encostas até desgastá-las totalmente. Os agentes químicos envenenaram o solo. O resultado foi um caso clássico sobre desertificação. Onde antes as cachoeiras se debruçavam sobre as florestas, só há areia e rocha. Ramón Velásquez, que há muito atua no trabalho de desenvolvimento e hoje é vice-presidente do Congresso de Honduras, lembra-se de um jaguar morto na densa vegetação na entrada de sua cidade quando

era menino. Agora, nos perguntamos onde um gato poderia se esconder.

Nada disso faz Amador desanimar. “Se trouxermos água para cá e cuidarmos do solo, podemos plantar qualquer coisa”, insiste. Uma visita à propriedade confirma suas palavras. Ele aponta para altos mamoeiros, pesados com as frutas verdes resplandecentes. Seus troncos estão rodeados de camadas de palha de milho para manter a umidade do solo. “Se deixarmos o sol bater no solo, ele queima, e as árvores morrem na estação da seca”, explicou. Aos 60 anos, Amador é um homem forte, com braços grossos—ele é ferreiro, além de agricultor—olhos castanhos, cabelo escuro ondulado, rosto expressivo e mãos agitadas. Nunca vai a parte alguma de sua propriedade sem uma ferramenta nas mãos ou um chapéu na cabeça. “Eu poderia ir sem chapéu”, disse, “mas este chapéu contém uma mensagem, que eu vim do mesmo lugar que todos esses agricultores—agricultores que conhecem a fome. E digo-lhes que graças ao trabalho que realizamos eles podem botar mais tortillas na mesa”.

O pai de Amador foi meeiro porque não tinha terra própria e morreu quando o filho tinha 12 anos. Amador trabalhou em serrarias por vários anos. Aos 20 anos, fez um balanço da sua vida. “Voltei das serrarias para a casa da minha mãe sem nada”, lembra. “Gastava todo o dinheiro que ganhava com bebida. Para poder voltar para casa, tive que aceitar um trabalho de matar cobras no mato. Depois disso, parei de beber e parei de fumar”. Ele voltou ao trabalho na lavoura, mas dessa vez conseguiu guardar dinheiro. “Pela primeira vez na vida, comi em um restaurante”.

Da próxima vez que foi para casa, ele lembra, tinha dinheiro para comprar de volta terras que sua mãe havia vendido. Mais tarde, comprou mais terras e construiu uma oficina de ferreiro. Um dia, participou de um workshop sobre agricultura patrocinado pela Companheiros das Américas. “Gostei da aula”, disse. “Havia uma parte sobre agricultura, mas acima de tudo, falava sobre a mente humana. Elías Sánchez era um dos professores. Disse-lhe que queria que ele conhecesse minhas terras porque eu queria iniciar esse tipo de agricultura”. Amador começou a empregar as técnicas e, quando veio visitá-lo, Sánchez ficou impressionado. “Depois disso”, lembrou Amador, “o programa dos Companheiros contratou-me como trabalhador de campo. Trabalhei por três anos. Mas sempre visitava Don Elías aos sábados para ver que

técnicas ele estava usando e depois as trazia para cá”. Amador deixou os Companheiros quando Sánchez lhe ofereceu um salário mais alto e depois trabalhou em outros programas. “Já estive em 48 lugares diferentes treinando pessoas em Honduras, em contato com diferentes organizações—Companheiros, Plan International, World Vision, Catholic Relief Services”, contou. “Mas sempre voltava para Don Elías. De modo intermitente, trabalhei com ele por oito anos. Aprendi muito do meu trabalho com os Companheiros, mas aprendi mais com Elías”.

Amador repete a insistência de Sánchez no fator humano. “Especialmente nesta área”, disse ele. “Precisamos moldar pessoas, ajudá-las a aprender. Continuo a insistir que não existe pobreza em lugar algum do mundo. O que existe é ignorância. Se as pessoas forem treinadas, se estiverem usando a inteligência, vão conseguir”. Com um novo dormitório em uma colina em frente à sua casa, Amador pode abrigar 22 alunos em sua propriedade. Assim como outros proprietários de fazendas-modelo, ele tem esperança que a RED-CEAS gere interesse no movimento fazenda-humana e ajude a encher aqueles beliches. As fazendas-modelo são empresas sustentáveis, até lucrativas, e seus proprietários podem treinar grandes números de agricultores. O que falta é apoio para os agricultores receberem aquele treinamento.

Paradoxalmente, a migração que levou tantos agricultores potenciais de Honduras poderia acabar reavivando o interesse em realizar o sonho de Elías Sánchez. O impacto da migração é visível em toda Honduras. Ismael Vargas contou que 300 homens migraram da sua aldeia para os EUA. Como a migração está se transformando cada vez mais numa questão política nos Estados Unidos, a busca por soluções reais deverá acabar se concentrando, antes de mais nada, nas condições que obrigam os agricultores pobres a migrar. E neste momento a fazenda humana é o único caminho para ganhar um sustento decente em terra marginal na Mesoamérica. Como diz Jorge Amador, “Se eu consigo sobreviver aqui, você também consegue”.

Patrick Breslin, ex-Vice-Presidente para Assuntos Externos, aposentou-se da IAF em 2007, após 22 anos, para trabalhar em um livro a respeito de líderes de base na América Latina. Ele vive em Kyiv, Ucrânia, e seu endereço é patbreslin@yahoo.com.

Um incansável espírito de desenvolvimento no Haiti



Foi uma das mais memoráveis visitas realizadas durante meu mandato de 19 anos como representante da Fundação Interamericana do Haiti. Em julho de 1990, nas montanhas altas e parcialmente desnudas situadas acima da capital do Haiti, Port-au-Prince, comecei uma jornada montado em um pônei nativo chamado Avyon, que significa avião, pelos recessos elevados da cordilheira do Maciço de la Selle. Meu destino era a aldeia de Belle Fontaine onde eu visitaria o Mouvmann Oganizasyon Devlopman nan Belfontenn (MODB), um donatário da IAF. Após horas de um percurso tedioso, mas persistente, ao longo da sinuosa e estreita trilha rochosa e ensolarada com montanhas íngremes de um lado e descidas escarpadas do outro, Avyon chegou em segurança na aldeia da encosta localizada no centro da grande Terceira Seção Comunitária de Croix-des-Bouquets, ou Kwadebouke na língua Créole falada por seus habitantes.

O isolamento acidentado de Belle Fontaine foi bastante útil no final de 1700, quando se tornou refúgio de escravos fugitivos, ou *nèg mawon*, na colônia da plantação francesa de São Domingos. Posteriormente, seus habitantes não somente lutaram em uma longa e vitoriosa batalha do Haiti pela libertação da escravidão e da colonização francesa, mas também estabeleceram e sustentaram uma grande comunidade autônoma que adotou livremente as tradições africanas trazidas para o Caribe a bordo dos navios negreiros. Na verdade, como mais da metade da população do Haiti na independência de 1804, os primeiros residentes de Belle Fontaine foram sobre-

tudo os *bosal*, pessoas que haviam nascido na África e eram transportadas para as Índias Ocidentais já imersas na cultura africana. Os descendentes atuais desses abolicionistas africanos conhecem bem essas raízes e contam sua história com orgulho aos poucos viajantes corajosos que visitam sua terra natal.

Entre os descendentes dos *bosal* que me saudaram quando eu cheguei estava Jolissaint Pierre, um homem magro e seco, com pouco mais de 20 anos, que ajudou a criar o MODB. Pierre deu os primeiros passos na área do desenvolvimento no início dos anos 80 quando, ainda adolescente, ofereceu-se como voluntário em um programa de conservação do solo organizado por um padre, que posteriormente patrocinaria esse filho de camponeses em um programa de liderança e desenvolvimento no distante Planalto Central do Haiti. Foi durante seu treinamento como profissional em desenvolvimento comunitário, ou *animaté*, que Pierre conheceu a Fundação Interamericana. Durante toda a década de 1970 e de 1980, a IAF apoiou esses programas haitianos oferecendo oportunidades a jovens promissores de adquirirem conhecimento e aprimorem o conjunto principal de competências necessárias para catalisar as iniciativas de base da terra natal. Eles colocaram vários líderes emergentes como Pierre em contato com a IAF.

Ao retornar para Belle Fontaine, Pierre juntou-se a outros para criar em 1985 a primeira organização de desenvolvimento comunitário de origem nacional, o MODB. Posteriormente, mais de 1.000 agricultores e suas famílias, igualmente ansiosos para melhorar de

vida, juntaram-se ao MODB, formando 170 grupos comunitários, ou *gwoupman*. Com essa infra-estrutura nascente criada, o MODB enviou, em 1987, uma proposta para a IAF de um programa que combinava aulas de alfabetização e ensino para adultos com desenvolvimento organizacional. O objetivo era melhorar a situação econômica dos membros por meio de uma melhor conservação do solo, produção e comercialização agrícola. O objetivo da minha visita em julho de 1990 era monitorar o progresso, sob a doação da IAF.

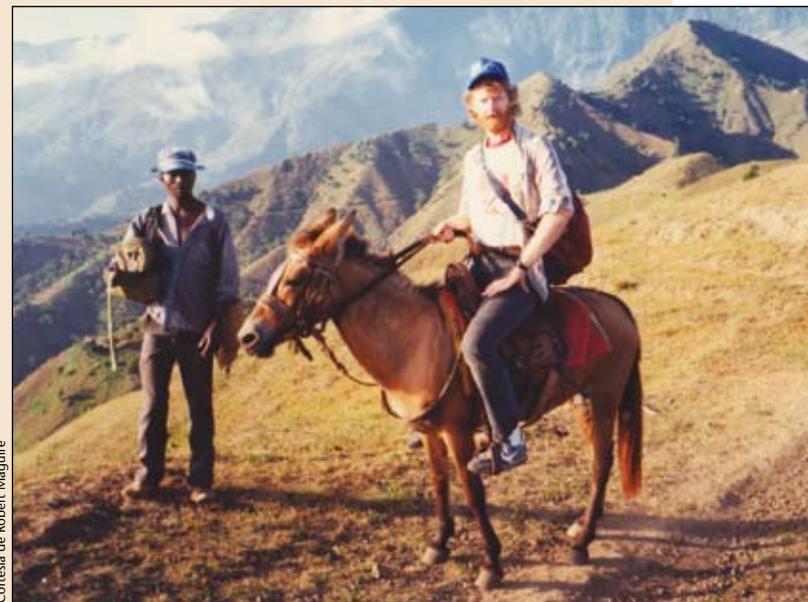
Assim que, meio sem graça, desmontei do Avyon, os líderes do MODB convidaram a mim e ao representante dos serviços de apoio local (SAL) da IAF que havia me acompanhado, para nos sentarmos em volta de uma mesa de madeira rústica à sombra de uma árvore. A equipe de três monitores veteranos do SAL tiveram um papel valioso em ajudar o pessoal da IAF a entender as nuances da mudança do contexto haitiano e em avaliar as propostas e acompanhar os projetos. Quando nos sentamos à mesa, os homens e mulheres jovens do MODB contaram como a Terceira Seção Comunitária de Kwadebouke estava passando por um declínio gradual nas últimas décadas. Até mesmo sua região isolada, segundo eles, não foi poupada da usurpação dos madeireiros e produtores de carvão nas florestas de pinheiros circundantes. A remoção da cobertura florestal foi exacerbada pelos residentes locais que buscavam combustível para cozinhar e terra para cultivar os grãos e vegetais que as mulheres do comércio da região, ou *Madan Sara*, transportavam em cestas sobre suas cabeças para vender em mercados em expansão nas montanhas acima de Port-au-Prince.

Apesar dos esforços locais para melhorar a conservação do solo, as pesadas chuvas sazonais arrastavam a terra que havia secado e depois endurecido durante a estação seca. Embora a conservação tenha ajudado a manter as colheitas, a tributação desenfreada praticada por soldados e representantes do governo mantinha os fazendeiros empobrecidos, roubando deles os recursos que poderiam ser reinvestidos na terra. Empréstimos de agiotas, com taxas de juros mensais de 20% ou mais, extorquiam dinheiro e alimentavam um ciclo vicioso de dívidas, pobreza e deterioração ambiental. Esses mesmos soldados e representantes do governo intimidavam e ameaçavam

os líderes e membros do MODB, pois consideravam seu trabalho perigoso e desestabilizador para o *status quo*. Embora a ditadura da família Duvalier, que permitiu as práticas de exploração por 29 anos, tivesse caído em 1986, governantes militares sucessivos e seus aliados mantiveram a situação inalterada.

Em vista desses obstáculos, não é difícil imaginar o que o MODB estava enfrentando. O Movimento havia conseguido abrir várias escolas comunitárias e uma clínica de saúde, desenvolver um viveiro de árvores, e treinar os membros em técnicas de conservação do solo e produção agrícola, mas o crescimento econômico na aldeia permanecia reprimido. Todavia, os descendentes dos *bosal* e *nèg mawon* estavam determinados a prosseguir corajosamente com o desenvolvimento comunitário. Como já tinham feito anteriormente, os habitantes de Belle Fontaine não tiraram os olhos dos acontecimentos nacionais que afetassem a comunidade. Em julho de 1990, um desses foi a perspectiva de novas eleições. Jolissaint Pierre e seus colegas mantiveram a esperança de que as eleições pudessem trazer mudanças que eliminassem alguns impedimentos ao seu trabalho. Quando montei novamente em Avyon para realizar a íngreme descida, percebi com maior clareza a magnitude e a fragilidade das conquistas do MODB. Compreendi também a vulnerabilidade da região e da organização às forças que estavam além de seu controle, e como esse lugar isolado havia se tor-

O autor montando Avyon, 1990.



Cortesia de Robert Maguire

nado completamente integrado à corrente política, econômica e social dominante do Haiti.

As esperanças que Pierre e seus associados depositaram nas eleições do final de 1990 pareciam inicialmente estar concretizadas. Após a tomada de posse no início de 1991, um relatório da IAF sobre Belle Fontaine indicou que alguns obstáculos que o MODB enfrentava estavam sumindo à medida que o novo governo providenciava a restrição da tributação e da intimidação pelo exército e seus aliados. Um golpe de estado militar no final de 1991, contudo, reverteu essa tendência, provocando forças reacionárias e levando vários líderes do MODB, incluindo Jolissaint Pierre, a fugir da aldeia para a segurança relativa de Port-au-Prince. À medida que se tornaram mais reservados, o MODB suspendeu as operações.

Ao chegar à capital, Pierre descobriu que ele e seus associados não eram os únicos nessa situação precária. De fato, *animaté* de organizações de todo o Haiti—muitas apoiadas pela IAF—buscaram refúgio na fervilhante capital. Uma dúzia ou mais de líderes de base gravitaram para a sala de reuniões do contratante de SAL da IAF, onde eles podiam trocar notícias em segurança ao sabor de infinitas xícaras do forte café preto haitiano. Foi consumido tanto café que o contratante de SAL, impedido de trabalhar na área rural do país durante esse período de turbulento, pediu permissão para transferir os fundos do monitoramento para a compra de café! Com o passar do tempo, as reuniões informais transformaram-se naquilo que os *animaté* começaram a chamar de *lekòl dijans*, ou escola de emergência. Em sala, eles aprenderam a compreender e analisar os eventos atuais; seu dever de casa era desenvolver planos para a reconstrução das organizações comunitárias quando as condições permitissem.

Durante mais de dois anos em Port-au-Prince, Pierre e os *animaté* do MODB eram informados pelos membros da organização que ocasionalmente desciam das montanhas. Bastante cientes das condições na cidade natal, e antecipando um eventual fim para seu exílio, os *animaté* enviaram uma proposta para a IAF no início de 1994 solicitando o apoio de um programa integrado de produção agrícola, armazenamento, comercialização de colheitas e gestão de recursos. A mais essencial das atividades propostas era a construção de um silo de grãos, a criação de um

fundo de empréstimos rotativos para agricultores e as *Madan Sara*, e um banco de ferramentas comunitárias. A realização dos objetivos dependia do ressurgimento dos *gwoupman* e da restauração da confiança de seus membros. Em junho de 1994, a IAF aprovou a proposta e tanto a IAF quanto seu parceiro de base aguardaram as condições certas.

Felizmente, elas chegaram quando o regime militar foi retirado do poder por uma intervenção apoiada pelas Nações Unidas e o governo eleito restaurado em outubro de 1994. Antes que os profissionais em desenvolvimento de *lekòl dijans* retornassem para as aldeias de todo o Haiti para reativar organizações e atividades, eles prometeram manter contato e continuar a trabalhar juntos. Por fim, esta decisão levou à fundação em 1997 da Fondasyon Enstitisyon pou Devlopman ak Edikasyon Sivik ki Sòti nan Baz [Fundação de base pelo desenvolvimento básico e educação cívica] (FIDEB). Essa rede nacional de *animaté* e organizações comunitárias visava promover iniciativas colaborativas em localidades de todo o Haiti encorajando e apoiando parcerias entre grupos de base, autoridades eleitas e empresas ativas na comunidade. Ao trabalhar em uníssono, esses setores identificariam metas comuns e mobilizariam os recursos necessários para atuar de acordo com elas, uma abordagem que eventualmente ficou conhecida como “desenvolvimento local”.

Jolissaint Pierre foi eleito Vice-Presidente do Conselho Diretor de nove membros da FIDEB. Isso significou que ele dividia seu tempo entre Belle Fontaine, onde o MODB estava preparando seu renascimento, e Port-au-Prince, onde a FIDEB tinha sua sede. Ele teve um importante papel no sucesso da FIDEB ao promover e ajudar a apoiar as parcerias para o desenvolvimento local. Entre 1998 e 2001, a FIDEB concedeu doações de contrapartida de até US\$5.000 para pelo menos 75 comunidades, capacitando-as a realizar cerca de 85 projetos incluindo desde criação de gado à reabilitação da infra-estrutura da aldeia. Esse trabalho foi financiado por uma doação da IAF e mais de US\$240.000 em recursos haitianos levantados junto a entidades do setor público e privado.

As primeiras realizações da FIDEB foram registradas em um filme documentário em 2003, *Koudèy sou travay FIDEB nan Devlopman Lòkal* [Um resumo do trabalho da FIDEB para o desenvolvimento local]. Assim

como o MODB aprendeu uma década antes, contudo, a FIDEB descobriu que os sucessos podem desmoronar em um contexto de instabilidade política e violência fora do controle da organização, especialmente entre o final de 2003 e 2005, quando um distúrbio forçou a maioria das autoridades eleitas a deixar seus postos, reforçando a rivalidade em oposição à colaboração e projetando uma sombra sobre as perspectivas de parcerias para um desenvolvimento produtivo. Com uma calma relativa retornando ao Haiti, seguida de eleições no início de 2006 e da posse de novas autoridades locais eleitas em todo o país, no início de 2007, a FIDEB começou a reaver o terreno perdido e a restabelecer sua estratégia de parceria. Jolissaint Pierre continua a trabalhar para a FIDEB e suas afiliadas de base, como representante eleito, e a contribuir com sua considerável experiência e aptidões para as condições em sua aldeia ancestral.

Tal era a situação quando em março de 2007 visitei o Haiti pela primeira vez em três anos, esperando retomar contato com o profissional em desenvolvimento de Belle Fontaine. Desta vez, no entanto, não haveria nenhuma jornada em um pônei crioulo de andar seguro. Em vez disso, quando o profissional veterano em desenvolvimento, Jolissaint Pierre, soube que eu estava em Port-au-Prince, veio me visitar. Hoje, com quase 40 anos, casado e pai de dois adolescentes, ele não havia perdido o entusiasmo, o dinamismo e a determinação. Também não perdeu contato com sua cidade natal apesar de ter sido transferido com sua família para um assentamento nas mesmas montanhas acima de Port-au-Prince onde minha antiga jornada para Belle Fontaine havia começado. Pierre levou pouco tempo para me falar sobre condições específicas em sua cidade natal, que ele visita frequentemente. Enquanto conversávamos, ele pintou um quadro desencorajador de deterioração e disfunção organizacional durante os últimos anos de distúrbios e conflitos, paralelamente a um significativo declínio social e econômico. Esse declínio é caracterizado pela falta de combustível para cozinhar, diminuição da produção e renda agrícola, aumento dos problemas de saúde, uma redução marcada da expectativa de vida dos residentes da aldeia, e uma tendência *sauve-qui-peut* para emigrar entre os jovens da aldeia.

Após resumir o desespero, o incansável Pierre puxou um documento de sua mochila que descrevia

planos que ele e os líderes de Belle Fontaine haviam começado a formular para reativar os programas de educação, saúde e agricultura e o desenvolvimento de pequenas empresas. Um novo ingrediente é a maior colaboração com associações agrícolas nas áreas de planícies vizinhas. Com relação a isso, Pierre descreveu sua participação como conselheiro da Coordination des Paysans pour le Développement de Thomazeau (COPDET), um grupo de associações das planícies de Kwadebouke, bem abaixo dos cumes montanhosos de Belle Fontaine. Em 2006, a COPDET recebeu uma doação da IAF para criar um banco de sementes e fornecer assistência para 300 agricultores que cultivam e comercializam chalotas. Para Pierre, essa incursão na produção e comercialização especializadas representa um importante passo na criação de oportunidades sinérgicas entre os agricultores das planícies mais acessíveis e os produtores e as *Madan Sara* observando de seu poleiro nas áreas montanhosas da Terceira Seção Comunitária de Croix-des-Bouquets.

Quando Pierre finalizou seu resumo, nossa conversa passou para outro componente potencial de um futuro mais próspero para Belle Fontaine. Poderá a aldeia ser desenvolvida como um lugar que os haitianos—incluindo aqueles no estrangeiro—possam visitar para descobrir e refletir sobre a herança de orgulho e história de um povo que certa vez aboliu a escravidão e gerou o segundo país independente do hemisfério?

Comitê central do FIDEB com Bob Maguire em 1999: Jolissaint Pierre, Romer Bocicault, Jean Luc Fénéus e Exempt Valbrun.



Cortesia de FIDEB

Afinal, explicou meu antigo colega, o ziguezague ao longo dos mesmos caminhos precários que eu havia atravessado para chegar a Belle Fontaine no lombo de um cavalo há 17 anos agora é uma dessas estradas que permite chegar à aldeia em 30 minutos de caminhada. “Você nunca mais”, brincou Jolissaint, referindo-se à minha última visita no lombo de Avyon, “terá que fazer uma longa viagem em um avião”.

Em 1984, quando o jovem Jolissaint Pierre participava do programa de treinamento no Planalto Central do Haiti, eu publiquei em *Haiti—Today and Tomorrow* “Strategies for Rural Development in Haiti: Formation, Organization, Implementation,” [Haiti—Hoje e amanhã “Estratégias para o desenvolvimento rural no Haiti: Formação, organização e implementação], um ensaio descrevendo uma estrutura de apoio ao desenvolvimento de base de acordo com uma abordagem chamada “Formação, Organização e Implementação” ou FOI, fé em francês (Charles R. Foster e Albert Valdman, editores, University Press of America: 1984, pp. 161-172). Naquele mesmo ano, o respeitado economista, Albert Hirschman, publicou um pequeno volume descrevendo e analisando o apoio da IAF ao desenvolvimento de base: *O progresso em coletividade: Experiências no desenvolvimento de base na América Latina* (Pergamon Press: 1984). Sua proposta era o “princípio de conservação e mutação de energia social” como um meio de compreen-

der a elasticidade e a transformação entre os líderes comunitários associadas às doações da Fundação Interamericana, assim como a importância do apoio de pessoas chaves da IAF, mesmo diante de um aparente fracasso. A saga do apoio da IAF à evolução de Jolissaint Pierre como líder de base nos últimos 23 anos, uma vez que essas duas publicações afirmavam idéias que eles estabeleceram e servem como sinalização para seguir adiante.

A abordagem FOI propõe que o desenvolvimento de base no Haiti ocorreria em um contínuo orientado ao processo, em três fases. A primeira fase era a formação de líderes promissores por meio de programas de treinamento e ensino informal. Estes líderes, ou *animaté*, aplicariam o conhecimento e as aptidões adquiridos para guiar a criação de organizações através das quais o desenvolvimento de baixo para cima criaria raízes em suas comunidades. As organizações serviriam como o contexto institucional para a implementação de atividades de base específicas, planejadas e gerenciadas localmente. O processo de FOI seria apoiado incrementalmente pelos recursos mobilizados dentro das comunidades e externamente. O financiamento da IAF poderia envolver-se no processo no ponto mais apropriado, apoiando programas de treinamento e ensino, o trabalho organizacional dos *animaté* ou iniciativas de desenvolvimento. Finalmente, como a abordagem criou raízes, as associações e federações das organizações comunitárias emergiriam para expandir oportunidades de progresso. Esses esforços também podem receber apoio da IAF.

Simultaneamente ao que havia evoluído em Belle Fontaine, estavam sendo realizados desenvolvimentos similares ao longo do contínuo da FOI em outras aldeias haitianas. As doações da IAF apoiaram programas que estimularam esses desenvolvimentos, bem como o processo desdobrando-se em várias comunidades. Quando as condições forçaram o deslocamento de Pierre e de outros *animaté* para a capital, foi organizada uma associação informal de profissionais em desenvolvimento comunitário em torno dos *lekòl dijans*. Embora a IAF não a apoie diretamente, seu contratante Serviços de Apoio Local facilitou a escola de emergência e eventualmente seus participantes tornaram-se uma rede de profissionais em desenvolvimento comunitário e organizações de base por meio do financiamento da FIDEB. Por fim, a IAF acom-



Chalotas cultivadas pelos agricultores do COPDET para hotéis, restaurantes e outros clientes.

panhou a FIDEB enquanto ela percorria seu próprio caminho de *FOI* e adotava parcerias para projetos de desenvolvimento local. Em sua mais recente ação de financiamento no Haiti, a IAF apoiou essas iniciativas por meio de sua doação a COPDET.

Tal como a experiência de Pierre ilustra etapas bem-sucedidas em um contínuo de desenvolvimento da *FOI*, ela também demonstra que o progresso não ocorre em vácuo. De fato, ela destaca que o processo de desenvolvimento de base é influenciado por forças externas a ele. No caso de Pierre, o MODB e a FIDEB, essas forças incluíam desde lenhadores locais, produtores de carvão, soldados e agiotas até eleições nacionais, *coup d'état* militar, turbulência política geral e uma intervenção militar geral determinada pela ONU. Na medida em que essas forças prejudicavam, interrompiam, revertiam e transformavam os esforços de Pierre, elas destacavam a relevância do “princípio da mutação e conservação da energia social” no Haiti.

Após visitar os donatários da IAF em vários países no início de 1980s, Hirschman observou que os indivíduos que “tinham participado anteriormente de outras experiências, geralmente mais ‘radicais’ de ação coletiva que quase sempre não atingiam seu objetivo, muitas vezes devido à repressão oficial”, freqüentemente mantinham suas “aspirações iniciais de energia social”. Essa energia social, escreveu ele, “torna-se ativa novamente, mas tende a assumir uma forma diferente”. Foi nessa manutenção e renovação de energia, que ele testemunhou repetidamente durante suas visitas às organizações apoiadas pela IAF, que Hirschman baseou seu princípio de energia social. A carreira de Jolissaint Pierre ilustra a validade contínua desse princípio 23 anos após sua criação, não somente por estar relacionado à resiliência entre os líderes e organizações associados às doações da IAF, mas também por estar relacionado ao modo como seus esforços, apesar dos reveses devastadores e aparente fracasso, trazem resultados transformadores.

O envolvimento de Pierre na catalisação do desenvolvimento de base em Belle Fontaine por meio do MODB e seu *groupe* foi certamente, no Haiti da década de 1980, um exemplo radical de ação coletiva. O MODB e sua abordagem em busca de um desenvolvimento de base foi uma ameaça aos interesses daqueles que protegem e tiram vantagem de um *status quo* opressivo, servido por uma classe rural

desagregada e desinformada vulnerável à expropriação predatória por meio de atos exploradores como tributação desenfreada e empréstimos de agiotas. Desde seu início em 1985 até o *coup d'état* de 1991, o MODB trabalhou para melhorar as condições em Belle Fontaine contra esse pano de fundo da intimidação oficialmente sancionada.

Durante esse terrível período de exílio, Pierre manteve sua energia social por meio de contato com outros profissionais em desenvolvimento exilados e com os membros do MODB das montanhas. A experiência dos *lekòl dijans* levou a uma transformação significativa—ou mutação—da sua energia social quando ele e outros *animaté* passaram além das aspirações para suas comunidades natais em busca de um plano mais amplo para confrontar as necessidades de desenvolvimento de todo Haiti que preparem o campo para a FIDEB e seu foco mais abrangente. Apesar dos reveses, a FIDEB ajudou o desenvolvimento de base haitiano a incorporar o conceito de desenvolvimento local por meio de parcerias que mobilizam recursos comunitários e linhas transeitoriais. A experiência da FIDEB e o desapontamento sofrido em Belle Fontaine canalizaram a energia social de Pierre para perspectivas para ampliar oportunidades em todas as localidades, tal como, a COPDET. Finalmente, a energia social do *animaté* continua a mudar, uma vez que ele considera possibilidades de que a herança histórica de Belle Fontaine possa fornecer uma nova direção para seu desenvolvimento.

Jolissaint Pierre representa não somente um espírito incansável. Da perspectiva da Fundação Interamericana, ele também é um exemplo ambulante de crescimento e transformação que oferece importantes percepções para a aplicação da teoria e análise de desenvolvimento. E sua história é a prova de que a determinação e o entusiasmo para superar obstáculos no caminho da busca pelo desenvolvimento de base no Haiti estão bem vivos—e merecem um forte apoio.

Robert Maguire, especialista em Haiti internacionalmente reconhecido, é professor adjunto na Trinity University, Washington, D.C., onde dirige o Programa de Assuntos Internacionais. De 1979 a 2000, trabalhou como representante da IAF para o Haiti e o Caribe.



Patrick Breslin

Ana Rosario Guzmán, da ARB, separa itens recicláveis no Parque de Reciclaje de la Alquaria, em Bogotá.

Iniciativas de Reciclagem Baseadas nas Comunidades

De Martin Medina

Quem tiver vivido em países da América Latina ou Caribe já viu pessoas de todas as idades catando materiais no lixo. Muitos começam coletando alimentos para comer e outros objetos descartados para utilizar na construção de seus casebres. Com o tempo, eles aprendem que podem ganhar um rendimento de subsistência com o lixo de outras pessoas. Os catadores de lixo são retratados na mídia como um dos grupos mais pobres entre os pobres e são, de fato, desfavorecidos e vulneráveis. Trabalham nas ruas e em depósitos de lixo onde enfrentam inúmeros perigos. São associados à degradação, doença e sujeira, e são considerados um estorvo, um símbolo de atraso, até mesmo criminosos. Quando se organizam, porém, conseguem escapar da pobreza e oferecer uma contribuição genuína à sociedade.

A Fundação Interamericana já financiou mais de 15 iniciativas de reciclagem baseadas em comunidades. Esses donatários desenvolvem empresas viáveis

que incorporam todos os aspectos do processo de gestão do lixo e transformam a coleta itinerante em profissão. Eles melhoram as vidas dos seus integrantes e de outros catadores de lixo, além de proporcionar importantes benefícios ambientais às suas comunidades. Para compreender a importância da reciclagem como um fenômeno urbano contemporâneo, a IAF encomendou um estudo de oito dos seus donatários de reciclagem em seis países.

As atividades econômicas podem ser “formais” ou “informais”. As atividades formais são reguladas e tributadas; as informais, não. A recuperação e venda de itens descartados começou como uma maneira informal de ganhar a vida, talvez séculos atrás. (*Pepenador*, a palavra mexicana para catador, tem origem no náhuatl, um idioma asteca.) A atual proliferação de catadores tem suas raízes em 60 anos de crescimento populacional e migração para as cidades, nos baixos níveis educacionais, na falta de oportunidades de emprego, na produção e no consumo, que geram um

fluxo contínuo de lixo, além da procura da indústria por matérias primas de baixo custo. Os catadores totalizam 3,8 milhões de indivíduos na América Latina; quanto maior a cidade, mais catadores tem. São Paulo, Buenos Aires, Bogotá e Cidade do México têm dezenas de milhares.

A procura por materiais recicláveis é mais intensa onde a industrialização é avançada e diversificada. As pessoas vendem os itens a intermediários que os revendem a sucateiros que, por sua vez, revendem para clientes industriais que adquirem no mínimo um caminhão e só compram materiais classificados, limpos e processados—papelão e papel em fardos, plásticos em granulados. Os catadores independentes não podem executar as funções pós-coleta e, portanto, estão à mercê de intermediários cujos abusos vão desde balanças adulteradas até o exercício do poder monopsonista, ou seja, de um mercado que consiste em um único comprador.

Há 20 anos havia muito poucas organizações de catadores de papel na América Latina e no Caribe. Mas na década de 1980, os catadores de papel começaram a compreender que poderiam progredir coletivamente. Desde então, suas cooperativas e outras formas de associação na América do Sul exploraram e calcula-se que cheguem a 1.000, mais do que em qualquer outra região do mundo, a maioria delas no Brasil, Colômbia e Argentina. Para os catadores, os importantes benefícios de trabalharem juntos são a possibilidade de obter preços melhores—evitando os intermediários, vendendo em grande volume e agregando valor aos materiais vendidos—bem como uma melhor condição de barganha com a indústria e o governo. Depois que as cooperativas são legalmente constituídas como organizações sem fins lucrativos, elas têm capacidade para celebrar um contrato ou um acordo de subsídios. O apoio da IAF e de outros doadores tem sido crucial para os esforços de organização, para um melhor padrão de vida e para avanços em termos de condições de trabalho decentes, práticas trabalhistas e dignidade pessoal.

A Asociación de Recicladores de Bogota (ARB) foi a primeira iniciativa de reciclagem a receber apoio da IAF, que foi canalizado por intermédio de uma doação para a Fundación Corona, a fundação corporativa da Organización Corona, um fabricante de materiais de construção de casas. A ARB, criada em

1989, representa as 21 cooperativas de catadores, afiliadas, localizadas na capital colombiana. Durante grande parte do Século XX, a recuperação de materiais recicláveis retirados do lixo era ilegal na Colômbia, assim como em outros lugares. Essas atividades foram consideradas um problema a ser eliminado, em um determinado momento com uma campanha, iniciada por para-militares, de “limpeza social”. Os catadores de lixo colombianos uniram-se para defender sua subsistência e mudar o sentimento negativo que o governo e a população tinham a seu respeito.

Os esforços da ARB produziram rendimento estável e mais elevado para os catadores de lixo, bem como treinamento para ascensão profissional, acesso a bolsas de estudos e empréstimo imobiliário e, para algumas famílias, moradia construída pelo governo municipal. Recentemente, a ARB obteve êxito nas negociações com domicílios e empresas para a separação dos itens recicláveis antes da coleta pelos caminhões contratados pelo governo municipal para transferi-los para uma unidade de classificação de propriedade municipal administrada pela ARB. A separação na fonte constitui um avanço excepcional. Produz um volume maior de materiais limpos e a sua coleta na fonte contribui para um ambiente de trabalho muito mais saudável do que procurá-los nos depósitos, sarjetas e latas de lixo. (A ARB foi descrita em *Desenvolvimento de Base* 2002.)

Organização é, obviamente, o primeiro passo no processo de desenvolvimento de base e para os recicladores suas implicações podem ter grande alcance. Os grupos de catadores que formam associações nacionais para defender seus interesses têm influência política. Alguns intercederam com sucesso para alterar a lei e a política, acelerando a transição da atividade dos catadores de informal para formal. Em 1986, a ARB uniu-se a outros recicladores colombianos como um dos membros fundadores do primeiro movimento nacional no mundo, que passou a contar com 150 cooperativas, bem como associações regionais e municipais. Seus esforços resultaram na Lei 511 da Colômbia, promulgada em 1999, legalizando a atividade de reciclagem. O Brasil tem 500.000 catadores de lixo, que recuperam 90% do papel, metal, vidro e outros materiais reciclados pela indústria. Em 2001, esses brasileiros criaram o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, a maior orga-

nização do gênero no mundo, com 500 cooperativas afiliadas, representando 60.000 pessoas. O movimento é considerado responsável pela alteração na legislação brasileira, que hoje reconhece e apóia as atividades desenvolvidas pelo setor informal de reciclagem.

A Associação de Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável (ASMARE), donatária da IAF, fundada em 1988 em Belo Horizonte por 14 catadores sem teto, é um exemplo impressionante de empresa de reciclagem de sucesso. A cada mês, 250 membros, 55% mulheres, reciclam 450 toneladas de papel, papelão, plásticos e metais pré-classificados recolhidos em escolas, empresas, residências e edifícios comerciais. O volume de trabalho proporciona aos associados um lucro líquido igual a seis salários mínimos e um inestimável sentimento de auto-estima. “A ASMARE mudou nossas vidas”, disse Dona Geralda, associada fundadora. “As pessoas agora nos tratam como seres humanos. Surgimos como seres humanos e cidadãos”. Com o apoio da IAF, a ASMARE construiu um depósito e criou um vídeo que foi distribuído para disseminar uma experiência que os membros da associação também estão empenhados em promover

individualmente. (Para saber mais sobre a ASMARE, *Desenvolvimento de Base* 2002 e 2004.)

A Cooperativa da Coleta Seletiva e Reciclagem de Resíduos Sólidos com Formação e Educação Ambiental (100 Dimensão), outra donatária da IAF, seguiu o modelo da ASMARE. Fundada em 1998 em um bairro de Brasília assolado pela pobreza, desemprego e desesperança, a 100 Dimensão passou de 37 membros fundadores para 200 trabalhadores sob a liderança de sua presidente Sonia Maria da Silva e com o apoio da IAF. Seus membros, que recolhem 70 toneladas de material por mês, descobriram logo de início que seria possível ganhar dinheiro transformando recicláveis em peças decorativas, como esculturas de metal, abajures e relógios. Os trabalhos venderam bem e, diferentemente dos recicláveis em grande volume, são uma fonte de renda resistente às flutuações de preço.

Uma terceira donatária brasileira da IAF incorpora responsabilidade social à sua missão de reciclagem no estado do Rio de Janeiro. A Cooperativa Mista de Coleta Seletiva e Reaproveitamento de Mesquita Ltda (Coopcarmo), legalmente constituída em 2003, tem

Reciclagem de lixo têxtil em vestimentas na ABA.



apenas 19 membros, todas mulheres afro-descendentes, que a fundaram na esperança de sair da pobreza e conseguir um ambiente mais limpo. Além de papel, plásticos e metais, as associadas recolhem eletrodomésticos, móveis e roupas para reutilização e reparo. Por meio de produções teatrais nas comunidades vizinhas e visitas de porta em porta, elas estimulam os residentes a separarem seus recicláveis antes do descarte. A Coopcarumo pertence a uma rede regional e o movimento nacional de catadores e é representada em uma campanha internacional para integrar jovens de baixa renda na proteção ambiental. O governo municipal de Mesquita, onde está localizada, junto com o comércio local e a Petrobrás, a empresa brasileira de petróleo, são parceiros nas atividades da Coopcarumo e em um programa que fornece sapatos e roupas para que os filhos dos associados possam frequentar a escola adequadamente vestidos com uniformes.

Os recicladores financiados pela IAF de Daule, Santa Lucia e Palestina, ao norte de Guayaquil, a maior cidade do Equador, demonstraram também como suas atividades podem resultar em comunidades mais limpas, com benefícios para o meio ambiente e para a saúde. Os moradores dessas pequenas cidades são extremamente pobres e costumavam ter sérios problemas para administrar o lixo. O lixo acumulava-se nas ruas ou era despejado no Rio Daule ou em áreas abertas. Como solução, a organização Manejo Integrado de Desechos Sólidos (MIDES) propôs um sistema integrado baseado nas comunidades que administraria a coleta, transporte e reciclagem do lixo mediante seu programa, incluindo a criação de um aterro sanitário, bem como uma intensa campanha educacional pelos meios de comunicação e reuniões de bairros.

O donatário enfrentou algumas dificuldades no início. Depois que os estudos preparatórios para o aterro sanitário estavam concluídos, um proprietário retirou a oferta de venda de sua terra. Outro lote ficou disponível, mas exigiu outro estudo e ajustes por causa da diferença na composição do solo e de um rio subterrâneo. Um aterro sanitário deve ser revestido com uma geomembrana para minimizar o vazamento e a possível contaminação das águas subterrâneas e do solo; os resíduos devem ser espalhados em camadas, compactados e cobertos. Por causa do rio sob o terreno, foi preciso usar um revestimento mais forte

e mais dispendioso. Além disso, o terreno estava localizado próximo a um depósito de lixo sem tratamento, que ameaçava vazar dejetos e poluentes. Um financiamento suplementar da IAF foi necessário para fechar adequadamente o depósito de lixo vizinho e descontaminá-lo.

O MIDES usou também recursos da IAF para adquirir carrinhos de mão, caminhões basculantes e caminhões compactadores, além de lançar um sistema de coleta molhado/seco instalando recipientes de cor preta para o lixo não-reciclável e recipientes verdes para os recicláveis. Trabalhando com os três municípios, o MIDES criou o primeiro órgão de gerenciamento de lixo, a Compañía de Economía Mixta Operadora Intercantonal de Saneamiento Ambiental (CEIMOSA), uma empresa público-privada sem fins lucrativos para administrar o aterro sanitário e supervisionar a coleta de lixo, assegurando assim a manutenção da limpeza. Os médicos locais dizem estar verificando uma diminuição nos casos de doenças contagiosas, o que acreditam estar relacionado

Centro de reciclagem da ABA em San Salvador.



com a melhoria da gestão do lixo, embora não haja números disponíveis para confirmar esse benefício.

A Fundación Papyrus, de Caracas, concentrou seu projeto de reciclagem financiado pela IAF em ensinar às crianças o benefício ambiental para a comunidade. Esperava também que os recursos para suas escolas aumentassem por meio da coleta e venda de materiais. Em 1994, em colaboração com a Manpa, sua empresa-mãe e um dos maiores fabricantes de papel da Venezuela, a Fundación Papyrus começou a treinar os professores e estudantes de 25 escolas públicas de Maracay, a sudoeste de Caracas, para promover a conscientização ambiental e a reciclagem em suas comunidades. Cada escola elaborou seu próprio projeto de reciclagem; a maioria criou centros de coleta, principalmente para papel. As crianças aprenderam na prática, e não de forma abstrata, que a reciclagem de papel protege as florestas, reduz a poluição, economiza energia e água e reduz os custos para a indústria. Os professores de arte ensinaram a criação de trabalhos de artesanato a partir do papel coletado, bem como com garrafas de plástico e itens de alumínio. Os trabalhos são exibidos anualmente em uma feira na escola. De modo geral, os professores acharam que a indústria era quem mais lucrava com

o projeto de reciclagem. Mas muitas escolas aproveitaram a oportunidade para vender os materiais coletados e usaram a renda para instalar aparelhos de ar condicionado e construir telhados nos pátios e playgrounds das escolas.

Onde o trabalho é legalizado—e bem remunerado—os catadores têm um sentimento de dignidade e aceitação. Paramentos como uniformes e cartões de identificação reforçam uma imagem positiva de si mesmo. Uma pesquisa revelou que o membro médio das cooperativas de reciclagem estudadas tem 38 anos e está envolvido com reciclagem há oito; a maioria dos trabalhadores é alfabetizada e alguns são casados. As mulheres são maioria nas cooperativas pesquisadas. “As mulheres sabem trabalhar juntas, mas é muito difícil fazer os homens trabalharem juntos”, explicou uma associada da Fundación para el Fomento de Empresas de Recolección y Tratamiento Ambiental de los Desechos Sólidos de Ilopango (ABAILOPANGO) em El Salvador, cujos 15 membros incluem 13 mulheres. A maioria desses recicladores (80%) recupera materiais que foram segregados na origem. Quase todos (98%) gostam do seu trabalho; 91% disseram que ganhavam mais trabalhando na cooperativa e 86% relataram que suas condições de

A vermicompostagem é uma atividade prática para Jorge Martín da ABAILOPANGO.



Sean Sprague

vida haviam melhorado. Suas casas têm sistema de esgoto (88%), eletricidade (100%) e água (97%).

Entretanto, a maioria dos recicladores têm projetos diferentes para seus filhos. A maioria dos pais pesquisados desejava que seus filhos encontrassem outra maneira mais fácil de ganhar a vida. Alguns, contudo, expressaram a opinião de que o pior havia passado para os recicladores e que o futuro parecia melhor. Esses pais tinham esperança de que seus filhos se beneficiariam de fazer parte da força de trabalho que participava da administração municipal do lixo. Nenhum dos donatários pesquisados utiliza trabalho infantil. Cristina Lescano, diretora da Cooperativa El Ceibo in Buenos Aires, disse: “Desde o início sabíamos que as crianças deviam frequentar a escola. Somente os adultos trabalhariam para a cooperativa”. Muitas cooperativas de reciclagem realmente condicionam a participação dos pais à permanência dos seus filhos matriculados na escola. Todos os filhos dos entrevistados pela pesquisa em idade escolar sabiam ler e escrever e quatro tinham diploma universitário.

O futuro dos programas de reciclagem baseados nas comunidades depende, em grande parte, da política do governo. As políticas de apoio, como as do Brasil e da Colômbia, fortalecem as cooperativas de reciclagem e os movimentos nacionais. Sem esse apoio oficial, essas iniciativas podem definir. Nove cooperativas de catadores que ofereciam serviços de gerenciamento de lixo surgiram em El Salvador no final da década de 1990, em parte como resultado do apoio e treinamento oferecidos pela Fundación para el Fomento de Empresas para la Recolección y Tratamiento Ambiental de los Desechos Sólidos (ABA), uma organização focada nos graves problemas de gerenciamento do lixo e desemprego. Mas somente duas sobreviveram à promulgação de uma lei de 2001 que trouxe a concorrência de empresas do setor privado que ofereciam os mesmos serviços.

Essas duas empresas sobreviventes tiveram, desde o início, uma clientela mais diversificada e ainda estão atuando porque diferentemente das outras sete, não dependiam de contratos municipais e não foram afetadas pela nova lei. Uma delas, a Asociación de Basurólogos de la Zacamil (ABAZAC), criada em 1988, havia levado 10 anos para encontrar seu nicho de mercado, creditando esta realização ao treinamento

oferecido pela Fundação ABA. Hoje, além de recuperarem material reciclável do lixo coletado, os membros da ABAZAC oferecem serviços de limpeza, varrem as ruas, transportam itens volumosos e trabalham com vermicompostagem, um processo que utiliza minhocas para decompor a produção dos mercados da cidade para vender para paisagistas e jardineiros. Qualquer pessoa que estiver interessada em fazer sua própria compostagem pode comprar o pacote inicial da cooperativa. Assim como a ABAZAC, a outra cooperativa sobrevivente, ABAILOPANGO, trabalha com vermicompostagem e vende seus pacotes iniciais. Seus membros também obtêm rendimento regular transformando todos os meses lixo têxtil industrial em 2.000 esfregões para vender a uma cadeia de supermercados.

Diante desses e de outros exemplos de sucesso, é surpreendente que organizações de reciclagem tenham sido ignoradas por tanto tempo pelos principais financiadores do desenvolvimento. A IAF estava na vanguarda ao reconhecer o potencial dessas iniciativas. Atualmente, porém, os doadores multilaterais, tais como o Banco Mundial, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento estão avaliando suas políticas sobre reciclagem e parecem dispostos a aumentar seu apoio. Os catadores de lixo, quando se organizam, desenvolvem novas prioridades e no topo da sua lista está a “inclusão social”, o que significa que querem ser ouvidos nas decisões que os afetam, inclusive como participantes dos sistemas de gestão do lixo das suas cidades, e querem desfrutar dos serviços públicos que ainda não chegam até eles. Os recicladores da África, Ásia e Europa, bem como da América Latina, reuniram-se recentemente em Bogotá para discutir suas realizações e seus desafios. Também estava na agenda o desenvolvimento de uma rede internacional para promover seus interesses como profissionais, que contribuem cada vez mais, beneficiando domicílios, cidades, a indústria e o meio ambiente. Acrescente-se a isso a possibilidade de reduzirem sua própria pobreza e torna-se claro que a reciclagem organizada, executada por trabalhadores que estão entre os cidadãos mais pobres do mundo, deve ser apoiada efetivamente como um exemplo perfeito de desenvolvimento sustentável.

Martín Medina está atualmente assessorando o Banco Mundial no setor de reciclagem informal. Seu endereço é martin.medina-martinez.grd.genr@aya.yale.edu.



Tirando vantagem do café especial de Nicarágua

De Philip Walsh

Todas as fotos de Mark Caicedo



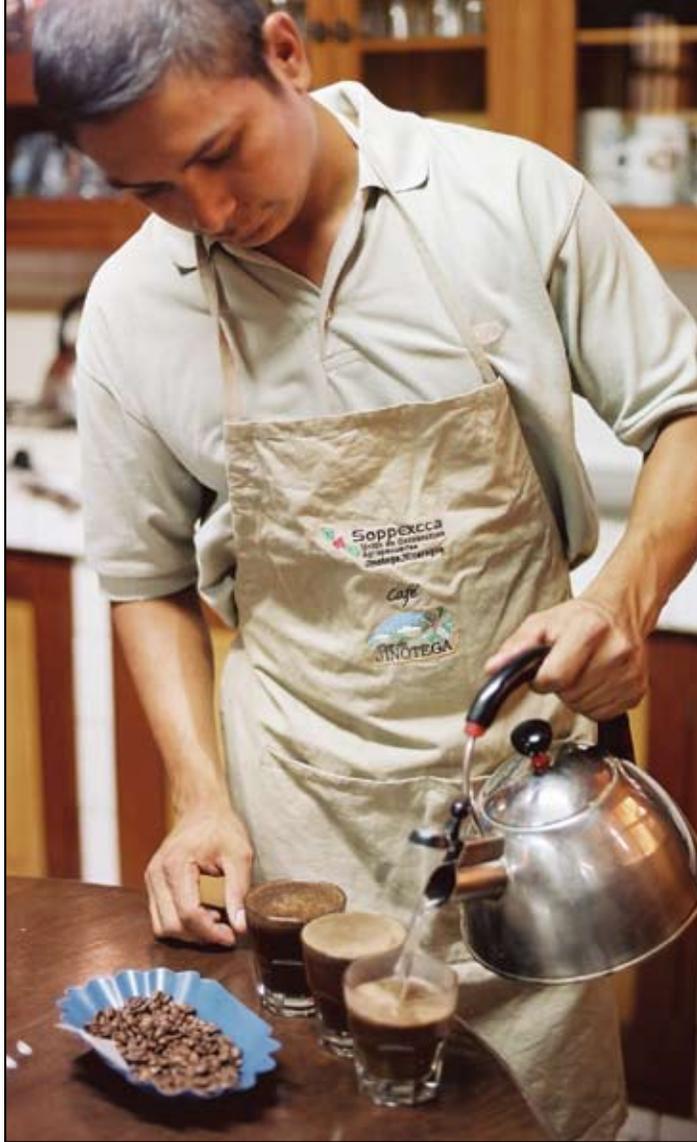
A indústria do café está se expandindo—internacionalmente, à medida que o consumo atinge patamares históricos, e na Nicarágua, onde o café é o produto mais cultivado. Mas a economia do café é de tal modo que o benefício da expansão geralmente não atinge grupos de famílias de agricultores que produzem a maior parte do suprimento mundial.

O melhor café cresce em áreas remotas e de grandes altitudes. As cerejas maduras são colhidas manualmente em um período de quatro meses de colheita. Os agricultores removem a carne com polpa antes que os grãos sejam transportados para um moinho para processamento, inspeção, classificação, seleção e venda. O café como produto básico tem mais valor quando vendido após ter sido processado, classificado e selecionado. Contudo, muitos agricul-

tores nicaraguenses vendem grãos não processados para intermediários e, como resultado, perdem a renda gerada pelo processamento e venda da melhor colheita na cadeia de valores.

Donatária da IAF, a Sociedad de Pequeños Productores Exportadores y Compradores de Café (SOPPEXCCA), composta de 15 cooperativas de café no departamento de Jinotega no norte da Nicarágua, está ajudando seus 650 membros-agricultores a ascender na cadeia de valores com a melhoria da qualidade de seu café e de sua capacidade de processar grãos de alta qualidade e vender diretamente para o mercado de exportação. Além de promover melhores métodos de agricultura, a SOPPEXCCA investiu em um laboratório de ponta, que permite aos fazendeiros saber como seu café pode alcançar os padrões internacionais e resolver imperfeições que possam reduzir





Testes de sabor e aroma padronizam a qualidade do café processado a partir de grãos cultivados em 650 propriedades agrícolas.



o valor. A busca por qualidade já rendeu a vários agricultores da SOPPEXCCA notas altas na competição anual Nicaraguan Cup of Excellence.

Na comunidade de La Perla, a SOPPEXCCA construiu um moinho úmido “ecológico”, que mantém os grãos intactos durante o despulpamento, resolvendo assim um problema importante no controle de qualidade. O moinho também reduz a poluição nas fontes de água locais causada pelo tradicional processo de despulpamento e fermentação. O novo caminhão da SOPPEXCCA tornou os agricultores menos dependentes dos intermediários para transportar o café da fazenda para o moinho. Para aumentar as vendas locais, a SOPPEXCCA construiu o Café Flor de Jinotega, o primeiro café-restaurante em uma região reconhecida pelo cultivo de um café superior, mas não pelo costume de beber café. O donatário também desenvolveu duas marcas de café processadas pelas cooperativas: Flor de Jinotega e Las Hermanas.

A última é produzida exclusivamente por mulheres, que compreendem 40% da afiliação da SOPPEXCCA e é comercializada para consumidores dos EUA pela Peet’s Coffee & Teas.

A SOPPEXCCA aumentou significativamente a porcentagem da venda de “cafés especiais” de seus membros, aqueles que são certificados como Comércio Solidário, orgânicos ou ambos. Essas certificações são fornecidas a agricultores que atendem aos padrões ambientais e trabalhistas, internacionalmente reconhecidos, e que comercializam seu café por meio de organizações operadas por produtores proprietários. Atualmente a demanda de café especial está ultrapassando o suprimento e as vendas estão crescendo a uma taxa de aproximadamente 30% ao ano. Entre os principais revendedores dos Estados Unidos que usam o café especial estão a rede de *fast food* McDonald’s e a rede Starbucks, a principal loja de café do mundo. A Starbucks e a Caribou Coffee



Café Flor de Jinotega.



apresentam opções de Comércio Solidário em sua seleção de café moido e em grãos. Alguns pontos de venda, como a cadeia Dunkin Donuts, vendem somente café com certificação de Comércio Solidário.

Os agricultores comercializam o café do Comércio Solidário em cerca de 10 a 15% a mais do que a taxa atual do café não-certificado e recebem benefícios adicionais por meio de suas organizações. Os compradores estrangeiros do café do Comércio Solidário usam a SOPPEXCCA como intermediária para empréstimos pré-colheita concedidos com taxas acessíveis para que os agricultores possam pagar pelo trabalho necessário para realizar a colheita. Normalmente eles tinham que depender de créditos financeiros reembolsáveis em espécie nas condições estabelecidas pelos compradores de café locais em “contratos futuros”, que deixavam uma margem de lucro extremamente pequena. Os atacadistas também pagam um prêmio “social” adicional pelo café com

certificação de Comércio Solidário, geralmente em torno de US\$10 pelo saco de 32kg/100 libras, que é canalizado para um fundo do qual as organizações de base dos agricultores podem retirar para investir em projetos que atendam às necessidades de alta prioridade em suas comunidades. A SOPPEXCCA usou esses recursos para abrir farmácias em comunidades rurais isoladas, construir escolas e operar aulas de alfabetização e ensino para adultos, assim como programas de arte, cultura e educação para os filhos de cafeicultores. Em reconhecimento a essas realizações, a Associação de Cafés Especiais da América premiou a SOPPEXCCA com o Sustainable Business Practices Award [Prêmio pela Práticas Empresariais Sustentáveis] em 2007.—*Philip Walsh é representante da IAF para a Nicarágua.*



Descentralização à moda peruana: Questões de vontade e recursos

Há cerca de 40 anos a IAF promove o desenvolvimento de baixo para cima. A premissa é simples: as pessoas organizadas no nível das comunidades de base conhecem os problemas do seu dia a dia e sabem melhor como solucioná-los. A injeção de recursos em projetos idealizados e executados por governos centrais, sem a participação local, produz apenas monumentos em ruínas de abordagens fracassadas de cima para baixo. Mas quando as organizações de base assumem o comando, elas geralmente produzem melhorias palpáveis, essenciais para um futuro mais promissor.

Nas últimas décadas, a descentralização do governo tem sido anunciada como uma forma de dar às pessoas das comunidades de base mais oportunidade de se expressar sobre a determinação das prioridades e o emprego dos recursos públicos. Na década dos 90, as burocracias centralizadas em toda a América Latina já estavam preparadas para ceder parte de sua autoridade, de suas responsabilidades e recursos para unidades administrativas menores, mais próximas da população. Desde então, as assembleias legislativas desde Guatemala até a Bolívia vêm promulgando reformas completas, exigindo que os

funcionários locais trabalhem com as comunidades de base no planejamento e gestão do desenvolvimento. O resultado foi uma revisão radical das estruturas tradicionais. O Peru proporciona uma percepção especial sobre o papel que as organizações não-governamentais desempenham quando os princípios são colocados em prática.

Segundo um documento do Instituto Banco Mundial, a descentralização geralmente segue uma das três formas: a *desconcentração* promove a mudança menos radical; responsabilidades, mas não autoridade, passam do governo central na capital para seus representantes nos centros regionais. A *delegação* é uma transferência mais expressiva de autoridade e responsabilidades, embora o governo central mantenha o controle final sobre os órgãos locais e as políticas que eles implementam. A *devoção* implica conferir autoridade a entidades locais fora da estrutura organizacional do governo central e, portanto, além do seu controle direto. Essa é a abordagem no Peru.

A descentralização no Peru é um trabalho em andamento iniciado em meados do Século XX. Nas décadas anteriores ao golpe militar de 1968 liderado pelo General Juan Velasco, estava ocorrendo algo semelhante à descentralização, mas a aborda-

gem parecia delegação. Em vários departamentos no Peru, comitês de reabilitação, também conhecidos como associações de desenvolvimento, foram criados sob a supervisão do Ministerio de Hacienda (hoje Ministerio de Economía y Finanzas) para prestar serviços relativos ao alívio em caso de desastres e a habitação, agricultura, comércio e serviços de saúde no nível local. Essas primeiras tentativas de descentralização foram bruscamente interrompidas pelo governo militar e permaneceram paralisadas durante a primeira administração do atual Presidente do Peru, Alan Garcia (1985-1990). Um novo despertar para a importância do governo local ocorreu quando a administração Fujimori precisou combater as invasões do Sendero Luminoso às comunidades indígenas do altiplano, mas a violência impossibilitou qualquer progresso nessa área. Quando a violência diminuiu e Fujimori já havia sido destituído do cargo, a administração interina de Valentín Paniagua reabriu a discussão da descentralização em uma tentativa de incluir novamente os peruanos como cidadãos, especialmente fora de Lima.

O contexto legal

Se foi Paniagua quem mudou a direção do leme do navio do Estado, foi Alejandro Toledo que tomou o timão e instou o Congresso Peruano a levantar as velas legislativas. Sob o comando da Comissão de Descentralização e Regionalização liderada por Luis Guerrero, ex-prefeito de Cajamarca, o Congresso respondeu com uma legislação para orientar uma abordagem de transferência do poder descentralizador. Em 20 de julho de 2002, Toledo assinou a Lei Estrutural de Descentralização que delineava claramente as etapas de um processo bem cuidado e equilibrado e as responsabilidades a serem transferidas para as autoridades locais. A legislação determinava que todas as responsabilidades fossem acompanhadas dos recursos necessários. Deveria ser aplicada gradativamente, sendo os programas de infra-estrutura social transferidos primeiro, e a responsabilidade pela educação e serviços de saúde transferida por último.

Outras leis surgiram rapidamente: em novembro de 2002, a Lei Orgânica para Governos Regionais; em maio de 2003, a Lei Orgânica de Governos Distritais e Provinciais; em agosto de 2003, a Lei Administrativa

de Orçamento Participativo, estabelecendo a participação direta do povo na definição das prioridades para os investimentos de capital dos governos locais. Um quarto pilar da descentralização, a Lei Orgânica para o Poder Executivo, continua enredado na discussão parlamentar. Essa legislação inacabada é essencial para um processo que funcione plenamente, pois esclarece as responsabilidades, especialmente as obrigações fiscais, do governo central.

A maior parte disso ficou claro quando o Governo peruano adotou sua própria iniciativa com pouco debate no nível local e poucos plebiscitos. A população teve uma oportunidade de se manifestar quando, em 2005, o governo de Toledo propôs consolidar o Peru em algumas macrorregiões, cada uma delas com um grau substancial de autonomia. O referendo resultou em uma sonora rejeição ao conceito. Somente em Arequipa, uma região tradicionalmente inclinada para a autonomia, a maioria favoreceu a proposta. A rejeição foi interpretada como vitória para um governo central forte e a transferência de autoridade ficou para trás como comprovado pela dificuldade para aprovar a última das leis da descentralização. A derrota de 2005 foi considerada um sinal de que a mudança poderia ser retardada ou ignorada com pouca possibilidade de repercussão por parte das autoridades centrais. Para

Cumprindo a lei, residentes das comunidades devem se reunir anualmente para definir prioridades para o desenvolvimento e escrever propostas para financiamento governamental.



Cortesia de SID-Peru

alguns, ela sinalizou que o sistema arraigado de patronagem política e controle centralizado pelo governo continuaria, sem ser ameaçado.

As ONGs tomam as rédeas

Mas enquanto o Congresso Peruano debatia o processo e implementava as diretrizes, as organizações civis de todo o país levavam a descentralização adiante, fazendo pressão junto aos funcionários locais, tentando entender as diretrizes e solicitando que órgãos do governo central lhes assegurassem que as garantias das novas leis entrassem em vigor. O mais importante é que elas reuniam os vizinhos para discutir as questões relevantes e assumir o comando do processo. Essas organizações não-governamentais fizeram o trabalho pesado—reunir, treinar, mobilizar recursos e obter a colaboração dos funcionários locais. Desde 2003, a Fundação Interamericana vem apoiando várias ONGs que enfrentam esses desafios. Seus empreendimentos não têm sido uniformes na abordagem, nem iguais em escala e complexidade, mas os objetivos são semelhantes: maior participação dos cidadãos no processo de descentralização a fim de planejarem o desenvolvimento econômico e social de suas comunidades. As ONGs empreenderam seus esforços em municípios rurais e urbanos, alguns sem qualquer acesso aos recursos extremamente necessários para sua população pobre e outros com acesso a mais recursos do que eles poderiam administrar.

Preenchendo a lacuna dos recursos

A donatária da IAF Estrategias para el Desarrollo Internacional–Peru (SID–Perú) está auxiliando um consórcio de seis distritos municipais rurais no seu esforço colaborativo para beneficiar-se da nova legislação e ter acesso a recursos e adquirir os benefícios das economias de escala. Capachica, Coata, Huata, Pusi, Amantani e Caracoto estão localizadas em Puno, na margem norte do Lago Titicaca. Elas não têm os depósitos de minerais e hidrocarboneto que poderiam gerar receita de impostos e a população é pouco densa, o que resulta em uma menor parcela dos recursos distribuídos pelo governo central. Isso significa pouco capital para investir em desenvolvimento. A maioria dos políticos nem mesmo mora nos distritos que representa, portanto houve pouca conformidade inicial com as diretrizes das novas leis. O SID–Perú adotou medidas para mudar isso, primeiramente vol-

tando a atenção para as novas responsabilidades dos líderes municipais e os novos direitos dos moradores dos distritos. Em seguida veio o treinamento que preparava os grupos de produtores para a participação ativa na elaboração de planos para o desenvolvimento local e nas etapas necessárias para garantir a transparência e o máximo de participação.

Mas ainda assim os governos dos distritos não tinham, nem podiam obter, os recursos para tratar das muitas prioridades descritas nos exercícios orçamentários exigidos por lei. O pessoal das ONGs sabia que sem reação do governo, a desilusão e a frustração poderiam se instalar e os residentes poderiam perder a confiança no processo e desistir de participar. O SID–Perú cobriu esse hiato com a criação de um fundo para apoiar iniciativas de desenvolvimento de pequeno porte, propostas por associações locais. Seu objetivo, além de apoiar os projetos, foi incentivar os grupos a definir metas, criar a estratégia e elaborar os projetos que a serem defendidos nas reuniões sobre as prioridades. Essa experiência desenvolveu as habilida-



Cortesia de SID–Perú

Conselho distrital de Capachica.



Fórum público em Pusi.

des de que necessitavam para tornarem-se ativos no processo de descentralização.

Hoje, o SID-Perú já concluiu o terceiro ciclo de ajuda para o desenvolvimento utilizando o fundo com total participação das associações locais. Contudo, os governos municipais demoraram em sua resposta por vários motivos. A campanha eleitoral local de 2006 causou um grande atraso, já que os candidatos demonstraram pouca paciência com o processo participativo. Decretos do Governo peruano que não haviam sido previstos criaram incerteza e medos de mais diretrizes que exigissem ainda mais ajustes, de modo que a inércia tornou-se a opção mais pragmática. Os líderes de um município membro reagiram, retirando-se do consórcio, embora outro distrito, Caracoto, tenha assumido imediatamente seu lugar.

Contudo, o SID-Perú e o consórcio podem apontar realizações. Segundo uma avaliação independente, o fundo de desenvolvimento foi um elemento-chave na geração de entusiasmo. O planejamento de projetos e orçamentos preparou o terreno para os moradores serem atores eficazes no processo de descentralização; a defesa de suas prioridades na agricultura, em melhorias nos animais, ecoturismo e produção de artesanato resultou em ganhos econô-

micos. Os funcionários municipais e os líderes eleitos aprimoraram suas aptidões gerenciais e técnicas.

Esse progresso conseguiu finalmente atrair os recursos de programas do Governo peruano, mas ainda há muito a fazer. Quatro dos seis distritos têm novos prefeitos e novos funcionários que precisam ser treinados e atualizados. Os esforços para ampliar a participação precisam continuar. É preciso empreender projetos mais ambiciosos que exijam maior coordenação entre os distritos para que o potencial dos distritos seja reconhecido pelo governo peruano e pelos doadores internacionais. O SID-Perú continua comprometido. Seu esforço demonstra que mesmo as jurisdições mais rurais e mais destituídas de recursos podem cumprir as ordens governamentais que exigem que elas atendam às prioridades das comunidades de base.

Desafios urbanos

Cada uma das três áreas afastadas da região metropolitana de Lima, conhecidas como *Cono Sur*, *Cono Este* e *Cono Norte*, é uma concentração de distritos superpovoados, a maioria dos quais surgiu nas décadas de 1960 e 1970 como os *pueblos jóvenes*, ou assentamentos de invasores. Densidade populacional significa

que eles têm receita de impostos, taxas e licenças e um conjunto de recursos humanos. Aqui, a conformidade com as diretrizes do processo de descentralização exige uma abordagem que seja significativamente diferente daquela utilizada nas áreas rurais de Puno. O apoio de uma ONG experiente com pessoal altamente qualificado em negociação, resolução de conflitos, relacionamentos interpessoais e organização de grupos é muito mais importante do que o apoio de uma que tenha aptidões técnicas em economia e desenvolvimento vocacional.

A ALTERNATIVA—Centro de Investigación Social y Educación Popular (ALTERNATIVA) vem trabalhando com o *Cono Norte* desde 1982, formando líderes e organizando o desenvolvimento econômico e cívico. Em 1993, reuniu todos os nove distritos do Cono Norte em uma iniciativa conjunta de treinamento compatível com a iniciativa do legislativo para descentralizar as responsabilidades do governo. Criou um instituto de liderança para treinar homens e mulheres interessados na organização das comunidades de base, debate público e elaboração do orçamento municipal. A ALTERNATIVA também trabalhou diretamente com prefeitos municipais para formar um consórcio que fosse capaz de tratar dos problemas comuns e de preparar versões preliminares de propostas para o governo federal e provincial. A colaboração resultou em manifestos sobre a ampliação da participação e a adoção de maiores responsabilidades para governar no âmbito municipal. Isso iniciou uma discussão mais ampla sobre descentralização entre todos os 46 distritos que constituem a área metropolitana de Lima. Embora muitas posições adotadas pelos prefeitos encontrassem forte resistência nos ministérios do Governo peruano, as declarações e publicações ajudaram a manter vivo o debate, mesmo durante a cada vez mais autoritária administração de Fujimori.

Em resposta à mudança de governo em 2002 e à maior abertura do Presidente Paniagua para uma discussão revigorada sobre descentralização, a ALTERNATIVA renovou seus programas de preparação de líderes municipais e seus eleitores para ficar em conformidade com a nova legislação. O primeiro passo foi ajudar cada distrito do Cono Norte a abrir um



escritório para incentivar a participação em audiências públicas e estudos preliminares de planos de desenvolvimento local. A ALTERNATIVA criou também exercícios destinados a integrar os funcionários municipais ao processo, tornando-os proativos em vez de reativos às mudanças no planejamento e procedimentos orçamentários.

Para determinar de que forma a ALTERNATIVA poderia auxiliar o governo local a adaptar-se às exigências da legislação sobre descentralização, foram criados planos pilotos de treinamento e de assistência em três distritos representativos: Comas, um dos municípios mais prósperos do Cono Norte, possui um grande setor comercial e importantes instituições nos campos da educação e da medicina. Ate, no Cono Este, cobre uma extensa área geográfica e tem um grande setor informal. A maioria das pessoas em Juan de Miraflores, no Cono Sur, um bairro residencial dentro de uma grande área metropolitana, viaja para trabalhar em outros lugares.

Em todos os municípios, os obstáculos à descentralização foram os mesmos. Os administradores e funcionários hesitaram em abrir mão de informações, da autoridade e do acesso aos círculos de poder e aos recursos de que dispunham. A participação no processo de planejamento e orçamento não foi representativa da demografia do distrito. Muitas vezes o problema não era tanto a má vontade para inserir os cidadãos locais no processo, mas sim a desorganização ou a absoluta falta de dados essenciais para a plena participação. Mas os funcionários locais preferiam confundir em vez de admitir o problema.

A ALTERNATIVA e outras organizações interessadas decidiram adotar uma abordagem dupla: Primeiro, as portarias municipais esclareciam os papéis, responsabilidades e documentação essenciais para a preparação transparente dos planos de desenvolvimento e do orçamento. Segundo, foi criada uma assembléia para o desenvolvimento distrital com representantes do governo municipal, organizações civis e empresas; todos os setores tiveram participação na elaboração dos documentos. A assembléia de Comas serviu de modelo. Ate fez progresso seguindo passos semelhantes, até que as eleições municipais do final de 2006 trouxeram nova liderança, retardando

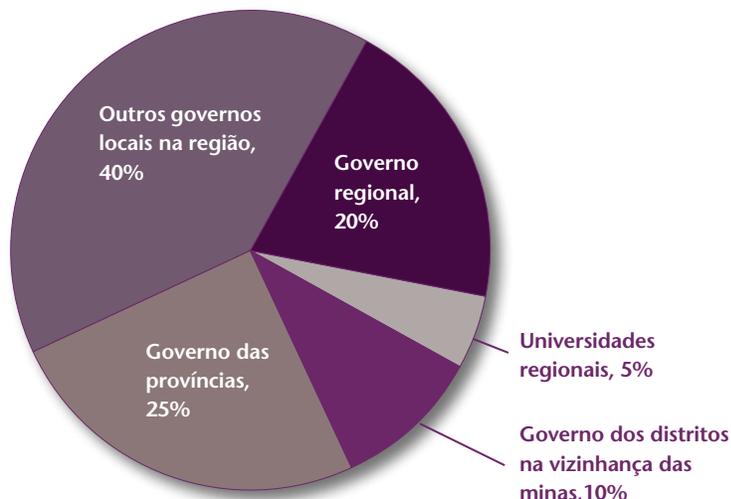
temporariamente a formação de uma assembléia e a aprovação das portarias. Em San Juan de Miraflores, entretanto, o poder político estava concentrado em um pequeno círculo que não queria ir além do mínimo de conformidade com a legislação de descentralização. Incentivados pela ALTERNATIVA, os funcionários de quatro distritos vizinhos estavam pressionando seus pares em Miraflores a abrirem seu distrito para uma maior participação juntando-se a um esforço colaborativo para preparar um plano de desenvolvimento que cobrisse todo o cone sul da região metropolitana de Lima. A generosidade das autoridades do distrito em compartilhar o pessoal técnico foi um importante fator para obter a participação de San Juan como um atleta mais disposto na maratona da descentralização.

A promessa do *el canon*

El canon é um imposto pago pelas operações de mineração ao Governo peruano. Na região de Cajamarca, no centro-norte do Peru, os governos dos distritos são elegíveis a receber dezenas de milhões de dólares do *canon* cobrado da Yanacocha Mining, uma subsidiária da Newmont Mining Corporation de Denver e a segunda mina de ouro mais produtiva do mundo. A ONG local, Asociación para el Desarrollo Local (ASODEL), vem ajudando Baños del Inca, Encanada e Cajamarca, três distritos vizinhos à mina Yanacocha, em seus primeiros passos no sentido de utilizar com eficácia os rendimentos provenientes do *canon*. Atualmente, essa soma substancial está estimada em US\$8,6 milhões, mas essas comunidades recebem uma fração minúscula daquela quantia devido às preocupações do Governo peruano a respeito da capacidade das comunidades para investir os recursos. A ASODEL e muitos moradores dos distritos acreditavam que as preocupações do governo poderiam ser neutralizadas se os moradores pudessem planejar e priorizar as iniciativas de desenvolvimento de acordo com a nova legislação.

Assim, a ASODEL realizou reuniões em 84 comunidades dos três distritos. No início, os moradores pesquisaram o estado dos seus recursos naturais, a produção agropecuária, infra-estrutura social e sociedade civil. Depois de coletar as informações, eles formularam objetivos, traçaram estratégias e priorizaram projetos e atividades. Centenas de moradores,

As receitas do imposto de renda coletado das empresas de mineração no Peru são divididas igualmente entre o governo federal e el canon, a parcela distribuída entre as universidades e os vários níveis de governo nas divisões administrativas nas quais as minas estão localizadas. A legislação peruana distribui atualmente el canon da seguinte forma:

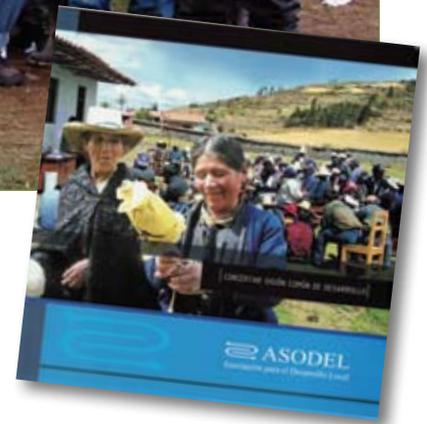


inclusive as autoridades eleitas, receberam treinamento em liderança, resolução de conflitos, gestão de projetos e os requisitos da legislação sobre descentralização. Outros 200 foram treinados como promotores rurais para estimular a participação nas reuniões públicas sobre planejamento. Ao todo, entre 2004 e 2007, a ASODEL treinou 720 pessoas e motivou 32.700 moradores de distritos a participarem da versão preliminar de 121 planos de desenvolvimento local que foram depois incorporados a cada plano de desenvolvimento do respectivo distrito. Desses, 207 projetos foram considerados como prioridades para os orçamentos municipais. Muitos foram financiados e trouxeram benefícios materiais para mais de 6.500 moradores do distrito.

A ASODEL havia se deparado com uma população com pouco entendimento inicial sobre as leis de descentralização. A comunidade e as rivalidades entre famílias criaram obstáculos para a colaboração. Alguns políticos eleitos resistiram à iniciativa, recusando-se a colaborar e tentando abertamente orientar da forma errada ou corromper as iniciativas locais para manter o controle e dar continuidade ao *status quo*. Aqui também as últimas eleições de 2006 oca-



Participantes de uma reunião para definir prioridades para o desenvolvimento em Cajamarca. Reuniões facilitadas pela ASODEL durante vários dias.



sionaram atrasos e causaram promessas de campanha que conflitavam com o processo de descentralização ou abusavam dele. Após tomarem posse em janeiro de 2007, algumas novas autoridades alegaram ignorância a respeito das realizações dos seus antecessores ou não seguiram as prioridades definidas anteriormente. Em um distrito, o candidato vencedor foi eleito com apenas 18% dos votos devido ao número de candidatos que concorreram. Na condição de novo prefeito, ele demonstrou pouca consideração pelo interesse mais amplo da população expresso antes que ele tomasse posse.

A ASODEL tratou esses problemas por meio da divulgação das experiências de outros distritos, bem como exemplos de benefícios tangíveis provenientes da abordagem participativa do desenvolvimento local. Além de usar as aptidões de seu pessoal na resolução de conflitos e na negociação, promoveu uma visão positiva sobre a colaboração em vez de “se virar sozinho”. Finalmente, instou a cooperação da Yanacocha Mining—a fonte do *canon*, principal beneficiadora da Fundación de los Andes e administradora de um fundo de desenvolvimento comunitário gerido por seu escritório de relações públicas. De modo cumulativo, essas ações estão produzindo resultados, mas a ASODEL ainda busca recursos adicionais para ir além dos *casarillos*, ou aldeias, e os *centros poblados*, ou cidades, nos três distritos.

Enquanto isso, as receitas de impostos oriundas do *canon*, os royalties e o excesso de lucro continuam a crescer. Contudo, o acesso a essa riqueza permanece impedido pelas burocracias que condicionam a liberação de fundos para as jurisdições locais sobre a capacidade demonstrada para geri-los. A boa notícia é que os governos de Baños del Inca, Encanada e Cajamarca recebem hoje mais de US\$1,5 milhão em rendimentos do *canon*, o que representa um aumento considerável de desembolsos. É compreensível que eles queiram a quantia completa a que têm direito e acreditam ter demonstrado que sabem como geri-la.

Um bem que vale a pena proteger

A costa do Pacífico do Peru já abrigou uma das mais produtivas indústrias de pesca do mundo. Agora, as comunidades da costa do Peru sofrem as consequências da pesca desordenada e da poluição industrial em termos de perda de emprego, redução de rendimentos, abastecimento de água contaminada e qualidade do ar perigosa. Vestígios de cemitérios e templos pré-incas foram revelados aos elementos quando as áreas foram limpas para a construção de fábricas de refeições à base de peixe. A descentralização sobrecarrega os governos locais com a desanimadora responsabili-

dade de reparar o dano e evitar o declínio ainda mais acentuado.

Nas províncias de Huarua e Barranca, localizadas na fronteira norte da região de Lima, a organização não-governamental COOPERACCION está oferecendo seus serviços aos líderes municipais e aos moradores em sua busca por soluções. Por ter trabalhado com mineiros e pescadores locais por muitos anos, a COOPERACCION conhece as necessidades e os pontos fortes das comunidades e seus respectivos governos. Em 2003, ela reuniu autoridades locais e representantes da sociedade civil em discussões que produziram diversas declarações, mas os participantes não dispunham de um mecanismo para transformar seus objetivos em realidade. Em 2004, a Lei 28056 abriu um caminho. Mas primeiramente, a COOPERACCION fez um levantamento da liderança e do pessoal técnico disponível e desenvolveu um programa de treinamento para ajudar 2.500 pessoas a adquirirem habilidades em áreas que variavam desde coleta de informações até gerenciamento de projetos. Em 2007, a ONG procurou a IAF para pedir apoio e recebeu financiamento para seu programa destinado a gerar diversas ferramentas de financiamento para orientar as iniciativas das comunidades. Entre os resultados do planejamento que se seguiu, estava a criação de um banco de dados para essa faixa da costa do Pacífico.

As novas aptidões proporcionaram aos líderes municipais do distrito de Puerto Supe a confiança para divulgar sua preocupação com a natureza frágil da planície costeira e para designar a área como uma Zona Ecológica Económica onde o desenvolvimento seria cuidadosamente supervisionado. Qualquer uso da zona deve ser compatível com as práticas ambientais destinadas a combater a poluição, reabastecer as zonas de pesca e proteger os sítios arqueológicos pré-incas. O banco de dados desenvolvidos com a COOPERACCION ajudarão os governos locais a responder de forma mais eficaz às prioridades e propostas da comunidade às autoridades centrais no controle dos recursos essenciais. A Agência para Cooperação Internacional (ADCI) do Peru reconheceu a COOPERACCION com seu prêmio para ONG notável devido a seu trabalho junto



aos municípios para dividir essa área costeira em zonas.

O esforço coordenado entre a COOPERACCION e os 15 distritos participantes dessas duas províncias ilustra como o processo de descentralização pode ser utilizado para harmonizar a preocupação com o meio ambiente e o desenvolvimento econômico. Demonstra também a importância de treinar representantes da sociedade civil e funcionários municipais de modo que ambos os setores possam cumprir suas novas responsabilidades.

Uma função contínua

Há muitas lições a serem extraídas dessas quatro respostas aos desafios e responsabilidades da descentralização. Obviamente, o processo deve ser suficientemente flexível para acomodar as especificidades de cada jurisdição. E todos os setores da sociedade devem ter um lugar à mesa de discussões. A oportunidade de participar deve estender-se aos mais remotos recantos do município e estar aberta a todos, independentemente de gênero, etnia, capacidade física, educação ou condição social. Deve ser assegurada por portarias cujo cumprimento seja exigido pelo governo municipal após sua aprovação de acordo com um debate aberto. É preciso haver disponibilidade de treinamento apropriado, adaptado à função e às circunstâncias de cada município, para preparar os participantes para suas funções no processo.

Tudo isso pode ser irrelevante, contudo, se não houver recursos disponíveis. Felizmente, o Peru está passando por um período de abundância em que os rendimentos dos impostos, royalties, comissões e alfândega enchem os cofres do país. O processo de descentralização no Peru está longe de estar completo, mas o contexto legislativo é apropriado e os governos locais têm demonstrado serem capazes de assumir o ônus da conformidade e produzir os benefícios. O Governo peruano conseguiu uma fórmula para distribuir esses recursos entre as jurisdições de todo o país. O desafio agora é concluir o processo e, como este artigo demonstra, as organizações não-governamentais do Peru serão fundamentais para vencê-lo.

Wilber Wright é Representante da IAF para o Peru.

A Nova Aliança para o Progresso?

De Lester M. Salamon

No início de 1961, o Presidente John F. Kennedy lançou uma iniciativa ousada para alterar a política dos Estados Unidos para a América Latina subjacente às forças de reforma nessa região. Entre os objetivos dessa tão festejada Aliança para o Progresso estavam estruturas tributárias mais progressistas, reforma agrária significativa e um compromisso de promover a democracia, criar organizações civis e superar a pobreza. Dentro de 12 anos após seu anúncio, porém, a iniciativa de Kennedy foi oficialmente abandonada, vítima da preocupação com a Guerra do Vietnã, o crescente autoritarismo na América Latina e a alteração da política eleitoral nos Estados Unidos.

Três décadas mais tarde, em agosto de 1995, um pequeno órgão do governo dos Estados Unidos, a Fundação Interamericana, associou-se à Fundación Social da Colômbia para lançar outra “aliança para o progresso”. Revelada na conferência de Cartagena, essa iniciativa não se destinava a instituições governamentais, mas a dois antigos adversários do setor privado da América Latina: a comunidade empresarial e a crescente rede de comunidades de base e organizações não governamentais. Seu ambicioso objetivo era incentivar o apoio das empresas aos programas das ONGs de alívio da pobreza, proteção ambiental e capacitação da comunidade.

Hoje, 13 anos mais tarde, esse esforço para estimular maior responsabilidade social por parte das empresas da América Latina não está apenas são e salvo, mas tornou-se uma paixão. Os jornais e revistas estão publicando classificações de desempenho em responsabilidade social; proliferam os prêmios concedidos a empresas que são modelos de responsabilidade social corporativa (RSC) e os cursos sobre cidadania corporativa; a comprovação do impacto social tornou-se obrigatória nos relatórios anuais das empresas; instituições sérias como o Banco Interamericano de Desenvolvimento começaram a organizar conferências elaboradas sobre responsabi-

dade social corporativa e os proprietários de empresas passaram a descrever suas empresas como “agentes da transformação cultural” imbuídos de uma “nova ética” de sustentabilidade. Como disse um observador latino-americano: “É difícil para uma empresa evitar a responsabilidade social hoje em dia”.¹

Como podemos explicar esse desenvolvimento surpreendente? O quão “real” ele é? Até que ponto o aumento repentino da responsabilidade social corporativa representa uma grave agressão aos problemas da região? Até que ponto trata-se de uma artimanha de relações públicas, um “mecanismo de defesa”, como alertaram os organizadores de uma conferência do BID em 2004, que as empresas estão usando “contra as críticas por seu comportamento irresponsável”.² Para responder a essas perguntas, precisamos ir além da retórica e das histórias de sucesso e examinar um registro mais amplo de responsabilidade social corporativa e de parceria entre empresas e organizações sem fins lucrativos. Esse foi o objetivo do relatório que serve de base para este artigo, que enfocou o desenvolvimento em países que abrangem o espectro da recente experiência corporativa latino-americana—Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México.³

A pirâmide da responsabilidade social corporativa

Que critérios são mais apropriados para avaliar a responsabilidade social corporativa?

A recente literatura a respeito da RSC oferece ao menos uma resposta parcial. Essa literatura promove o que se poderia chamar de “perspectiva de MBA” que considera a responsabilidade social como “mais uma ferramenta do arsenal estratégico de uma empresa”, como expressam os organizadores da conferência do BID.⁴ O teste da responsabilidade social corporativa eficaz, segundo essa perspectiva, é até que ponto ela transcende a caridade tradicional, específica e personalista para tornar-se mais institucionalizada, mais focada e mais intimamente integrada às estratégias

básicas de negócio—resumindo, mais *profissional*. Essa perspectiva enfatiza também a formação de alianças estratégicas para maximizar o impacto da ação social. Seu fundamento, finalmente, é a convicção de que, assim compreendida, a responsabilidade social corporativa não é apenas boa para a sociedade, ela é boa para as empresas e deve, portanto, ser ativamente promovida.⁵

Essa perspectiva de RSC certamente repercute as críticas de caridade empresarial na América Latina. Como diz um estudo recente, há muito tempo as empresas latinas são “extremamente filantrópicas”, um produto das profundas convicções religiosas do Catolicismo. Mas a filantropia latina, embora bastante grande, historicamente tem focalizado mais os sintomas do que as causas da pobreza, atuando de maneira altamente paternalista e envolvendo uma faixa relativamente pequena da comunidade dos negócios.⁶ A partir dessa perspectiva, a expansão e a profissionalização da iniciativa filantrópica corporativa e o aumento da confiança nas parcerias estratégicas são, portanto, as medidas mais significativas de mudança positiva.

Mas no contexto da América Latina, essa perspectiva de MBA, embora útil, talvez não seja suficiente. O profundo abismo social que separa a elite empresarial dos pobres sugere que uma abordagem excessivamente prática e egoísta de responsabilidade social pode sair pela culatra, intensificando as suspeitas em vez de inspirar gratidão. No mínimo, isso implica dizer que as empresas não precisam apenas alinhar sua responsabilidade social com suas estratégias de negócios, mas também alinhar suas práticas de negócios com suas pretensões sociais. E mais, o modelo MBA faz muito pouco para superar o paternalismo que há muito assola a região. Basicamente, ele supõe que a tarefa de formular estratégias de responsabilidade social corporativa deve ser deixada para os líderes corporativos e seus consultores. A função das comunidades nesse modelo é aceitar agradecidas o que as empresas oferecem. Mas os pobres da América Latina

estão exigindo mais poder de decisão sobre as forças que afetam suas vidas.

Essas considerações sugerem cinco dimensões em termos das quais avanços recentes na responsabilidade social corporativa da América Latina podem ser avaliados de forma proveitosa:

Proliferação—até que ponto a responsabilidade social transcendeu as grandes empresas familiares e corporações multinacionais para envolver a comunidade empresarial mais ampla;

Profissionalização—até que ponto ela deixou de ser uma operação de caridade específica tratada dentro da família proprietária da empresa para ser uma função institucionalizada alinhada com uma estratégia coerente;

Participação—até que ponto as empresas, ao planejarem suas atividades de responsabilidade social, estão integrando e capacitando as comunidades e os beneficiários;

Parceria—até que ponto as empresas estão forjando alianças para avançar em problemas persistentes; e

Penetração—até que ponto os objetivos de responsabilidade social corporativa estão afetando as operações internas das empresas.

Esses “cinco Ps” definem a “pirâmide da responsabilidade social corporativa” apresentada aqui. O deslocamento no sentido da parte superior da pirâmide



IAF e a RSC

Desde 1996, a Fundação Interamericana tem apoiado financeiramente o desenvolvimento de base de acordo com convênios bilaterais com as seguintes organizações mencionadas no artigo de Lester Salamon: *Fundación Arcor* e *Fundación Juan Minetti* na Argentina; *ABRINQ*, *ETHOS*, *Fundação o Boticário*, *GIFE*, *IDIS* e *Instituto Qualidade no Ensino* (IQE) no Brasil; *Asociación de Fundaciones Petroleras, Empresarios por la Educación, Fundación Corona* e *Fundación Social* na Colômbia; *Fundación Telefónica de Chile*; e *CEMEFI* e *FECHAC* no México.

Entre outros parceiros da IAF do setor empresarial figuram: *Fundación Inti Raymi* na Bolívia; *Fundação Acesita*, *Fundação Otacílio Coser*, *Instituto de Cidadania Empresarial* e *Instituto Holcim* no Brasil; *Corporación Sociedad Activa*, *Fundación Microempresa y Desarrollo*, *Fundación Pehuén* e *Fundación Empresarial Acción, Responsabilidad Social Empresarial* no Chile; *Corporación Consorcio para el Desarrollo Comunitario* e *Fundación Antonio Restrepo Barco* na Colômbia; *Fundación Lann-Nobis* no Equador; *Dibujando un Mañana*, *Fundación del Empresariado Sonorense* e *Fundación Merced* no México; *AVINA Perú*; e *Fundación Papyrus*, *Fundación Polar* e *Petróleos de Venezuela (PDVSA)* na Venezuela. *The Levi Strauss Foundation*, com sede em San Francisco, tem colaborado com a IAF em diversos projetos desde 1978.



Mark Calcedo

O Mercado de Santa Rita, onde Genoveva de la Rosa tem uma barraca, está começando a ser restaurado por meio de uma parceria que inclui a associação de fornecedores, a ex-parceira da IAF *Fundación Restrepo Barco* e o governo municipal de Cartagena, Colômbia.

mede a transição da filantropia corporativa tradicional para a responsabilidade social corporativa progressiva. Quanto, então, as empresas da América Latina se deslocaram nessa direção e que variações existem entre os países?

Proliferação

Em 1990, depois que uma grave inundação devastou uma grande parte de Chihuahua, México, um grupo de empresários combinou um “imposto” temporário sobre os lucros das empresas para financiar a recuperação. Assim nasceu a primeira fundação comunitária do México, institucionalizada em seguida como *Fundación del Empresariado Chihuahuense* (FECHAC). Em uma década, ela teve um programa de microcrédito e várias outras iniciativas, inspirando uma fundação comunitária semelhante de âmbito nacional, a *Fundemex*.

A história da FECHAC é emblemática da característica que talvez seja a mais básica da atual responsabilidade social corporativa da América Latina: sua ampla proliferação. Após ficarem atrás das corporações da Europa e América do Norte, as empresas da América Latina parecem estar a caminho de criar seu próprio “estilo latino” de responsabilidade social que, muitas vezes, é mais imaginativo, mais ambicioso, mais insistente e talvez, como se poderia esperar, mais apaixonado do que o de suas contrapartes em outros países.

Abrangência

Infelizmente, dados confiáveis a respeito desse fenômeno ainda são escassos. Mas há o suficiente para tornar claro que algo importante e potencialmente duradouro está a caminho. Consideremos por exemplo:

- Uma pesquisa realizada em 2004 pelo conceituado Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) no Brasil revelou que 59% das empresas brasileiras e 88% das empresas com mais de 500 empregados estavam contribuindo para algum tipo de atividade social. As contribuições totalizavam 0,4% do produto interno bruto, bem acima do 0,1% do PIB que as empresas contribuem nos EUA.⁷
- Existem pelo menos 20 instituições promovendo a RSC no Brasil. O Instituto Ethos, talvez o mais conhecido, orgulha-se de reunir 1.250 membros;

600 empresas preenchem o seu relatório de responsabilidade social.⁸

- Quase todas as principais empresas da Argentina estão envolvidas em algum tipo de ação social.⁹
- Os cursos de responsabilidade social corporativa estão florescendo nas faculdades de administração de empresas e são complementados por inúmeras conferências e seminários.
- Essa atividade está atraindo um exército de consultores e está chamando a atenção da mídia. O México tem quatro revistas dedicadas à RSC; importantes jornais do México, Argentina e Brasil publicam regularmente artigos sobre o assunto.
- Proliferaram também os programas de premiação que celebram as iniciativas mais notáveis. O México ostenta pelo menos sete prêmios de RSC; o Chile tem meia dúzia.

Existem, sem dúvida, enormes variações de abrangência e graus de seriedade no tocante à responsabilidade social e há preocupações genuínas se a realidade corresponde à retórica. Mesmo no Brasil, aparente líder na região, a forma dominante de responsabilidade social continua bastante tradicional: assistência direta aos residentes das comunidades onde fábricas estejam localizadas. Em outras partes, nem sempre se tem ido muito além da fase de relações públicas. Mesmo assim, há exemplos suficientes de compromisso de participação na solução de problemas sociais e ambientais para convencer até mesmo os mais cínicos de que alguma coisa está acontecendo.

Explicando o surto

Conclui-se dos dados disponíveis que tanto a *procura* como a *oferta* parecem ser fatores que causam este surto.

O lado da procura: O contexto dinâmico

A procura da responsabilidade social das empresas surgiu de três fontes: Primeiro, as políticas neoliberais introduzidas nas décadas de 1970 e 1980, embora tivessem liberado o setor empresarial da região, destruíram proteções sociais importantes e, portanto, intensificaram desigualdades enraizadas. Embora a elite tenha adquirido riqueza enorme, os pobres depararam-se com dificuldades cada vez maiores. No Brasil, a oitava maior economia do mundo, 54 milhões de pessoas, mais de um terço da população, eram oficialmente classificadas como pobres em 1999 e 23 milhões delas eram consideradas indigentes. À

medida que um número crescente fugia da zona rural em busca de trabalho, as favelas em expansão proliferaram nas megalópoles congestionadas, produzindo crime e violência e levando a elite a retirar-se em residências amuradas e comunidades fechadas e a viajar com guardas armados.¹⁰

Sem a participação do governo, essas condições deteriorantes aumentaram as exigências do público com relação às empresas. As mais próximas à violência—indústrias extrativas que operam em áreas de atividade guerrilheira disseminada—foram as primeiras a receber a mensagem e as primeiras a responder. Mas líderes empresariais astutos de outras partes perceberam a situação. “Eu pude ver a realidade brasileira”, observou Oded Grajew, fundador do Instituto Ethos e ex-Diretor da Associação Brasileira de Fabricantes de Brinquedos. “Alguma coisa precisava ser feita”, observou outra pessoa, “a América Latina é uma bomba-relógio”. Para os mais lentos em entender, a eleição de Hugo Chaves na Venezuela ofereceu uma lição objetiva. Como assinalou um observador, “há fogo a nosso redor”.¹¹

Essa angústia social ainda não teria provocado uma resposta corporativa sem um segundo fator da demanda: a emergência e o crescimento de entidades sem fins lucrativos que começaram a organizar os pobres e desafiar o “autoritarismo social” da região.¹² Essa “revolução associativa” desafiou os termos do debate, dando expressão vocal aos que estavam no fundo da sociedade latino-americana e colocando as elites na defensiva. Em muitos lugares, as elites ignoraram esses movimentos populares ou resistiram a eles, tomando o partido dos regimes conservadores. Porém, praticamente em todos os países e mais notadamente no Brasil, pelo menos alguns líderes empresariais responderam aceitando a responsabilidade corporativa significativa da abordagem dos graves problemas sociais e econômicos.

O terceiro fator que contribuiu para uma maior responsabilidade social foi o processo de globalização. De 1980 a 1996 o investimento estrangeiro direto na América Latina e no Caribe passou de 6,4% do PIB para 17,4%, ocorrendo um aumento ainda mais notável no México e no Chile.¹³ Ao trazer uma série de novos atores, muitos deles imbuídos da mantra da responsabilidade social corporativa, a globalização mudou o ambiente de trabalho, impulsionando as

empresas latinas a desenvolver programas de responsabilidade social a fim de permanecer competitivas.

O lado do oferta: Agentes de divulgação

Embora esses fatores da procura possam ter sido condição necessária para estimular a responsabilidade social corporativa, não chegaram a ser suficientes. Agentes de divulgação eficazes foram também necessários.

Felizmente, surgiram em diversos lugares. O Instituto Ethos foi fruto da Fundação para os Direitos da Criança, criado no início da década de 1990 pela ABRINQ sob a liderança de Oded Grajew. Começando com 11 colegas empresários em 1998, em 2003 o Instituto Ethos atraiu 760 empresas por meio de vários instrumentos de medição da responsabilidade social, um programa de prêmios e uma participação bem-sucedida da mídia na divulgação de uma nova expectativa de responsabilidade empresarial na abordagem de problemas da sociedade.

O Centro Mexicano para Filantropia (CEMEFI) desempenhou papel semelhante em um contexto um tanto mais desafiador. Fundado pelo empresário-filantropo Manuel Arango Arias no fim da década de 1980 para promover a filantropia empresarial, o CEMEFI entrou no movimento da responsabilidade social corporativa no fim da década de 1990, lançando o primeiro programa de treinamento em RSC no México em cooperação com o Fórum de Líderes Empresariais do Principado de Gales do Reino Unido e, a seguir, criando um processo de certificação para “empresas socialmente responsáveis”. A AccionRSE e a PROhumana no Chile e instituições comparáveis na Colômbia e na Argentina desempenharam papéis semelhantes.

Embora os agentes nativos tenham sido o elemento-chave da divulgação da responsabilidade social corporativa, seus esforços foram ajudados de forma significativa por atores externos. Além do apoio conceitual do Fórum do Principado de Gales e da Business for Social Responsibility [empresas pela responsabilidade social], sediada nos Estados Unidos, tem-se recebido assistência financeira importante de doadores como a Kellogg Foundation e a Fundação Interamericana. A Kellogg, por exemplo, apoiou praticamente todos os passos-chave do desenvolvimento da responsabilidade social corporativa no Brasil. A IAF, que desde longa data vem financiando organizações de base, surgiu em meados da década de 1990 como promotora significativa de parcerias com ONGs

corporativas. De fato, um observador conhecedor do assunto atribui à IAF o crédito da “criação do fenômeno da RSC na América Latina”.¹⁴

Profissionalização

Além da divulgação, a responsabilidade social corporativa na América Latina tem-se tornado mais profissional.

É típico o caso do Banco Galicia, da Argentina. Uma instituição familiar de renome com um histórico de 100 anos a serviço de seus clientes e apoio caritativo às comunidades em que opera, o Banco Galicia teve de mudar seu estilo pessoal de filantropia quando a crise econômica de 2001 da Argentina levou muitos clientes a passarem para a segurança de instituições multinacionais maiores. Para atraí-los de volta, construiu uma nova estratégia de negócios baseada no crescimento das comunidades a que serve e reformulou sua estratégia de responsabilidade social para reforçar este tema.

A evolução do Banco Galicia de caridade personalizada para participação social profissionalizada é típica de um processo que se vem repetindo nas salas de diretoria em toda a região, com variação na convicção e rapidez, mas com um grau impressionante de elementos comuns. A “perspectiva MBA”, mencionada anteriormente e inspiradora desse processo, afirma que a participação corporativa social deve ser considerada como elemento da estratégia empresarial global e abordada com a mesma disciplina e enfoque como qualquer outra.

As dimensões

Uma manifestação dessa confiança é a institucionalização, em grande parte por meio da formação de fundações corporativas, iniciada na década de 1980 e acelerada durante a de 1990. O Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), do Brasil, foi formado em 1995 para promover uma filantropia mais sistemática e profissional. Em 1997, a Colômbia tinha 94 fundações corporativas com ativos de quase US\$1bilhão.¹⁵ A maioria das fundações latino-americanas são, de fato, fundações associadas às empresas, financiadas por contribuições delas. Essa institucionalização produziu pessoal dedicado à RSC. A pesquisa no Brasil, por exemplo, revelou que em 2005 as empresas maiores tinham, em média, cinco funcionários em operações de responsabilidade social, embora



Patrick Breslin

A parceria da IAF com a Fundação Corona capacitou os recicladores em Bogotá a se organizarem. Ver história na página 26.

muitos também desempenhassem outras funções, frequentemente em relações públicas.¹⁶ Esse fato, por sua vez, provocou uma profusão de seminários, conferências e cursos e programas universitários.

O impulso no sentido da profissionalização também envolveu um esforço para racionalizar e focar a filantropia e integrá-la de forma mais coerente em estratégias empresariais mais amplas. Como parte de uma iniciativa para ser conhecido como um “banco de valor” prestando benefícios não somente a seus acionistas, mas também a seus clientes e à sociedade, por exemplo, no Brasil o ABN AMRO Banco Real adotou critérios ambientais e sociais para serem seguidos por seus fornecedores e mutuários.¹⁷ A Fundación YPF, criada pela empresa que adquiriu a antiga companhia de petróleo estatal argentina, concentrou-se em promover a educação em ciências. A Microsoft Colombia enfatizou a “inclusão digital”. E a nova agência colombiana da Fundación Avina empreendeu um processo de planejamento de longo prazo antes de estabelecer suas três prioridades sociais: a proteção da água—claramente relacionada com sua firma matriz de cosméticos—bem como a promoção da democracia e do desenvolvimento de base, duas prioridades consideradas cruciais para a viabilidade de longo prazo de todo o setor empresarial da Colômbia. Um terceiro aspecto do impulso de profissionalização tem sido um esforço para envolver os empregados na responsabi-

lidade social, a fim de aumentar seus vínculos com a firma, melhorando ao mesmo tempo a imagem da empresa. As oportunidades para voluntários proliferaram, o mesmo ocorrendo com os mecanismos para a participação dos empregados em atividades caritativas. A Fundación YPF incentiva os empregados a proporem projetos a serem financiados. A Microsoft Colombia envolve membros das famílias de seus empregados em iniciativas filantrópicas. O Banco Galicia terceiriza uma parte significativa de seu programa caritativo a uma ONG semi-autônoma dirigida por funcionários do banco.

Os limites

Apesar do progresso significativo na profissionalização da responsabilidade social corporativa na América Latina, a mantra de MBA ainda não foi totalmente adotada. Muitos líderes empresariais hesitam em entregar o controle de uma função socialmente atraente e pessoalmente compensadora. E há apreensão contínua se uma abordagem que enfatiza o que é bom para os negócios será bem aceita por um público cético. “As empresas na América Latina são muito mais vulneráveis do que as empresas nos EUA”, explicou um líder empresarial. “Aqui a oposição pública é enorme”. A necessidade de uma dimensão realmente filantrópica continua a ser premente.

Refletindo essas considerações, o impulso para criar fundações corporativas está longe de ser universal. Por exemplo, em 2005, na Argentina, somente 25% das corporações maiores tinham fundações. Apenas a metade delas tinha normas para identificar suas áreas de interesse e só 16% dispunham de diretrizes publicadas e procedimentos de aplicação. Mesmo onde há fundações, suas funções são frequentemente muito limitadas. Poucas têm realmente dotações e a maioria são supervisionadas pelo diretor-executivo da empresa ou por vice-presidentes de relações comunitárias ou marketing. A situação é semelhante no Brasil, apesar de um movimento mais avançado de responsabilidade social.¹⁸

Em vez de formar fundações, muitas empresas preferem outros dispositivos para alcançar suas

metas de responsabilidade social. Uma foi a criação de organizações sem fins lucrativos patrocinadas pela empresa, uma característica distintiva do cenário da responsabilidade social corporativa na América Latina. Assim, a Organización Corona, fabricante colombiana de materiais de construção, criou a Corporación Calidad e o Centro de Gestión Hospital na década de 1990 para trabalhar, respectivamente, na qualidade de produtos e cuidados da saúde. O Grupo Bimbo, panificadora e produtora de doces, criou a Fundación Mexicana de Desarrollo Rural e, mais recentemente, a Reforestemos México. Esses condutos testemunham a criatividade com que algumas empresas exercem a responsabilidade social, mas também sua hesitação em trabalhar por meio do governo ou das organizações sem fins lucrativos existentes.

Da mesma forma, o impulso para racionalizar e focar a filantropia empresarial está longe de ser completo. Até mesmo no Brasil, segundo estimativas,

apenas 40% das fundações corporativas avançaram para o modo “estratégico” em sua filantropia, ao passo que pelo menos outras 5% estão “em busca do enfoque”. Em outras partes o progresso é lento à medida que as corporações adotam atividades apenas marginalmente relacionadas com as funções empresariais, mas necessárias para assegurar a paz social.

Participação

Logo depois da tomada de posse pela Royal Dutch Shell em 1993, a HOCOL S.A. enfrentou um protesto em San Francisco, uma pequena cidade ao sul de Bogotá, onde essa empresa de petróleo colombiana fazia perfurações há uma década. Os moradores sentiram-se explorados e queriam maior participação nas operações da empresa. A Royal Dutch respondeu contratando uma equipe de consultores para fazer uma avaliação das necessidades. Quando os moradores pediram um cemitério, os consultores fizeram

RedEAmérica: de rede a nós

A RedEAmérica, a Rede de Fundações Corporativas e Empresas para o Desenvolvimento de Base, é uma parceria no setor empresarial que adota uma abordagem de desenvolvimento de base para combater a pobreza. Sua premissa: as pessoas de baixa renda têm estratégias para melhorar sua vida mediante as próprias organizações comunitárias. O setor empresarial está presente nessas comunidades em todo o Hemisfério e dispõe de recursos para apoiar essas estratégias.

Em 2002, depois de mais de uma década de co-financiamento do desenvolvimento de base com entidades corporativas, a Fundação Interamericana lançou esta rede em cooperação com 12 corporações-fundações membros de seis países—atualmente 57 representando mais de 360 empresas de 12 países. Cerca de 30 deles assinaram convênios bilaterais com a IAF para apoiar os esforços de auto-ajuda de grupos de base. Inicialmente, os termos do convênio requeriam que os parceiros fizessem uma contrapartida no mesmo montante da contribuição da IAF. Atualmente essa contribuição é duas vezes maior e eles assumem as despesas administrativas.

Um resultado do crescimento da rede foi o desenvolvimento de nós ou agrupamentos de sócios de RedEAmérica por país. O nó da Argentina começou

a integrar-se quando as fundações empresariais do Grupo Arcor e da Juan Minetti S.A. se uniram às da Telefónica de Argentina, Acindar Industria Argentina de Aceros, Standard Bank e Shell-Capsa. Todas elas contribuem para um fundo destinado a financiar projetos de auto-ajuda. A comissão executiva do nó administra o fundo e desenvolve critérios para selecionar donatários.

Na sede de Fundación Telefónica, em Buenos Aires, Carmen Grillo, sua diretora, e María Bibiana Ottones, gerente de programas, falaram do nó argentino com *Desenvolvimento de Base*. “Após a ruptura econômica brutal em 2001 e 2002, a questão da solidariedade tornou-se muito importante, não surpreendendo que as fundações corporativas representadas na RedEAmérica tenham avançado para a formação de um nó”, explicou Carmen, acrescentando: “Trabalhamos bem em conjunto e agora aceitamos o desafio de trazer outras fundações”. Formar um nó significa estabelecer relações institucionais, definir estratégias e adaptar-se à medida que os membros evoluem—bem como chegar a um acordo a respeito do conceito de inclusão social. “Embora os problemas sejam antigos, a idéia de serem abordados pelas grandes empresas é nova e a perspectiva das empresas também se vai modificando”, acrescentou Carmen. “Discutimos o desenvolvimento

ouvidos de mercador e propuseram, em vez disso, um pacote de melhorias educacionais mais compatível com a estratégia empresarial da HOCOL. Os moradores assinalaram, porém, que nenhuma melhoria educacional seria possível até a comunidade conseguir uma certa paz, o que requeria um lugar neutro para enterrar os corpos que apareciam com regularidade nas trilhas das redondezas como consequência da violência intensa entre guerrilheiros locais e milícias da direita. A seu favor, a nova equipe de gestão da HOCOL ficou do lado da comunidade, abrindo as portas a uma abordagem totalmente nova à responsabilidade social corporativa.

A chave é a participação ativa da comunidade na formulação de atividades de responsabilidade social corporativa. A HOCOL, que “escreveu o manual” sobre essa abordagem participativa, descobriu que envolver os moradores

de base, o desenvolvimento comunitário e a responsabilidade corporativa social de forma diferente da que fazíamos há cinco anos quando começamos a trabalhar com a RedEAmérica”. Levar um programa da teoria à prática significa uma nova rodada de ajustes, explicou María Bibiana, “e isso resulta em crescimento e evolução”.

Segundo Javier Rodríguez, de Fundação Arcor, o nó argentino dá ênfase ao desenvolvimento por meio da educação. Os membros compartilham o compromisso de atingir áreas onde suas empresas matrizes não têm presença—um notável afastamento da tradição de restringir os programas de responsabilidade social a zonas vizinhas às operações da empresa. O nó argentino inaugurou seu primeiro projeto em julho de 2007 na Biblioteca Justo J. de Urquiza, na cidade de Rosário, um porto fluvial

nas decisões que afetam sua vida foi a melhor proteção contra a violência que ameaçava constantemente as operações da firma. Mas a HOCOL não foi a única a promover esse modelo participativo nem a ameaça de violência é a única razão para apoiá-lo. De fato, toda uma escola de estratégia do desenvolvimento surgiu nas décadas de 1970 e 1980 ressaltando a “autodependência assistida” como o caminho mais eficaz para a redução da pobreza. Esse enfoque foi calorosamente apoiado pela Fundación Social da Colômbia, uma instituição *sui generis* fundada pelos padres jesuítas no início da década de 1900 que evoluiu na década de 1970, tornando-se um vasto complexo de empresas sociais. Por meio de seu Programa Integral de Desarrollo Local, a Fundación Social procurou conseguir que os setores marginalizados e vulneráveis da sociedade participassem do próprio desenvolvimento e a persuadissem outras empresas a seguir seu exemplo.

IDB grant for RedEAmérica

No início deste ano, a RedEAmérica recebeu uma doação de US\$4,7 milhões do Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin), organismo do Banco Interamericano de Desenvolvimento que apóia projetos de base destinados à geração de renda. De acordo com os termos de seu convênio com o Fumin, a RedEAmérica fará uma contrapartida de US\$3,3 milhões em recursos doados à rede pelas empresas matrizes de suas fundações membros. A Corporación Consorcio para el Desarrollo Comunitario, constituída de nove fundações corporativas, dirigirá a coordenação do investimento dos fundos em projetos de desenvolvimento de base na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México e Peru. Das 750 organizações de base a serem beneficiadas, 80 apoiarão pequenos projetos de geração de renda.—*Juanita Roca, Representante de Programas Corporativos da IAF*

muito movimentado. Enfoca a estruturação do tempo livre de crianças e adolescentes para um máximo benefício educacional. Carmen de Bueno, que pertence a uma das 12 organizações comunitárias participantes, estava entre a multidão que celebrava o evento; “Os que vivem nas *villas de emergencia* desta zona são muito pobres e desejam melhorar sua vida”, afirmava, referindo-se aos assentamentos apoiados pelo projeto. “Eles necessi-

tam de educação em todo o sentido da palavra”.

Maria Viviana atribui à RedEAmérica a ampliação da visão dos membros do nó argentino: “Reúne muitos países e representa muitos grupos”, explicou. “É um contexto em que algumas corporações inspiram outras a agir”. Uma lista completa dos membros de RedEAmérica pode ser consultada no site www.iaf.gov.—*Dario Elias, Diretor de Traduções da IAF*

Um ator-chave na promoção desse enfoque na participação social corporativa tem sido a Fundação Interamericana. Em sua longa história de apoio ao desenvolvimento participativo, a IAF dedicou-se na década de 1990 a construir pontes entre organizações de base e programas emergentes de filantropia social. Com a Fundación Social co-patrocinou a Conferência de Cartagena, ajudou a Fundación Corona a criar um fundo de assistência para o desenvolvimento, prestou assistência à Asociación de Fundaciones Petroleras no estabelecimento de um fundo para pequenos projetos e apoiou iniciativas de base semelhantes do Grupo Arcor, produtor de doces, e da Juan Minetti S.A., fabricante de cimentos, ambos da Argentina. Mais recentemente, a IAF ampliou esses esforços com o lançamento da RedEAmérica, uma rede de fundações corporativas dedicadas a promover o desenvolvimento de base.

Estes e outros agentes de divulgação, tais como a Red de Paz y Desarrollo (PRODEPAZ), da Colômbia, que atua como intermediário entre grupos excluídos e a comunidade empresarial; e o Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS), do Brasil, que oferece assistência técnica aos programas de RSC para atingir comunidades, estão ajudando a criar um modelo de responsabilidade social corporativa que vai além do “paradigma de MBA” e que é muito promissor para a região, embora ainda estejam longe de ser claros a profundidade e o alcance de sua influência.

Parceria

Participativa ou não, a responsabilidade social corporativa na América Latina enfrenta um dilema crucial: poucas empresas atuando de forma independente podem avançar verdadeiramente no tocante aos problemas sociais e econômicos na mesma escala que esta região enfrenta. Para ir além dos simples exercícios de relações públicas, as empresas devem fazer parcerias—com o governo, a sociedade civil e outras empresas. Embora o fundamento lógico das parcerias seja convincente, as questões práticas são imensas, especialmente para parcerias entre setores, onde as desigualdades de recursos, diferenças de cultura organizacional e estereótipos equivocados tornam a cooperação particularmente difícil.¹⁹

O Recorde

Sob alguns aspectos, o recorde de colaboração na América Latina é impressionante, especialmente diante do relativo pouco tempo de existência do movimento de RSC nessa região. Na Argentina, por exemplo, a pesquisa revela que antes de 2004, as organizações da sociedade civil já haviam se tornado um importante destino das doações corporativas e que o Brasil apresenta tendência semelhante. No Chile, uma estimativa indica como 50% a parcela de empresas de médio e grande porte comprometidas com algum tipo de relacionamento com organizações não-governamentais.²⁰

A cooperação também parece estar crescendo entre as corporações. Na Colômbia, por exemplo, mais de 100 corporações uniram forças em uma ambiciosa parceria chamada *Empresarios por la Educación* (ExE) para um combate conjunto à ineficiência das escolas públicas. Estudos recentes demonstraram que um terço das empresas da Argentina e 27% das brasileiras pesquisadas participam de iniciativas financiadas por vários patrocinadores.²¹ Além das colaborações formais, os empregados dedicados à RSC interagem intensamente por meio de seminários, conferências e outros eventos.

Entretanto, as aparências podem enganar. Muitos empreendimentos aparentemente conjuntos não são colaborações verdadeiras, mas sim projetos que, por acaso, recebem recursos financeiros de diversas fontes corporativas. E as parcerias entre as empresas e as organizações sem fins lucrativos, embora numerosas, geralmente não são bem financiadas. Na Argentina, por exemplo, o terceiro setor respondeu por 46% das iniciativas de RSC apoiadas por um grupo de fundações de grandes empresas, mas receberam apenas 25% dos fundos para RSC, um padrão que também é evidente no Brasil.²² A Social Enterprise Knowledge Network [rede de conhecimento sobre terceiro setor], com sede em Harvard, encontrou, portanto, poucas parcerias realmente integradoras entre as 24 alianças entre empresas e ONGs que examinou recentemente.²³

Até mesmo organizações sem fins lucrativos com um histórico considerável de apoio corporativo, como a *Un Techo para Chile*, que mobiliza voluntários para construir moradias para as pessoas de baixa renda, ou a *Mínuto de Dios*, na Colômbia, fundada pelo Padre Rafael García Herrera, um padre católico carismático,

recebem apoio corporativo específico e esporádico. Na realidade, as poucas parcerias duradouras tendem a ser aquelas estabelecidas com organizações que foram criadas por corporações, tais como a Corporación de Crédito al Menor, criada pelo Banco de Crédito do Chile para atender a crianças pobres, ou Proendencia, criada pela Organización Corona da Colômbia, para promover a educação.²⁴

Os obstáculos

O que está impedindo a formação de parcerias entre as empresas e a sociedade civil? Diversos fatores parecem estar em ação. Primeiro, há muito tempo as empresas e a sociedade civil têm divergências políticas, talvez mais na América Latina do que em qualquer outro lugar. “As organizações sociais estão na esquerda, enquanto as empresas estão na direita”, explicou um observador. Existe também uma profunda divisão cultural está. As empresas questionam a competência das organizações da sociedade civil, enquanto os líderes da sociedade civil questionam os motivos dos empresários. Um terceiro fator é a confiança da comunidade dos negócios em suas próprias capacidades. Na verdade, surgiu um “culto da empresa” defendendo o ponto de vista de que somente as empresas podem salvar a sociedade latino-americana do caos iminente.²⁵ Enquanto essa convicção estimula esforços extraordinários por parte do setor de negócios, tais como a iniciativa do ExE na Colômbia e a entrada de grande número de organizações sem fins lucrativos patrocinadas pelas empresas, também limita o entusiasmo das empresas pela verdadeira colaboração entre setores.

Além disso, a natureza rudimentar do “mercado de colaboração”, o ponto de interseção entre líderes corporativos e das organizações sem fins lucrativos—um problema em todas as partes— é maior na América Latina por causa da acentuada divisão de classes. As oportunidades de interação que poderiam gerar a confiança entre os líderes das empresas e das organizações sem fins lucrativos são poucas e raras, o que produz uma espécie de sistema de castas no terceiro setor. “Existem diferentes ‘ligas’ no terceiro setor no Brasil—primeira, segunda e terceira, exatamente como no futebol”, destacou um observador. “Somente a primeira liga recebe alguma atenção e a oportunidade de criar alianças com as empresas”. Para entrar

nessa liga, as organizações precisam de um patrocinador, função geralmente desempenhada por padres famosos ou pelas esposas de empresários de prestígio e isso, inevitavelmente, deixa muitas organizações sérias marginalizadas, sem um parceiro.²⁶

Finalmente, o surgimento das fundações criadas por líderes políticos, ou mais frequentemente por suas esposas, complica ainda mais o cenário de parcerias. Vamos México, fundada pela Sra. Vicente Fox, e Comunidade Solidária, fundada pela Sra. Fernando Henrique Cardoso no Brasil, são bons exemplos. Essas instituições sugam recursos preciosos dos quais as organizações da sociedade civil necessitam desesperadamente. Mesmo assim, poucas empresas conseguem resistir à esposa de um chefe de estado quando ela vem em busca de um parceiro corporativo para “sua” fundação.

Se poucas colaborações foram muito além do estágio de “filantropia”, estão surgindo parcerias verdadeiras, embora de forma hesitante e irregular. Entre as parcerias de sucesso estão, no México, a cooperação da Fundación Televisa com a organização sem fins lucrativos UNITEC em uma rede de laboratórios de mídia para promover a leitura; no Brasil, a participação da Phillip Morris Company no Instituto Qualidade no Ensino para administrar um pacote de melhorias em educação em três cidades; na Colômbia, os laboratórios de informática da Microsoft equipados e operados em colaboração com várias organizações sem fins lucrativos e fabricantes de hardware; e na Argentina, o apoio da Fundación Telefónica à Fundación del Viso, uma organização de desenvolvimento comunitário na periferia de Buenos Aires. Todas trazem a esperança de que o hiato histórico entre as empresas e o terceiro setor na América Latina está começando a ser preenchido.

Penetração

Finalmente, uma face muito mais dramática da responsabilidade social corporativa veio à tona recentemente na América Latina. “As empresas não falam mais sobre responsabilidade social corporativa”, ressalta uma pessoa que goza de informação privilegiada. “Falamos agora em ‘sustentabilidade’ corporativa”.²⁷ A mudança de vocabulário tem por objetivo indicar uma nova orientação menos focada no que as empresas fazem externamente para enfren-

Incorporando as bases na cadeia de fornecimentos

Quando os ambientalistas precisaram de transporte para levá-los aos diversos locais da Conferência Rio 92 sobre Desenvolvimento Sustentável, decidiram que a opção “mais verde” seriam os ônibus a gás natural fabricados pela Mercedes-Benz do Brasil, subsidiária da DaimlerChrysler, na época Daimler-Benz. A Mercedes-Benz pôs à disposição 50 veículos.

Este ato de generosidade corporativa levou Joachim Zahn, executivo da empresa, ao Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia (POEMA), iniciativa de pesquisas e desenvolvimento com sede na Universidade Federal do Pará, na Amazônia brasileira, distante cerca de 3.000 quilômetros da sede do fabricante em São Paulo. Como seu nome sugere, a missão do POEMA é combater a pobreza mediante uso adequado dos recursos naturais. O coordenador do Programa, Thomas Mitschein, cidadão alemão, e sua esposa brasileira Nazaré, ambos associados à universidade, estavam naquele momento avançando a pesquisa para determinar se a fibra de coco poderia ser utilizada em peças de automóvel. Zahn transformou-se rapidamente em proponente principal e convenceu a Mercedes Benz do Brasil a conceder ao POEMA US\$1,5 milhão para levar adiante o trabalho. Os pesquisadores de POEMA descobriram finalmente que a casca do coco, normalmente descartada depois da extração da água e da carne branca, poderia ser transformada em material para o estofamento dos veículos.

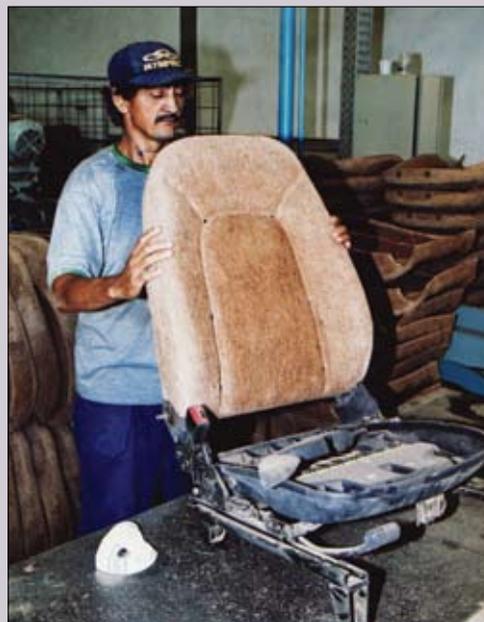
Isso levou a um projeto piloto que transformou-se em uma parceria de 400 agricultores que nunca antes tinham produzido coco em escala industrial. O POEMAR, setor sem fins lucrativos do POEMA,

ensinou aptidões que quadruplicaram sua produção e os ajudou a ajustarem-se aos prazos de produção. Trabalhando com a Mercedes-Benz, o POEMAtec, subsidiária com fins lucrativos do POEMA, construiu uma planta de 80.000 toneladas de capacidade que entrou em funcionamento em março de 2001. Um material totalmente biodegradável, composto de látex natural e fibra de coco fornecidos por quatro cooperativas que representam 700 famílias de seringueiros e produtores de coco, substituiu agora produtos sintéticos à base de petróleo na almofada dos assentos, apoio para a cabeça, pára-sol e painéis laterais utilizados em automóveis, caminhões e ônibus Mercedes-Benz e de outras marcas. É também utilizado na nova linha de produtos do POEMAtec de vasos de jardinagem e colchões.

Uma doação da IAF do ano 2000 ajudou o POEMA a desenvolver as aptidões e técnicas no processamento de produtos da pesca e polpa de frutas, que foram posteriormente aplicadas à fibra de coco. Atualmente a IAF apóia um novo empreendimento do POEMA, a Associação Amazon Paper (AP), lançada em 2002 e juridicamente constituída em 2006. Os artesãos da AP utilizam materiais recicláveis e folhas e flores abundantes na região amazônica para produzir papel de alta qualidade sem químicos e sem aditivos sintéticos. Com financiamento da IAF que terá uma contrapartida da Fundação do Banco do Brasil, da Agência de Cooperação Internacional do Japão e da Novib-Oxfam da Holanda, a AP incorporará cinco organizações de base na cadeia de fornecedores. Esses agricultores e artesãos fornecerão as plantas utilizadas

para a fibra e tintura, confeccionarão componentes de valor agregado ou acabarão produtos de papel—e mostrarão ao POEMA se seu modelo pode ser replicado em empresas muito menores e de mão-de-obra intensiva.—*Judith Morrison, Diretora Regional da IAF para a América do Sul e o Caribe.*

A fábrica da POEMAtec processa fibra de côco e fabrica partes internas de veículos.



tar os desafios da sociedade do que no que fazem internamente, por intermédio das operações básicas dos seus negócios.

A penetração das considerações de RSC nas funções de negócio adota diferentes formas. Talvez a mais básica seja a crescente ênfase na *participação do empregado* na missão social da empresa por intermédio de voluntários e programas de doações de contrapartida e ampliou seus esforços para recrutar trabalhadores desfavorecidos. Uma segunda forma tem sido a incorporação de considerações socialmente ou ambientalmente responsáveis aos *processos de produção das empresas*. Isso foi estimulado por padrões de consenso para o desempenho das empresas, tais como o intrincado sistema de relatório do Instituto Ethos, ou os padrões de qualidade formulados pela Organização Internacional de Padronização (ISO), a Global Reporting Initiative (GRI) e o Conselho de Manejo Florestal (FSC), entre outros.²⁸

O cumprimento desses padrões tornou-se a base para a diferenciação de produtos em um mercado globalizado cada vez mais competitivo, especialmente diante da atenção que recebem da mídia incentivada pelos agentes de difusão da RSC. Conforme mencionado anteriormente, o Banco ABN AMRO Real do Brasil utilizou critérios sociais e ambientais no seu processo de aprovação de empréstimos para distinguir-se como um “banco de valor”, estimulando os concorrentes a seguirem seu exemplo.²⁹ No Chile, o Grupo Nueva do milionário suíço Stephan Schmidtheiny, reivindicou uma vantagem competitiva semelhante ao fazer de sua nova subsidiária, Masisa, o primeiro fabricante de móveis a cumprir os padrões de extração de madeira do Forest Stewardship Council e os padrões da União Européia para o manuseio do formaldeído usado na produção de móveis. “Responsabilidade Social não é um projeto para nós”, explicou o diretor de responsabilidade social da Masisa. “É nossa maneira de fazer negócios”.³⁰ Outras empresas que alteraram os processos de produção para incorporar os valores sociais ou ambientais são a Klabin no Brasil, importante fabricante de caixas de papelão, o Grupo Modelo no México, fabricante de cerveja e o Banco Galicia da Argentina, mencionado acima.³¹

A responsabilidade social também permeia as práticas de negócios por intermédio da *gestão da cadeia de suprimentos*. A Wal-Mart do Brasil oferece

um exemplo fascinante. A empresa estava crescendo rapidamente, mas não podia aplicar seu modelo de comercialização de massa porque o Brasil não dispunha a infraestrutura para gerar as quantidades necessárias de produtos padronizados e fazer com que chegassem de forma rápida e barata aos pontos de distribuição em massa. A solução foi uma “estratégia de regionalização” destinada a desenvolver um grupo de fornecedores locais para produzir de forma responsável e de acordo com os padrões da Wal-Mart em cada região do Brasil. Isso envolveu o treinamento dos empregados da Wal-Mart em gestão da cadeia de suprimentos; a criação de “clubes de produtores” para recrutar produtores marginais e transformá-los em fornecedores eficazes de produtos de qualidade; o desenvolvimento e a aplicação de padrões ambientais e sociais; e a criação de um cargo que conferisse aos fornecedores brasileiros acesso às lojas Wal-Mart em âmbito internacional. O resultado abriu oportunidades econômicas significativas para os brasileiros pobres e, ao mesmo tempo, solucionou o desafio central de negócios da Wal-Mart Brasil.³²

Este uso da gestão da cadeia de suprimentos para promover objetivos sociais e ambientais também pode ser encontrado em outras companhias latino-americanas. O Grupo Arcor, fabricante argentino de doces, peneira seus fornecedores em busca de práticas que variam desde trabalho infantil até impacto ambiental. A Alpina Productos Alimentícios, uma companhia de laticínios colombiana, operando também na Venezuela e Nicarágua, assiste seus mais de 400 fazendeiros a fim de ajudá-los a funcionar com eficiência e sustentabilidade. E tanto o ABN AMRO Banco Real quanto o Banco Galicia também impõem padrões sociais e ambientais aos seus fornecedores.³³

Finalmente, e talvez de forma mais criativa, os princípios da responsabilidade social estão permeando as operações das empresas por intermédio do *desenvolvimento de produtos especializados*. Um exemplo é a empresa brasileira de cosméticos Natura, cuja linha Ekos, que utiliza substâncias naturais disponíveis somente nas florestas tropicais do Brasil, defendeu a causa da biodiversidade fornecendo, ao mesmo tempo, uma fonte de renda para os indígenas das comunidades do Amazonas. A fundação corporativa de O Boticário, também um fabricante brasileiro de cosméticos, ajudou outra comunidade a desenvol-



Paulo de VC. Melo Júnior

Artesãos que vivem próximo a uma reserva natural mantida pela fundação O Boticário, fornecem cestas de compras para as franquias da fabricante de cosméticos.

ver um negócio de fabricação de cestos utilizando plantas locais e depois começou a comprar os cestos para usar em suas lojas de varejo.³⁴

Conclusão

Pouco mais de 13 anos após a Conferência de Cartagena que ajudou a disseminar o conceito de RSC e da cooperação entre as empresas e a sociedade civil na América Latina, o movimento de responsabilidade social corporativa está prosperando na região. Embora esteja longe de estar totalmente institucionalizado e ainda apresente muita tolice em termos de relações públicas, o movimento demonstra sinais significativos de um compromisso sincero e um especial toque latino. Muitas empresas latino-americanas galgaram a pirâmide do compromisso social corporativo. Existe evidência clara de *proliferação* e *profissionalização* e de abordagens que vão além do paternalismo para incluir a *participação* das comunidades. As empresas da região ainda não adotaram totalmente a *parceria* com a sociedade civil ou umas com as outras, mas há avanços promissores. Finalmente, existem exemplos fortes e variados de *penetração* do compromisso social nas operações essenciais das empresas.

O progresso é verdadeiro? Irá durar? Parece haver solidez suficiente para justificar um otimismo significativo, embora cauteloso, e apoio continuado, cuidadosamente focado.

Lester M. Salamon, pioneiro em no estudo empírico sobre o setor sem fins lucrativos, dirige o Centro de Estudos sobre a Sociedade Civil na Johns Hopkins University. Um relatório completo de seu estudo sobre a responsabilidade social corporativa na América Latina pode ser consultado no site www.iaf.gov.

1 Guilherme Peirão Leal, co-Presidente, Natura, apresentação, Conferência Interamericana sobre Responsabilidade Social Corporativa, Salvador, 10 de dezembro de 2006; Francisco Aylwin Oyarzún, *Fundación Telefónica-Chile*, entrevista, Santiago, 2 de maio de 2006.

2 Vives, Antonio e Estrella Peinado-Vara, *Corporate Social Responsibility: Deeds Not Word* (Atas, Conferência Interamericana sobre Responsabilidade Social Corporativa, Cidade do México, 26 a 28 de setembro de 2004), (Washington: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2004), p. 1.

3 Este relatório foi comissionado pela Fundação Interamericana que não impôs nenhum limite sobre seu conteúdo e não procurou influenciar de modo algum as conclusões. Agradeço muito a David Valenzuela, Patrick Breslin, Paula Durbin e Mark Caicedo, da IAF, por seu apoio e confiança em minha objetividade; Marcos Kisil, no Brasil; Gabriel Berger, na Argentina; Roberto Gutierrez na Colômbia; Ignacio Irrarazaval no Chile; e Klaus German-Pindher no México por sua ajuda na

coleta e interpretação de dados e na organização de visitas de campo; e Billy Brown, Alice Lariu e Jens Prinzhorn pela assistência na pesquisa. Porém, a responsabilidade pelas opiniões e interpretações aqui expressas é unicamente minha.

4 Vives e Peinado-Vara, *Corporate Social Responsibility as a Tool for Competitiveness* (Atas da Conferência Interamericana sobre Responsabilidade Social Corporativa, Cidade do Panamá, 26 a 28 de outubro de 2002), (Washington: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2003), p. 10-11.

5 Para obter declarações mais completas, consulte, por exemplo, Vives e Peinado-Vara; Levy, Reynold, *Give and Take: A Candid Account of Corporate Philanthropy* [Dar e receber: um relato honesto sobre a filantropia corporativa], (Cambridge: Harvard Business School Press, 1999); Porter, Michael E. e Mark R. Kramer, *The Competitive Advantage of Corporate Philanthropy*, [A vantagem competitiva da filantropia corporativa], *Harvard Business Review* (dezembro de 2002), pp. 5-16, e *Strategy and Society: The Link Between Competitive Advantage and Corporate Social Responsibility* [Estratégia e sociedade: o elo entre a vantagem competitiva e a responsabilidade social corporativa], *Harvard Business Review* (dezembro de 2006), pp. 78-93; Smith, Craig, *The New Corporate Philanthropy* [A nova filantropia corporativa], *Harvard Business Review* (maio 1994); Roitter, Mario M. e M. Camerlò, *Corporate Social Action in a Context of Crisis: Reflections on the Argentine Case* [Ação social corporativa num contexto de crise: reflexões sobre o caso da Argentina], *Philanthropy and Social Change in Latin America* [Filantropia e mudança social na América Latina], Sanborn, Cynthia e Felipe Portocarrero, eds., (Cambridge: Harvard University, 2005), pp. 223-251.

6 Sanborn e Portocarrero, p. xi.

7 Os números relativos aos EUA são computados a partir de *Giving USA 2005* (Indianapolis: Giving USA Foundation, 2005).

8 Oded Grajew, entrevista, Salvador, 12 de dezembro de 2006; Ricardo Young, entrevista, São Paulo, 14 de dezembro de 2006.

9 Berger, Gabriel, *Encuesta de responsabilidad social empresarial en Argentina—ano 2005*, (Buenos Aires: UDESA/Gallup, 2005).

10 Ver, por exemplo, Armijo, Leslie Elliott and Philippe Faucher, "We Have a Consensus: Explaining Political Support for Market Reforms in Latin America" em *Latin American Politics and Society*, 44:2 (2002) pp. 1-41; Bartell, Ernest and Leigh A. Payne, eds. *Business and Democracy in Latin America* (Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1995); Agosin, Manuel R. e Ernesto Pasten, *Corporate Governance in Chile*, discutido na Reunião sobre Diálogo de Política acerca da Governabilidade Corporativa nos Países em Desenvolvimento e Economias Emergentes, Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Paris, 23 a 24 de abril de 2001 (www.oecd.org); Coutinho, Rabelo, *Corporate Governance in Brazil* (Paris: OECD, 2001), p. 20; Giugale, Marcelo M., Olivier Lafourcade e Connie Luff, *Colombia: The Economic Foundation of Peace* (Washington: Banco Mundial, 2003); Garsfield, Elsie e Jairo Arboleda, *Violence, Sustainable Peace, and Development*, Giugale et. al., *supra*, p. 35-41; Silva, Eduardo, *The State and Capital in Chile: Business Elites, Technocrats, and Market Economics* (Boulder: Westview Press, 1996); Instituto Ethos, "Responsabilidade social das empresas: Percepção do consumidor brasileiro" (São Paulo, 2002), p. 15 (www.ethos.org.br).

11 Wendy Arenas-Wrightman. Diretora-Executiva, Avina Foundation, entrevista, Bogotá, 9 de novembro de 2006; Oded Grajew, *supra*.

12 Dagnino, Evelina. "Os movimentos sociais e a emergência de uma nova cidadania", *Anos 90: Política e Sociedade no Brasil* (São Paulo: Brasiliense, 1994).

13 Roitter e Camerlò, p. 226; Chudnovsky, Daniel, Bernardo Kosacoff e Andres Lopez, *Las multinacionales latinoamericanas: sus estrategias en un mundo globalizado* (Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1999), pp. 18, 29.

14 Francisco Aylwin Oyarzún, *supra*.

15 Rojas, Cristina e Gustavo Morales, "Private Contributions to the Public Sphere" [Contribuições privadas para a esfera pública], em Sanborn e Portocarrera, p. 168.

16 Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, *A iniciativa privada e o espírito público: A evolução da ação social das empresas privadas no Brasil* (Brasília: IPEA, 2006).

17 Maria Luiza de Oliveira Pinto, ABN-Amro, entrevista, São Paulo, 13 de dezembro de 2006; Kanter, Rosabeth Moss e Richard Reisen de Pinto, *ABN-AMRO REAL: Banking on Sustainability* (Cambridge: Harvard Business School, outubro de 2005).

18 Berger; Roitter e Camerlò.

19 Para uma discussão sobre os desafios das parcerias, especialmente na América Latina, ver, por exemplo, Austin, James and Associates, *Social Partnering in Latin America: Lessons Drawn from Collaborations of Businesses and Civil Society Organizations* [Responsabilidade Social Corporativa na América Latina: lições extraídas de colaborações de empresas e organizações da sociedade civil], (David Rockefeller Center for Latin American Studies: Cambridge, 2004), pp. 42-68.

20 Berger; IPEA.

21 Berger; IPEA

22 Balian de Tagtachian, Beatriz, *Responsabilidad social empresarial: un estudio empirico de 147 empresas*, Série F:1, (Buenos Aires: Universidad Católica Argentina, 2004), p. 15.

23 Austin et. al.

24 Fischer, Rosa Maria, *Intersectoral Alliances and the Reduction of Social Exclusion* [Alianças intersectoriais e a redução da exclusão social], em Sanborn e Portocarrera, p. 150. Austin et. al. Entrevistas: Sergio Mindlin, *Fundación Telefónica*, São Paulo, 13 de dezembro de 2007; Alvaro Trespalacios Peñas, Bogotá, 9 de novembro de 2006; Camilo Bernal Hadad, Bogotá, 10 de novembro de 2006; Francisco Aylwin Oyarzún, *supra*; Susana Rojas González de Castilla, Cidade do México, 21 de outubro de 2005.

25 Felipe Agüero se refere a este fenômeno como a "idéia normativa da empresa" em "Promotion of Corporate Social Responsibility in Latin America", em Sanborn e Portocarrera, p. 25

26 Entrevista com Ciro Fleury, São Paulo, 15 de dezembro de 2006.

27 Ciro Fleury, *supra*.

28 A respeito dos padrões ISO, favor consultar o site http://www.iso.org/iso/about/discover-iso_meet-iso, acessado em 20 de novembro de 2007; sobre a *Global Reporting Initiative*, favor consultar o site <http://www.globalreporting.org>.

29 Maria Luiza de Oliveira Pinto, *supra*; Kanter e Reisen.

30 Entrevista: Maria Emilia Correa, Misisa, Santiago, 5 de junho de 2007; Ximena Abogabir, Casa de la Paz, Santiago, 5 de junho de 2007. *Relatório Anual* do GrupoNuevo, 2007.

31 Entrevistas: Wilberto Luiz Lima, São Paulo, 15 de dezembro de 2006 e 10 de junho de 2007; Jorge Siegrist Prado, Cidade do México, 9 de maio de 2005; Maria Luiza de Oliveira Pinto, *supra*; Constanza Gorleri, Buenos Aires, 10 de maio de 2007; Cláudio Giomi, Fundación Arcor, Buenos Aires, 10 de maio de 2007; Maria del Pilar Bolívar García, Alpina, Bogotá, 8 de novembro de 2006. Relatório de Sustentabilidade (São Paulo: Klabin, 2006).

32 Daniela de Fiori, Instituto Wal-Mart, entrevista, São Paulo, June 13, 2007; Wilson Mello Neto, vice presidente, Wal-Mart Brazil, apresentação, Conferência Interamericana sobre Responsabilidade Social Corporativa, *supra*.

33 Maria Luiza de Oliveira Pinto, *supra*; Constanza Gorleri, *supra*; Claudio Giomi, *supra*; Maria del Pilar Bolívar García, *supra*.

34 Austin et. al., p. 3.

ph15 na mira

Durante seis semanas de abril e maio foram expostas, na Biblioteca Nacional de Buenos Aires, as fotografias tiradas por estudantes da Fundação ph15 para las Artes, donatária da IAF em 2006, que assombraram os visitantes pela técnica e teor.

Os jovens fotógrafos, procedentes dos bairros marginalizados conhecidos como Ciudad Oculta e La Cava, tinham aperfeiçoado suas aptidões em aulas ministradas pelo pessoal da ph15, que utiliza a arte para promover a inclusão social. “Escolhemos esta exposição pelo valor do trabalho da ph15, mas também, e especialmente, pela qualidade das fotografias das crianças”, explicou Cristina Fraire, da Biblioteca Nacional, que fez o convite para a realização da exposição na prestigiosa instituição da qual foi Diretor Jorge Luis Borges, o escritor mais conhecido da Argentina.

Tiveram essa mesma opinião outras pessoas que viram a exposição, entre as quais figuram Thomas A. Shannon, Secretário Adjunto de Estado para Assuntos do Hemisfério Ocidental e membro do Conselho Diretor da IAF, que a visitou em 10 de abril. “Estou sumamente impressionado pelos trabalhos artísticos destes jovens, que mostram aspectos muito importantes de sua vida diária e expressam sua capacidade de observar e entender a realidade. Estes trabalhos

Cortesia da ph15



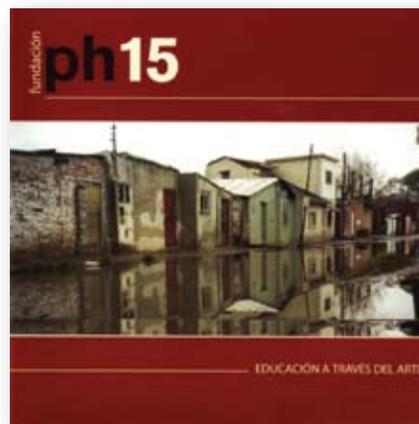
Thomas A. Shannon, Subsecretário de Estado para Assuntos do Hemisfério Ocidental e membro da Diretoria da IAF, na exposição ph15.

inspiram muita confiança na juventude argentina e em seu futuro”, afirmou Shannon de acordo com uma notícia publicada em 14 de abril no informativo on-line *Portal de Notícias del Mercosul*

(www.mercosulnoticias.com). Foi acompanhado pelo Senhor Earl Anthony Wayne, Embaixador dos Estados Unidos na Argentina.

Os estudantes da ph15 aprendem a expressar-se usando filme e câmaras digitais. Algumas obras de sua coleção já foram amplamente expostas. Mas Miriam Priotti, Diretora do ph15, afirma que esta exposição era especial: “A Biblioteca Nacional é um espaço de grande repercussão, mais acima de tudo é para os jovens um espaço especial por ser inacessível em sua vida cotidiana. Muitos deles nem sequer sabiam onde ficava a entrada; e representa uma oportunidade singular para contatar pessoas que vivem em outras partes da cidade”.

Os estudantes preparam cada exposição procurando um consenso a respeito dos trabalhos a serem incluídos e são responsáveis por emoldurá-los e pendurá-los. Segundo Priotti, a preparação da exposição na Biblioteca Nacional levou três meses e nela tomaram parte 40 jovens que selecionaram e montaram as fotografias de estudantes principiantes e avançados. “Vir aqui é muito especial”, afirmou a fotógrafa Camila Yamla, esclarecendo que as fotografias são de tamanho maior do que o normal e vistas por um público mais amplo. “Quando entrei no elevador para ir à exposição eu me encontrei com uma pessoa que ia a vê-la e ela me felicitou”.—*Gabriela Sbarra e Marina Saieva, contratantes de ligação da IAF para a Argentina, o Uruguai e o Paraguai.*





Mark Calcedo

Ecoturismo embera

A Asociación para el Fomento del Turismo (AFOTUR), donatária da IAF em 2003, vem trabalhando em conjunto com três comunidades indígenas embera no Parque Nacional de Rio Chagres, no Panamá, no desenvolvimento de experiências de turismo ecológico que permitam aos visitantes apreciar bem de perto as tradições locais e o ambiente espetacular.

O parque, situado entre a Cidade do Panamá e Colón, é uma bacia hidrográfica chave que alimenta tanto a capital como o Canal do Panamá. Grande parte da área confirma a reivindicação do Panamá de ser a encruzilhada para onde confluem as culturas do mundo. Vasco Nuñez Balboa, explorador espanhol, percorreu a pé estas terras até “descobrir” o Oceano Pacífico. A população embera vive há séculos nas florestas ao redor do rio Chagres. Em 2007, o Discovery Channel transmitiu o programa “O homem contra a natureza”, que mostrou, aos telespectadores, os moradores da comunidade de Parara Puru e suas excepcionais aptidões de sobrevivência que utilizam em remotas áreas do parque.

A colaboração entre os emberas e a AFOTUR conseguiu atrair turistas ansiosos por aventurar-se



em destinos menos freqüentados, segundo confirma *Nexos*, a revista em espanhol para os passageiros da American Airlines em sua edição de junho e julho de 2007. O “retorno ao Edén”, um box do artigo sobre o Panamá, descreveu a série de atividades incluídas em uma viagem de um dia à aldeia: transporte em *cayuco*, canoa de um só tronco, com guias emberas; uma canção de boas-vindas com acompanhamento de flautas e tambores; almoço que incluiu tilápia pescada e cozida no estilo local; visita a um domicílio; apresentação de danças enigmáticas em círculo; lições sobre colheitas e medicamentos naturais; e oportunidade de conhecer as extraordinárias cestas emberas. Segundo as fontes de *Desenvolvimento de Base*, há sessões de tatuagem para os visitantes que desejarem enfeitar o braço; utilizando o sumo de frutas, os artistas pintam um desenho simétrico que dura até 10 dias. O artigo disse que tudo isso ocorre em uma cultura afastada das conveniências modernas, tais como eletricidade, e “em harmonia com a natureza e consigo mesma”.—*John Reed, Representante da IAF, e Eduardo Rodríguez-Frias, Assistente de Operações*

Empresa produtora de tilápia

O jornal on-line *elsalvador.com* informou em 5 de março que os piscicultores da zona do lago Ilopango tinham iniciado uma “fábrica” de criação de tilápia constituída de seis tanques-pesqueiro novos construídos com o apoio da Asociación Cooperativa de Ahorro, Crédito y Agrícola Comunal de Paraíso de Osório (COPADEO), donatária da IAF em 2002. Os piscicultores, organizados em quatro cooperativas de 15 membros cada uma, revezam-se nos tanques à medida que os peixes se desenvolvem e depois os vendem a fábricas processadoras de peixe. A pedido da IAF, a COPADEO começou a trabalhar com as cooperativas de pescadores em 2006, quando a Agencia de Desarrollo Micro-Regional de los Municipios de Ilopango, Soyapango y San Martín (ADEMISS), donatária da IAF em 2001 que tinha originalmente proposto desenvolver a piscicultura no lago, não pôde continuar as atividades devido a problemas internos. Os esforços da COPADEO e das cooperativas têm tido bons resultados. Os piscicultores têm adquirido aptidões técnicas e administrativas, melhorado sua produção e aumentado sua renda.



Cortesía da COPADEO

Censo de afro-paraguaios

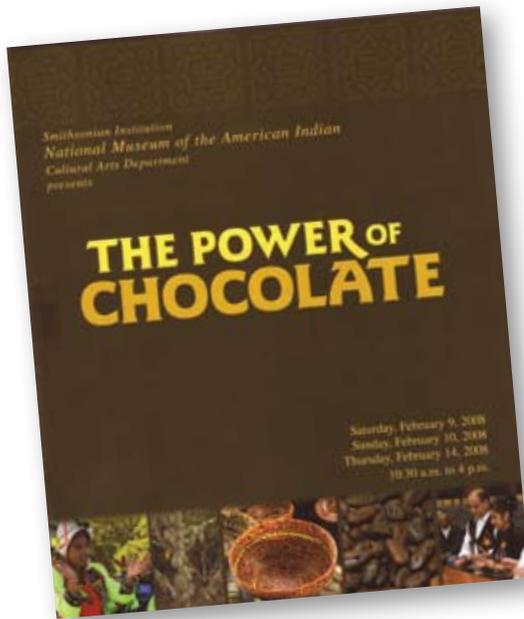
José Carlos Medina, da Asociación Afro Paraguaya Kamba Kua (AAPKC), donatária da IAF, e o sociólogo Carlos Benítez apresentaram as conclusões de seu estudo sobre os afro-paraguaios realizado com apoio da IAF, Organizaciones Mundo Afro do Uruguai, e do órgão de estatísticas e censo do Governo paraguaio. (Ver *Desenvolvimento de Base* de 2007).

Como o informou em dezembro o diário on-line *ABC Digital*, o estudo revelou que a população afro-paraguaia se eleva a 7.637 pessoas. Quase 53% são bilíngües, falando espanhol e guarani; 37% falam somente guarani e 7% somente espanhol. Um pouco mais da metade (54%) dos afro-paraguaios são economicamente ativos, 36,45% como mão-de-obra não-especializada ou artesãos, muitos dos quais trabalham na pedreira de Emboscada, a várias horas de automóvel de Assunção. A taxa de analfabetismo entre os afro-paraguaios eleva-se a 7,4%, dos quais 58% são mulheres.

Medina esclareceu que o propósito do estudo era dar maior visibilidade aos afro-paraguaios e informar políticas públicas destinadas a melhorar as condições de suas comunidades.

As tecelãs de Cochabamba

Em 18 de novembro de 2007, *Los Tempos*, o jornal mais importante de Cochabamba, publicou um artigo sobre as 400 tecelãs da Asociación de Artesanos Andinos (AAA), donatária da IAF. Elas estão recuperando técnicas que praticamente tinham desaparecido, melhorando e diversificando sua produção e ampliando seu mercado, incluindo acesso à loja da AAA no centro de Cochabamba. As mulheres entrevistadas informaram que sua renda tem aumentado graças às vendas de suas mantas de lã, bolsas, suéteres e ponchos, todos feitos a mão e tecidos com pigmentos naturais tradicionais. “O principal benefício para essas tecelãs é o ‘empoderamento’, não somente no nível da economia familiar, mas também ao se conscientizarem de seus direitos como mulheres e como empresárias”, concluiu o artigo.—*Eduardo Rodríguez-Frias*



Paula Durbin

Mario Choque Quisbert, à esquerda, com a intérprete do NMAI e visitantes do museu, Lewis e Dana Waterman.

Chocolate no NMAI

O Museu Nacional do Indígena Americano (NMAI), da Smithsonian Institution em Washington, D.C., comemorou o Valentine's Day (Dia dos Namorados nos Estados Unidos) com uma celebração do chocolate e suas origens americanas. No núcleo da exposição "O poder do chocolate", realizada de 9 a 14 de fevereiro, estava El Ceibo, ex-donatária da IAF, uma federação de 40 cooperativas que reúnem 1.000 agricultores do Alto Beni, na Bolívia, a região tropical amazônica onde se cultiva um dos melhores cacaus do mundo. A Smithsonian Institution já tinha mostrado as realizações dos agricultores de El Ceibo no Festival da Vida Folclórica Americana, em 1994 e em 2005.

O programa do Valentine's Day, no qual se mostrou a história e a cultura de um dos sabores mais desejados no mundo, fez uma crônica do desenvolvimento de El Ceibo desde o encontro fortuito de alguns agricultores até sua transformação no exportador mais importante de cacau e produtos de chocolate da Bolívia. Painéis de fotos e textos expostos na cavernosa Sala Potomac, na entrada principal do museu, explicavam a estrutura do grupo, a tecnologia de produção e a capacitação dos agricultores. Os mapas indicavam a localização do Alto Beni, marcavam a rota do cacau através da selva e as encostas dos Andes até a planta industrial de El Ceibo em La Paz, e indicavam os compradores da Europa, do Japão e dos

Estados Unidos. Enquanto isso, os estoques das delícias de El Ceibo abarrotavam as estantes do café e da loja do museu.

Quatro indígenas aimarás que representavam El Ceibo estavam presentes e se revezavam para interagir com os visitantes do NMAI, graças a subsídios de viagem da IAF. Nenhum deles falava inglês, mas podiam mesmo assim comunicar os passos do processo desde a árvore, ao grão e ao mostrador, mediante o pessoal bilíngüe do NMAI e por meio de referências tangíveis, tais como as sementes e vagens de cacau deliciosamente aromáticas que tinham trazido. "Mostramos como funciona uma organização agrícola", disse Mário Choque Quisbert, atual presidente de El Ceibo, no dia do encerramento. "A gente de Washington ficou impressionada com nossa estrutura orgânica, nossa responsabilidade pelo meio ambiente e nossos intercâmbios com grupos semelhantes. Fomos recebidos com satisfação, parabenizados e incentivados. Estamos profundamente agradecidos pelo convite e esperamos voltar".

O evento destacado no Washington Post também contou com a magia chocolateira de Richard Hetzler, chef principal do museu, cuja jurisdição culinária transcende o NMAI para abranger todas as instalações de alimentos do sistema da Smithsonian, bem como os restaurantes da Câmara de Representantes

dos EUA. O evento do Valentine's Day terminou com um final doce augurando uma longa relação entre El Ceibo e a Smithsonian. Antes de os bolivianos regressarem, Hetzler mencionou a possibilidade de fornecerem cacau orgânico de El Ceibo para o restaurante de Mitsitam Native Foods Café, do NMAI, o qual oferece uma experiência culinária desenvolvida com base em fontes indígenas das Américas. “Quando fundamos El Ceibo, em 1977, sabíamos que queríamos exportar nossos próprios produtos, mas nunca imaginamos que seria a um museu”, comentou o membro fundador Santiago Limachi Cerezo.

Reunião sobre igualdade racial

“Somos diversos, mas não somos desiguais”, afirmou o Presidente Rafael Correa, do Equador, citando Antonio Preciado, seu ex-Ministro da Cultura e incansável defensor dos direitos das minorias, na abertura da Terceira Consulta de Entidades da América Latina e do Caribe que Trabalham pela Igualdade Racial, realizada em 21 e 22 de janeiro em Quito. Correa reconheceu os desafios ao enfatizar a necessidade de combater a discriminação contra os afro-descendentes, povos indígenas e mulheres, para que os indivíduos sejam julgados por suas aptidões, não por sua etnia ou gênero. O discurso fazia recordar o sonho expresso por Martin Luther King, Jr., ao afirmar que seus filhos fossem julgados por seu caráter, não por sua cor. De fato, o evento coincidiu com a comemoração nos Estados Unidos do aniversário desse laureado com o prêmio Nobel.

Os 50 participantes da conferência também ouviram funcionários governamentais e outros que informaram sobre as condições na Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Entre eles estava Jesús García, atual Vice-Presidente da Comissão Presidencial da Venezuela contra o Racismo e ex-Diretor Executivo da Fundación Agencia de Desarrollo Planificado (PLANDES), donatária da IAF de 2005, e Romero Rodríguez, membro fundador da

Organizaciones Mundo Afro, ex-donatária da IAF, nomeado assessor do Presidente Taburé Vásquez, do Uruguai; e José Chalá, Diretor Executivo da ONG Centro de Investigaciones Familia Negra (CIFANE), donatário da IAF, e da Corporación de Desarrollo de los Afrodescendientes (CODAE). Estavam também representados na conferência vários organismos das Nações Unidas, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Município de Quito, a IAF e a imprensa. As delegações dos 11 países prepararam um



relatório reconhecendo o apoio de governos, de organismos internacionais e da sociedade civil e traçando um plano de ação.

Para obter informações mais detalhadas favor contatar Maria Alexandra Ocles, membro da Assembléia Constituinte para Pichincha e Diretora da Oficina Regional de Análisis para la Promoción de la Equidad Racial (ORAPER), do Equador, em niaazul22@hotmail.com.—Linda Borst Kolko, Vice-Presidente, Escritório de Operações da IAF

Mais CEPTS para Argentina

De 1991 a 2001, a população diminuiu 17% na zona rural da província de Buenos Aires. Mesmo antes do registro dessa estatística desalentadora, os residentes estavam alarmados com a emigração maciça de jovens desocupados para as esquelidas favelas da capital, onde as oportunidades não são melhores. Um grupo da pequena comunidade de General Belgrano decidiu oferecer uma alternativa: o Centro Educacional para

a Produção Total (CEPT), um internato baseado em um modelo francês, estruturado para preparar jovens para ocupações remunerativas na agricultura, permitindo-lhes ao mesmo tempo ajudar suas famílias com o cultivo, fabricação de queijo, apicultura ou outras ocupações típicas da zona.

Desde a abertura do primeiro CEPT em 1989, outros 20 surgiram nos pampas sob a mesma organização matriz, a Federación de Asociaciones Centros Educativos para la Producción Total (FACEPT). Cerca de 1.700 estudantes estão matriculados atualmente em escolas secundárias do CEPT e 8.000 famílias participaram de seus projetos de desenvolvimento, desde produção de mel à inseminação artificial do gado. Em 2003, a FACEPT começou a oferecer um programa para ajudar adultos a concluir a educação secundária.

O Ministério de Educação argentino já anunciou planos para financiar 40 CEPTs adicionais fora de Buenos Aires, segundo determina a nova Lei Argentina de Educação que faz obrigatória a educação secundária a partir de 2010 e requer que as escolas secundárias rurais adaptem seus programas às comunidades a que atendem. A nova lei enfatiza programas que ofereçam acordos de trabalho, aprendizado e relações formais com os setores público e privado, todas estas características dos CEPTs. O programa FACEPT proporciona também um modelo para outros programas, além de capacitação e outras formas de apoio. A Lei de Pequenas Localidades de 2004, da Argentina, destina recursos governamentais para comunidades com menos de 2.000 moradores. Tomando emprestada a estrutura dos CEPTs, os “Conselhos de Desenvolvimento Local” da zona rural reúnem-se para definir as necessidades da comunidade e desenvolver projetos que atendam às mesmas. Em 2005, a província de Buenos Aires lançou o programa-piloto Plan Volver, para oferecer oportunidades de terra e emprego na zona rural a chefes de famílias urbanas. O objetivo deste programa é revitalizar a economia rural e reduzir a pressão nos centros urbanos.

A IAF apoiou a FACEPT com fundos concedidos de 1995 a 2005. Uma avaliação externa do projeto constatou que o programa acadêmico reduziu com êxito a migração e o conceito de conselho tem proporcionado

aos argentinos da zona rural um mecanismo para ter acesso aos recursos comunitários e determinar seu futuro.—*Elizabeth Yates, ex-estagiária da IAF*

Avaliação de microcrédito

Em 2007, a Fundação Getúlio Vargas (FGV), sob contrato com a IAF, fez uma avaliação de 11 projetos no México, Nicarágua e Peru para ajudar a IAF a definir seu apoio aos programas de microfinanças de uma forma coerente com sua missão e enfoque.

A FGV apresentou os resultados preliminares da avaliação ao pessoal da IAF em novembro. Sua conclusão geral foi que o acesso ao crédito não cria oportunidades; permite aos indivíduos e às instituições aproveitar as já existentes. Ainda mais surpreendente, os resultados da FGV desafiaram o mito de que o âmbito normativo e as condições macroeconômicas determinam o desempenho de organizações relacionadas com o crédito. Em vez disso, os pesquisadores da FGV descobriram que instituições que funcionavam no mesmo âmbito normativo produziam resultados diferentes; foram encontradas semelhanças no desempenho entre as instituições com ambientes diversos.

As características comuns dos programas bem-sucedidos eram transparência, visão e enfoque claros do donatário; divisão de trabalho na qual as operações de crédito se diferenciam de outras atividades; compromisso institucional com as boas práticas no tocante às taxas de juros e reembolso; e capacidade de abordar as estratégias ineficientes e a flexibilidade para adaptar-se. Além disso, todos os programas avaliados reconheciam e aproveitavam a capacidade creditícia da mulher. A avaliação confirmou que a disposição de tomar emprestado é determinada pelo acesso a garantias, que não se deve subestimar a inclinação ao pagamento de um empréstimo e que não existe um “melhor” modelo de crédito. Os programas eficazes caracterizam-se por uma carteira de empréstimos diversificada e serviços que ajudam os mutuários a serem mais eficientes no acesso aos mercados e a utilizarem recursos.

Os programas de microcrédito enfrentam os mesmos desafios de todos os bons projetos em geral:

infra-estrutura deficiente e aversão de seus beneficiários ao risco, resistência a novas tecnologias, acesso restrito às terras mais produtivas e carência geral de materiais, maquinaria e outros bens que poderiam ser usados como garantia. As informações foram insuficientes para a FGV rastrear o uso e resultados do crédito estendido pelos 11 donatários. Conseqüentemente, os pesquisadores não puderam determinar se estes micro-empréstimos permitiram aos beneficiários superar os desafios mencionados.

A FGV recomendou que a IAF continue a prestar um apoio que permita aos donatários melhorar sua gestão, reduzir os custos de monitoramento dos empréstimos e melhorar sua tecnologia de crédito. Finalmente, a FGV enfatizou a importância de continuar incentivando um papel ativo dos beneficiários nos projetos, capacitação e assistência técnica para eles, bem como sua participação na cadeia produtiva. O relatório completo está disponível no site www.fgv.br/cps.—*Miriam Brandão e Marcy Kelley, Representantes da IAF*

Projetos no sul do México

À medida que continuam a crescer a população e as economias dos países em desenvolvimento, aumentam as pressões sobre os sistemas ecológicos que prestam serviços ambientais chave, tais como filtração da água, limpeza do ar e estabilização do solo e prevenção da erosão. A proteção do bom funcionamento desses sistemas de apoio vital torna-se cada vez mais importante para os membros das comunidades rurais que dependem tão diretamente da estrutura saudável dos sistemas naturais. À medida que os sistemas ambientais se vêem cada vez mais ameaçados, as comunidades rurais absorvem o maior peso desses impactos e estão cada vez mais motivadas a empreender ações para proteger e restaurar os ecossistemas locais, de modo que estes possam oferecer seus serviços ambientais vitais.

Um meio ambiente saudável é uma pré-condição para reduzir a pobreza. A deterioração ambiental atinge os que dependem mais diretamente dos ecossistemas locais. Sua luta para sobreviver muitas vezes

coloca-os no terrível dilema de procurar aumentar a produção de alimentos e atender às necessidades de combustível de maneira não ambientalmente sustentável. As pressões no curto prazo tornam cada vez mais difícil atender às necessidades de longo prazo. A idéia do desenvolvimento ambientalmente sustentável goza de apoio quase universal em termos abstratos, mas na realidade é difícil desenvolver práticas sustentáveis.

Os donatários da IAF no sul do México estão desenvolvendo programas inovadores destinados a produzir conhecimento local sobre a natureza das ameaças ambientais à área e maneiras eficazes de reduzi-las. Participam de gestões de iniciativas de pesquisas criadas por líderes comunitários e peritos locais para ajudar os agricultores a encontrar maneiras de reduzir a erosão, proteger a saúde do solo, preservar os recursos aquáticos e evitar a perda de espécies valiosas, a fim assegurar que suas práticas agrícolas sejam sustentáveis. Este conhecimento está sendo compartilhado nas comunidades e entre elas por meio de workshops, apresentações, programas escolares, publicações e interação pessoal.

Juntamente com Jennifer Hodges e Jill Wheeler, do quadro de pessoal da IAF; com Carmen Yolanda Pérez, verificadora de dados do projeto do México; e com o sociólogo Tim Heaton, visitamos diversos projetos perto de Cidade do México, em Oaxaca e em Puerto Escondido. Esses projetos vão desde ajudar a aumentar a taxa de sobrevivência das tartarugas marinhas e crocodilos, como parte de iniciativas ecoturísticas, até prestar assistência a agricultores no desenvolvimento de práticas ecologicamente sólidas para contribuir para a melhoria da produção agrícola e proteção de recursos aquáticos fundamentais.

Proteger os serviços ambientais evitando a poluição, restaurar sistemas naturais e encontrar maneiras de reduzir os impactos ambientais são muitas vezes mais onerosos do que os enfoques convencionais da agricultura e desenvolvimento comunitário. Uma sinergia promissora, resultante do apoio da IAF e de pesquisa comunitária, enfoca o modo de quantificar e monetizar estes serviços ambientais para que seus custos possam ser mais amplamente compartilhados.

Uma forma de promover um desenvolvimento ecologicamente sustentável, por exemplo, é criar parcerias entre comunidades rurais onde são proporcionados estes serviços ambientais e às áreas urbanas que deles dependem. Um projeto financiado pela IAF é o Consejo Civil Mexicano para la Silvicultura Sostenible, que visa a proteger uma bacia aquática chave da região de Amanalco-Valle de Bravo que fornece água potável a cerca de dois milhões de moradores da Cidade do México. O projeto está na fase de planejamento à medida que os líderes locais desenvolvem um sistema de pagamento aos agricultores locais para que façam investimentos capazes de reduzir a erosão do solo e a poluição da água. Esses investimentos também beneficiarão os agricultores locais, mas carecem dos recursos para pagá-los. Um desafio fundamental é desenvolver mecanismos capazes de assegurar a realização dos investimentos e proporcionar fundos para eles provenientes dos beneficiários rio abaixo, tais como os moradores da Cidade do México.

Outro projeto está sendo organizado pelo Servicios Ambientales de Oaxaca, situado nas montanhas de Oaxaca. Procura proteger os bosques de formas que proporcionem ao mesmo tempo produtos comercializáveis, tais como créditos pelo seqüestro de carbono que indivíduos, empresas ou grupos em países desenvolvidos possam comprar para compensar suas emissões de gases que produzem o efeito estufa. Este projeto também está em fase inicial e grande parte do esforço concentra-se em determinar o volume de dióxido de carbono que os diferentes tipos de árvores locais absorvem. A pesquisa ajudará os moradores comunitários a decidirem os tipos de árvores a serem plantadas e como quantificar, monetizar e em seguida comercializar estes serviços ambientais como fonte de renda para a comunidade. O plantio de árvores também proporcionará benefícios ambientais locais, tais como filtração de água e estabilização do solo.

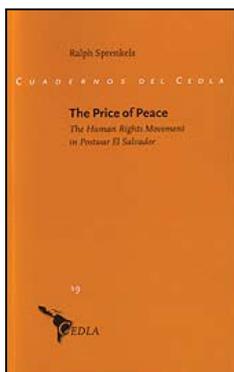
Compreender como quantificar e monetizar os serviços ecológicos é uma forma muito promissora de gerar renda para as comunidades rurais e produzir benefícios locais. Promete também ajudar-nos a conhecer melhor o espinhoso problema global de como assegurar que os preços que pagamos por bens e

serviços reflitam os verdadeiros custos de sua produção e que alguns custos não sejam externalizados ou impostos sobre outros. Os mercados não podem proporcionar os benefícios que esperamos deles, se custos significativos forem externalizados e não forem incluídos nos preços cobrados pela produção, distribuição e disposição dos bens. A queima de combustíveis fósseis cria emissões de gases que provocam o efeito estufa, tais como o dióxido de carbono, elemento ao qual atualmente não se fixa um preço, embora os cientistas estejam atualmente convencidos de que está produzindo importantes mudanças climáticas. Uma melhor compreensão do valor dos serviços ambientais promete ajudar a fazer que os mercados reflitam mais eficientemente os verdadeiros custos e permitir-nos tomar decisões mais informadas sobre as concessões mútuas entre o equilíbrio econômico e ambiental.

Há vários desafios na formulação e implementação deste tipo de projetos. Construir uma base de conhecimentos locais é fundamental, como também é criar acordos para compartilhar os custos entre interesses comerciais rurais e urbanos. Os investimentos em ambientes locais sustentáveis prometem benefícios de longo prazo, mas devem competir com demandas e necessidades imediatas e prementes. Calcular o preço da deterioração ecológica e dos esforços para proteger os serviços ambientais é um campo emergente com muitas incertezas. Aprender pelo método da tentativa e erro é essencial, mas difícil de ser feito quando a pobreza e outros problemas são tão imediatos e desalentadores.

Os problemas do declínio ecológico e seus efeitos sobre as possibilidades do desenvolvimento de base tornar-se-ão mais prementes e aqui os projetos da IAF têm o potencial para fazer uma importante contribuição se pudermos navegar com êxito através desses desafios. Pagar aos grupos rurais para proteger os recursos aquáticos é uma situação em que todos ganham; a comunidade obtém recursos para investir em projetos que também produzem benefícios locais e os usuários urbanos da água podem evitar a construção de custosas instalações de tratamento da água.

—Gary Bryner, Conselho Diretor da IAF



The Price of Peace: The Human Rights Movement in Postwar El Salvador [O preço da paz: o movimento de direitos humanos em El Salvador pós-guerra]

Ralph Sprenkels

Amsterdã: Centro de Estudos e Documentação Latino-Americanos (CEDLA), 2005

Disponível em www.cedla.nl

The Price of Peace, de Ralph Sprenkels, examina a história dos grupos salvadorenhos de direitos humanos desde finais da década de 1970 até 2005. Segundo o autor, “as organizações de direitos humanos fazem parte de uma geração de movimentos sociais latino-americanos que se organizaram nas décadas de 1970 e 1980 em uma época em que a democracia se tinha transformado na exceção no continente”. Esses movimentos de grupos de base e de organizações não-governamentais, fundamentados em problemas específicos ou de identidade, de âmbito local ou nacional, contribuíram para o desenvolvimento expandindo a sociedade civil, redefinindo as políticas e propagando a democracia.

Atualmente, Sprenkels é o representante para El Salvador da Organização Inter-Eclesiástica de Cooperação para o Desenvolvimento (ICCO) dos Países Baixos. Chegou a El Salvador proveniente de Amsterdã em 1992, depois dos Acordos de Paz. Como colaborador do falecido Jon Cortina, sacerdote jesuíta reconhecido internacionalmente por seu trabalho em prol dos direitos humanos e desenvolvimento comunitário, Sprenkels ajudou a fundar a Pro-Búsqueda, uma organização de assistência às famílias cujos filhos desapareceram durante a guerra. Trabalhou com a Pro-Búsqueda até 2002, quando regressou aos Países Baixos para terminar o mestrado; *The Price of Peace* teve origem em sua tese.

As entrevistas etnográficas são a lente por meio da qual Sprenkels vê o passado e o presente. As vozes de seus sujeitos incluem um *testimonio*—uma forma narrativa específica da América Latina usada para descrever condições de violência e de guerra. Dos 75.000 mortos na guerra de El Salvador, 50.000 eram civis

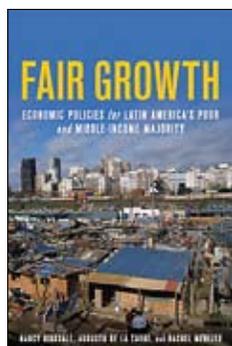
desarmados; outros 7.000 salvadorenhos desapareceram. Mais de 160 massacres podem ser atribuídos às forças armadas ou aos paramilitares. Foi formado um reduzido número de grupos, dirigidos principalmente pelas mães, avós e esposas dos executados ou “desaparecidos”, para denunciar as violações. Por meio de entrevistas com essas ativistas e outros parentes das vítimas, Sprenkels descreve os esforços para salvar os presos políticos, localizar os desaparecidos e prosseguir em uma situação de violência e de intimidação pessoal.

O tema central do livro é a relação descoberta por Sprenkels entre os grupos de direitos humanos e as cinco entidades distintas que formaram o movimento de resistência armado conhecido como Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional ou FMLN. Segundo Sprenkels, no conflito era necessário colaborar para documentar os abusos e unir a comunidade internacional. Quando cessou a perseguição militar e o FMLN se transformou em partido político, começou o distanciamento.

No processo de paz, diversas organizações internacionais, tais como as Nações Unidas, assumiram parte do monitoramento anteriormente feito pelas organizações salvadorenhas. Uma lei de anistia, promulgada depois da publicação do relatório da Comissão da Verdade em 1993, impediu a interposição de ações judiciais da maioria dos abusos relacionados com a guerra, privando os grupos de direitos humanos da capacidade de levar adiante a maioria de seus casos e, por conseguinte, levou ao fim de seu apoio financeiro internacional. Vários grupos debandaram; os grupos sobreviventes ampliaram seu enfoque para incluir questões correlatas, tais como educação em matéria de direitos humanos, proteção aos trabalhadores e detenção ilícita. Formaram-se novos grupos para focar o legado do passado em um âmbito contemporâneo. Entre eles cumpre mencionar os veteranos incapacitados de ambos os lados que se uniram para defender seus benefícios. O movimento original de direitos humanos indubitavelmente influenciou o papel atualmente desempenhado pela sociedade civil salvadorenha em uma democracia funcional. Hoje em dia, diversas coalizões com diferentes missões unem-se aos grupos de direitos humanos para focar políticas e práticas—algumas

emanadas do próprio processo de paz—incompatíveis com as leis sobre direitos civis e direitos humanos.

El Salvador enfrenta agora um desafio particular. Como explica Sprenkels, “a dinâmica social do conflito gerou um tipo de polarização política que tornou a independência política praticamente inexistente nas organizações que constituem movimentos sociais”. O triste legado do período de guerra é a antipatia que persiste entre o Partido ARENA que está no poder e o FMLN, sua principal oposição. Atingidos pelos efeitos secundários que se estenderam a outros setores salvadorenhos, os movimentos sociais—inclusive os grupos de direitos humanos—lutam para construir uma identidade independente necessária para o desenvolvimento comunitário sustentável.—*Kathryn Smith Pyle, ex-Representante da IAF*



Fair Growth: Economic Policies for Latin America's Poor and Middle-Income Majority [Crescimento justo: políticas econômicas para a maioria pobre e de renda média da América Latina]

Nancy Birdsall, Augusto de la Torre e Rachel Menzes

East Peoria: Versa Press, 2008

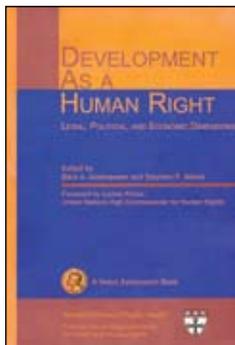
Segundo os autores de *Fair Growth: Economic Policies for Latin America's Poor and Middle-Income Majority*, a América Latina, com sua pobreza persistente e desigualdade crescente, necessita de políticas que ajudem a criar mais oportunidades para os cidadãos que ficaram para trás durante o recente impulso de crescimento econômico. Para Nancy Birdsall, Augusto da Torre e Rachel Menzes, a expressão “crescimento justo” significa crescimento que beneficia toda a população econômica e socialmente. Isso representa um contraste com o crescimento distorcido que, a seu ver, é exacerbado pela aplicação das reformas provenientes do Consenso de Washington—agora consideradas insuficientes, salvo se estiverem presentes as condições apropriadas. Em resposta, seu livro apresenta “uma dezena de instrumentos de equidade” destinados a ajudar o governo a estabelecer disciplina fiscal, estruturas tributárias pro-

gressivas, clima favorável à pequena empresa, medidas de proteção dos trabalhadores e educação universal, entre outras características de uma economia sólida e uma sociedade justa.

Cada “instrumento de equidade” resume-se em uma série de recomendações indicada por marcadores a serem adaptadas ao contexto específico. Cada “instrumento” merece um capítulo que o coloque em uma perspectiva histórica e exponha, com exemplos, o problema geral que deve resolver. As sugestões indicadas com marcadores são enumeradas no final dos capítulos e, de modo geral, fazem sentido de forma intuitiva. Infelizmente, as provas de sua eficácia prática podem ser débeis, omitidas ou relegadas a uma lista de referências. Por exemplo, no capítulo “Tratando abertamente da discriminação” indicam-se as dificuldades sofridas pelas minorias raciais e étnicas e ressalta-se a coleta de dados adicionais sobre sua situação. Não obstante, teria sido desejável que os autores tivessem incluído instâncias específicas em que isso tenha levado à análise da discriminação e à compensação legal mencionada como resultado previsto. Falta também um debate sobre a sustentabilidade ambiental como elemento de crescimento justo. Menciona-se a responsabilidade do governo de proteger o meio ambiente, mas não se analisa a maneira como o crescimento desenfreado, justo ou não, pode pôr em perigo os ecossistemas vitais.

Uma visão geral na contracapa de *Fair Growth* adverte que “o êxito com estas reformas de crescimento justo requer liderança política e conhecimentos técnicos por parte de funcionários públicos e legisladores, bem como apoio e contribuição de empresas, grupos da sociedade civil, estudantes e intelectuais”. Em nota de rodapé, os autores expressam reconhecimento à Fundação Interamericana por suas realizações com os grupos de base e propõem um maior financiamento para seu programa de doações para o desenvolvimento. Mas a “dezena de instrumentos” mencionados no livro destina-se mais diretamente aos formuladores de políticas. No lançamento do livro em 24 de janeiro no Centro para o Desenvolvimento Mundial em Washington, D.C., surgiu a pergunta como convencer esses formuladores

de políticas a respeito de seu valor e os autores reconheceram com franqueza que os “instrumentos” não têm recebido aceitação universal. No entanto, parece difícil argumentar contra os ideais que supostamente devem promover. Os formuladores de políticas fariam bem em ler esta obra.—*Paul Lubliner, Assistente de Programas da IAF*



Development as a Human Right: Legal, Political and Economic Dimensions [O desenvolvimento como um direito humano: dimensões jurídicas, políticas e econômicas]

Editado por Bard A. Andreassen e Stephen P. Marks

Cambridge: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de Harvard, 2006

Os enfoques clássicos de desenvolvimento não conseguiram melhorar a vida das pessoas de baixa renda do mundo, segundo *Development as a Human Right*, uma coletânea de 14 exposições apresentadas originalmente por especialistas no Simpósio Nobel de 2003 sobre o Direito ao Desenvolvimento. Entretanto, os leitores dispostos a enfrentar verbosidade e debates jurídicos podem encontrar uma alternativa neste livro.

Até a década de 1980, os direitos humanos e o desenvolvimento eram considerados campos separados. A Declaração de 1986 das Nações Unidas sobre o Direito ao Desenvolvimento desafiou essa separação, mas deixou muitas perguntas sem resposta. Este volume procura apresentar uma imagem completa desse conceito, às vezes com êxito. No entanto, uma maior concisão teria sido melhor.

As definições do “direito ao desenvolvimento” incluem desde uma que abrange todos os direitos humanos até outra de menor alcance, de David Beetham, referente ao “direito de um povo ao desenvolvimento econômico”. Na primeira parte, Beetham adverte sobre o que chama de “perigos da inflação conceitual”, uma acusação da qual muitos dos co-autores da seção poderiam declarar-se culpáveis. De toda esta teoria pode-se resgatar que um enfoque do

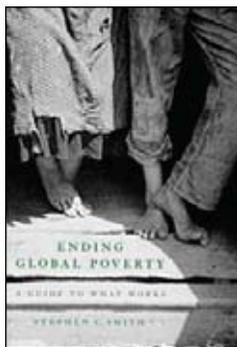
desenvolvimento com base nos direitos humanos implica mais do que reivindicações jurídicas. Integra conceitos de empoderamento, participação, prestação de contas e não-discriminação, em virtude dos quais nenhum grupo fica excluído do processo.

Um enfoque baseado nos direitos teria êxito onde outros modelos fracassaram? Na seção “Realidades e desafios nacionais”, os autores Jakob Kirkemann Hansen e Hans-Otto Sano abordam esta pergunta. Peneirando o jargão próprio, as provas indicam que a resposta é afirmativa. No entanto, não nos dizem como o desenvolvimento de base, introduzido há cerca de 40 anos, difere de um enfoque baseado nos direitos humanos. A seção “Deveres e responsabilidades” apresenta um roteiro insuficiente das responsabilidades e compromissos de diferentes interessados, mas oferece uma perspectiva de como a corrupção e a falta de responsabilização por parte do governo, bem como acordos comerciais injustos, podem solapar o direito ao desenvolvimento. Em particular, o capítulo de Margot Salomon indica graves problemas do sistema internacional que favorecem países mais ricos os quais rejeitam constantemente a ajuda para o desenvolvimento como uma obrigação legal. Ela propõe uma total reestruturação das instituições internacionais com base na “responsabilidade ponderada” pela qual aos países com maior poder se atribuiria uma maior responsabilidade de acabar com a pobreza e de garantir os direitos humanos.

O melhor do volume está na seção “Realidades e desafios nacionais”, que contém três artigos sobre a forma como os governos nacionais podem pôr em prática o direito ao desenvolvimento. Yash Ghai afirma que a reforma constitucional participativa é elemento central do desenvolvimento baseado nos direitos humanos e que os países com diversidade étnica devem assegurar a representação das minorias. Sandra Liebenberg dá um passo à frente em sua excelente análise da experiência sul-africana ao examinar como a sociedade civil pode usar os direitos constitucionais para conseguir melhores políticas de habitação, bem-estar social e educação. Asbjørn Eide oferece um dos relatos mais convincentes e sucintos sobre as origens das Nações Unidas, do Banco Mundial e do Fundo

Monetário Internacional, bem como de seu efeito na promoção dos direitos humanos, particularmente no mundo em desenvolvimento. Tal como outros autores neste volume, Eide afirma que a atual estrutura destas instituições representa graves obstáculos para o crescimento econômico equitativo. Termina com 11 recomendações, entre as quais figura a necessidade de trabalhar com os acordos internacionais vigentes, em vez de propor outros.

Embora a extensa introdução e a conclusão de Andreassen e Marks ajudem a dar unidade ao livro, às vezes *Development as a Human Right* parece um conjunto desarticulado de artigos parcialmente superpostos. No entanto, apresenta um convincente argumento em favor de uma mudança de um modelo de desenvolvimento baseado em necessidades para um modelo baseado em direitos e uma mudança das relações de desigualdade dentro dos países e entre eles. Não obstante, pode-se perguntar se é apenas uma nova versão daquilo que os profissionais do desenvolvimento de base e outros vêm defendendo há anos: o desenvolvimento participativo.—*Tianna Paschel, ex-estagiária da IAF*



Ending Global Poverty: A Guide to What Works [Pondo fim à pobreza mundial: guia daquilo que funciona]

Stephen C. Smith

Nova York: Palgrave Macmillan, 2005

Para os que têm seguido os livros recentes sobre o alívio da pobreza mundial, o debate

de “macro versus micro” tornou-se muito previsível. *Ending Global Poverty: A Guide to What Works*, de Stephen C. Smith, revitaliza o diálogo com a introdução de um novo elemento: o leitor. “Em qualquer grau que você deseje participar, existe um canal à sua disposição”, diz Smith a seu público.

Ending Global Poverty não somente se une ao acervo de publicações sobre o desenvolvimento, mas também oferece orientação sobre o ativismo eficaz. Smith começa afirmando que a extrema pobreza, a

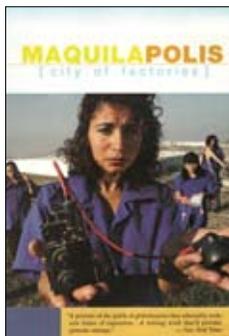
condição mais devastadora e debilitante, pode ser eliminada em uma geração se houver esforço comum do qual participem os profissionais do desenvolvimento, o público em geral e os próprios pobres. Ele reforça esta afirmação com exemplos de programas de muito êxito que incluem desde um programa de televisão na Índia, no qual a audiência também canta, ensinando adultos a ler e escrever até a construção de estradas que servem de meio para propagar técnicas agropecuárias avançadas em toda Uganda. Os projetos mencionados podem variar no tocante à localização geográfica, alcance, organização e liderança. Segundo Smith, um aspecto comum é a “inovação”, termo que para ele significa novas formas de resolver antigos problemas, adaptadas às comunidades onde se aplicam. Smith insiste que a inovação é a chave para aliviar a pobreza.

Obviamente, é mais fácil exigir inovação do que implementá-la, mas isso não desencoraja o autor. Suas “Dez estratégias de inovação” especificam a forma de identificar projetos inovadores e de tornar mais inovadores os projetos comuns. Destacam-se duas dessas estratégias: a primeira é ouvir aos pobres e agir de acordo com as preocupações delas; e a segunda é fazer uma avaliação rigorosa a fim de alocar os recursos corretamente e aprender da experiência. Outras estratégias incluem o uso de paraprofissionais competentes, em vez de especialistas custosos, e a ênfase em produtos com valor agregado. Smith argumenta em favor de trabalhar em menor escala, pelo menos no princípio. Repete que a descentralização é necessária não somente no nível dos projetos, mas também na organização, de forma que os profissionais do desenvolvimento saiam de seus escritórios e passem para o campo. Segundo ele, ao se ampliar a influência das pessoas na base surgirão soluções mais inovadoras.

Mas, acima de tudo, Smith espera fazer seus leitores participar deste empenho e ajudá-los a investir prudentemente. Em um longo capítulo sobre beneficência, insiste em que os doadores façam seu trabalho antes de emitir cheques. Adverte, por exemplo, que certas atividades comuns, tais como o patrocínio de crianças ou a formação de associações de “igrejas irmãs”, talvez não sejam a forma mais eficaz de

empregar os fundos. Outros capítulos proporcionam informações sobre como afiliar-se a uma organização ou a uma junta assessora e o que se pode esperar. Há dois tipos de conselhos importantes aplicáveis a todos os níveis de ativismo. Primeiro, procurar informação minuciosa sobre qualquer programa em que se considere participar e não hesitar em indicar à organização que se planeja aparecer para verificar o trabalho no campo. Segundo, aproveitar seus talentos, conhecimentos e experiência, especialmente no campo dos negócios ou da atenção à saúde, que poderiam ser de utilidade no exterior.

Este livro, em parte acadêmico, em parte moral e em parte prático, tem possibilidades de atrair um público amplo. Certamente, Smith parece esperar que isso aconteça. Ao aproveitar o vasto potencial de pessoas comuns que normalmente não participam da política de desenvolvimento, Smith espera energizar a luta contra a pobreza antes que seja tarde demais.—
Elizabeth Yates



Maquilópolis

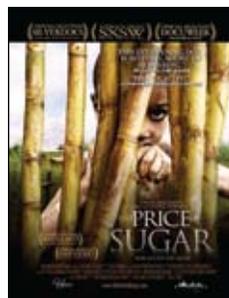
Vicky Funari e Sergio da Torre:
2006

As maquiladoras têm sido um importante fator no crescimento econômico do México desde sua introdução na década de 1960 ao longo da fronteira com os EUA. Os trabalhadores migram

a estas fábricas atraídos por empregos de montagem de partes importadas para transformá-las em produtos acabados para empresas estrangeiras, que reduzem custos mediante o uso de mão-de-obra mexicana. Na década de 1990, depois da promulgação do Tratado de Livre Comércio da América do Norte em 1994, o número das maquiladoras da fronteira elevou-se a mais de 4.000 e agora parecem estar propagando-se para o sul. Outrora promovidas como solução para a desigualdade e a pobreza, estima-se hoje que as maquiladoras empreguem um milhão de trabalhadores, 80% dos quais são mulheres. Mas segundo *Maquilópolis*—que literalmente significa “cidade de fábricas”—o auge dos empregos tem seus inconvenientes.

Esse filme documenta o contexto contemporâneo desta indústria por meio de relatos de trabalhadoras de Tijuana. Funari e de la Torre deram a cada uma das mulheres uma câmara de vídeo e as ajudaram a filmar seus bairros, as fábricas onde estavam empregadas e o trabalho comunitário que realizam para o *Grupo Factor X*, que consiste em organizar os trabalhadores das maquiladoras e ensinar-lhes seus direitos de acordo com as leis mexicanas aplicáveis. O documentário enfoca duas mulheres: acompanha Carmen Durán em sua luta para receber compensação, depois que seu empregador decidiu mudar-se para uma área de menor custo; e Lourdes Luján, que procura influenciar o governo local a limpar a ex-instalação de reciclagem de chumbo, onde outrora trabalhou, e que continua a lançar dejetos tóxicos nas comunidades próximas, inclusive na sua. Por meio de Carmen e Lourdes, bem como de outras pessoas destacadas no filme, vemos como as maquiladoras apresentadas na tela põem em perigo a saúde, afetam as relações familiares e criam dependência de um sistema que favorece as empresas internacionais acima dos trabalhadores locais.

O comentário mais incisivo de *Maquilópolis* sobre o debate a respeito dos benefícios da globalização é a descrição do filme acerca dos movimentos de base que incorporam aqueles cuja esperança de uma vida melhor os levou inicialmente às maquiladoras. Segundo o filme, por meio dos esforços do Grupo X e de outras organizações comunitárias, esses trabalhadores começam a exercer o controle da própria vida. As mulheres de Maquilópolis negam-se a deixar-se intimidar, apesar de enfrentarem adversários mais fortes e mais ricos, tal como quando David enfrentou Golias.—*Jessica Bremner, Assistente de Programas*



The Price of Sugar [O preço do açúcar]

Bill Haney: 2007

The Price of Sugar observa o trabalho do Padre Christopher Hartley, sacerdote católico que por mais de uma década vem dedicando sua vida a trans-

formar a situação dos haitianos que trabalham nos canaviais da República Dominicana. O documentário narrado nem mais nem menos por Paul Newman, apresenta como afins à escravidão as duras condições de vida nos *bateyes*—as favelas onde vivem os cortadores de cana-de-açúcar e suas famílias. Como mostra o filme, os haitianos são privados de seus documentos de identidade; vivem entre guardas armados; seus barracões dilapidados estão cercados com arame farpado para impedir a fuga. Segundo o diretor Bill Haney, os termos do acordo de comércio preferencial obrigam os importadores dos EUA a pagar quase o dobro do preço mundial pelo açúcar dominicano. Haney não duvida em insinuar que os consumidores dos Estados Unidos, com sua notável predileção pelo açúcar, estão subvencionando uma colheita amarga.

Filmada durante três anos, a seqüência dessa produção cinematográfica é às vezes confusa, parecendo ocorrer em apenas alguns dias. No entanto, seu impacto é poderoso. A vida nos *bateyes* é infernal, afirma o documentário. Na tela, o Padre Hartley visita seus paroquianos e examina suas extremidades vendadas, as lesões da pele e as feridas infectadas que ficam sem se tratar por falta de atendimento médico. A câmara faz um close-up de uma menina desnutrida com o ventre proeminente e as pernas longas e magras sentada em uma cadeira porque está demasiadamente fraca para ficar de pé. Vemos trabalhadores pagos com vales, utilizáveis somente na loja da empresa, e moradores do *batey*, muitos dos quais podem apenas pagar uma refeição por dia e que enganam a fome chupando cana-de-açúcar.

Uma das cenas mais fortes do filme mostra vários haitianos esperando para serem transportados ao outro lado da fronteira por *buscones*, os contrabandistas que Haney apresenta como cúmplices dos poderosos magnatas do açúcar e guardas da fronteira. Em tomadas na escuridão, o Padre Hartley entrevista imigrantes medrosos sobre suas expectativas a respeito da vida no lado mais próspero da ilha de Hispaniola. Os haitianos parecem não compreender totalmente que se dirigem a um futuro sombrio de trabalho devastador.

O dedicado, às vezes talvez paternalista, Padre Hartley tem antecedentes privilegiados como herdeiro de um império de produtos de doces de outro tipo: as famosas marmeladas Hartley, da Grã-Bretanha. Ele cresceu na Espanha, o lar de sua mãe aristocrática e aos 15 anos ingressou no seminário. Durante 20 anos trabalhou com a Madre Teresa antes de se voluntariar, em 1997, como missionário na Província de San Pedro de Macorís, onde *The Price of Sugar* foi filmado. O documentário deixa claro que os esforços do Padre Hartley em mudar o status quo do lugar irritaram os interessados em mantê-lo e regularmente ele recebe ameaças de morte. Culmina com um enfrentamento entre ele e uma furiosa multidão encabeçada por um apresentador de entrevistas xenofóbico. A cena dá ao espectador a impressão de ter sido ensaiada; Haney sugere que os manifestantes foram pagos para pedir a expulsão do Padre Hartley.

Embora a figura do Padre Hartley ocupe um bom tempo dos documentários, não chegamos a conhecer muito bem os protagonistas haitianos e essa é uma debilidade do filme. Independentemente disso, todas as entrevistas confirmam que o tema dos direitos dos haitianos é um assunto candente. *The Price of Sugar* e *The Sugar Babies* [Crianças do açúcar], um trabalho contemporâneo sobre o mesmo tema, foram denunciados na mídia dominicana como distorções. Segundo o jornal *The Boston Globe*, os proprietários das plantações da paróquia do Padre Hartley contrataram uma firma de advogados de Washington para procurar bloquear o lançamento do filme de Haney.

O filme conclui com uma postura firme do Padre Hartley, apoiado por seu bispo e comprometido a permanecer em sua paróquia. No entanto, a realidade é que teve de abandonar a República Dominicana por ordem da Igreja Católica, aparentemente para sua própria segurança. Com sua saída, cumpre perguntar se a situação dos trabalhadores nos *bateyes* continuará a causar indignação ou voltará a cair na obscuridade. —Jenny Petrow, Representante da IAF para República Dominicana, Haiti e Caribe Oriental



Eugenio Alfonso, da Ciudad Oculta em Buenos Aires, matriculou-se nas aulas da donatária da IAF, a Fundación ph15 para las Artes, em 2002. Quando tirou esta foto, em julho de 2004, na cidade de Jesús Maria, província de Córdoba, ele iniciou uma experiência com fotografia noturna que eventualmente produziu um estudo em fotografias. Alfonso, hoje com 28 anos, é docente nos workshops do ph15. Para saber mais sobre essa donatária, consultar a notícia na página 58.

Sumário

Cartas de nossos leitores

Criações de artesanato cruzeño para o mercado

Kevin Healy

O evangelho agrícola de Elías Sánchez

Patrick Breslin

Um incansável espírito de desenvolvimento no Haiti

Robert Maguire

Iniciativas de reciclagem baseadas nas comunidades

Martin Medina

Tirando vantagem do café especial da Nicarágua

Philip Walsh

Descentralização à moda peruana:

Questões de vontade e recursos

Wilbur Wright

SEÇÃO ESPECIAL

Responsabilidade social corporativa na América Latina: A Nova Aliança para o Progresso?

Lester M. Salamon

NA IAF

Donatários nas notícias

A Marcha do desenvolvimento

Recursos